

Público

Facebook
Grupos
antivacinas
estão a
vencer
competição
Ciência, 28

Portugal comprou 75 milhões de máscaras mais baratas que a UE

Fronteiras com Espanha fechadas até 15 de Junho • Menos crianças por sala e calçado à porta das creches
• UE aceita uso de vales nos cancelamentos de voos, mas não abdica da opção dinheiro **Destaque, 2 a 10**

Sintonia Primeiro-ministro lança Marcelo para Belém, Marcelo tira tapete a Centeno **p16/17**



MIGUEL MANSO

Centeno fica após reunião com Costa

Primeiro-ministro e ministro das Finanças estiveram reunidos em São Bento na sequência da polémica sobre a injeção de capital no Novo Banco. Hoje será emitido um comunicado **p17**



Somos o país da UE com menos agressões a pessoas LGBTI

Portugal sobressai como espaço de tolerância em inquérito europeu **p20**



Futebolistas querem seguro com cobertura para a covid-19

Na II Liga, apesar dos apoios em marcha, há seis clubes ainda em *layoff* **p38**

Nelson Souza Governo lança linha para microempresas

Ministro diz, em entrevista, que é preciso “cuidar dos feridos” **p24/25**

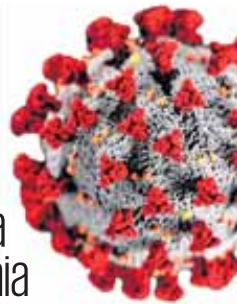
Vídeo revela ameaça de Bolsonaro a Sergio Moro

Interferência do Presidente do Brasil na Justiça gravada em reunião do Governo **p26**

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Diário da
pandemia



Número de camas nos cuidados intensivos aumentou 35%

O número de camas em unidades de cuidados intensivos no SNS aumentou 35% entre Março e 2 de Maio, revela o relatório sobre o terceiro período do estado de emergência. Em Março de 2020, o SNS dispunha de 528 camas nestas unidades, agora há 713.

Portugal comprou 75 milhões de máscaras a preços mais baixos que a UE

Ministério da Saúde diz que ainda só decidiu adquirir 250 mil máscaras através dos concursos públicos internacionais da Comissão Europeia porque está a conseguir ter preços mais reduzidos, prazos mais curtos e condições melhores

Alexandra Campos

Depois de a procura de material de protecção individual ter disparado em todo o mundo e de os preços terem escalado de forma abrupta, a partir de meados de Março o Ministério da Saúde (MS) começou a fazer encomendas volumosas de máscaras, fatos e óculos de protecção, luvas, entre outro equipamento. Desde essa altura, em apenas dois meses, o ministério liderado por Marta Temido adquiriu já cerca de 75 milhões de máscaras, sobretudo cirúrgicas (62 milhões) e FFP2 (máscaras com filtro) para poder dar resposta às necessidades decorrentes do combate à pandemia de covid-19.

Também foram adquiridos 24 milhões de pares de luvas, 980 mil batas, 360 mil viseiras e protecções oculares e ainda 1,2 milhões de kits de testes de diagnóstico, adiantam os Serviços Partilhados do Ministério da

Saúde, a central de compras do SNS. Devido à urgência da entrega, o material foi comprado, por ajuste directo, por preços muito dispare.

Entretanto, e apesar de ter aderido ao processo de compras conjuntas para a aquisição em bloco de equipamento de protecção individual lançado pela Comissão Europeia, Portugal decidiu, por enquanto, encomendar apenas 250 mil máscaras FFP2 nestes concursos e a primeira entrega está prevista para o final deste mês. A justificação do MS para não ter encomendado mais material é a de que Portugal conseguiu negociar preços e condições melhores, além de prazos de entrega mais curtos. A excepção foi a aquisição das 250 mil máscaras Neste caso, “os preços estão em linha” com os que o país tem negociado e o fornecedor “não solicita adiantamento”, explica o ministério.

Mas é necessário recuar no tempo e contextualizar a situação para se perceber como o processo de aquisições decorreu. No início de Fevereiro,

o director-geral da OMS já tinha alertado para a escassez de material de protecção e recomendado aos países que se abastecessem rapidamente. À semelhança da maior parte dos países do mundo, Portugal acordaria tarde para o problema, mas, quando acordou, começou a fazer grandes compras por ajuste directo, contornando assim a demora e a burocracia associadas aos contratos públicos. Isto apenas foi possível porque o Governo criou, em 13 de Março, um regime transitório que permite os ajustes directos, seja qual for o valor, devido à “urgência imperiosa” de abastecimento do material para protecção dos profissionais de saúde.

Quanto aos quatro processos de contratação conjunta (concursos públicos internacionais patrocinados pela Comissão Europeia) lançados em Março para compra de máscaras, óculos de protecção e viseiras, além de testes de diagnóstico e ventiladores, os acordos-quadro foram concluídos em Abril, mas a comissão aguarda

País ficou fora da distribuição dos primeiros 10 milhões de máscaras atribuídos a 18 países pela Comissão Europeia

ainda as encomendas de vários Estados-membros.

Portugal decidiu ficar de fora porque, “após a análise dos contactos estabelecidos com os fornecedores e do conteúdo dos contratos, verificou-se que a primeira entrega dos bens só ocorreria a partir do final de Maio”, explica o MS. Além disso, “na sua maioria os fornecedores exigem adiantamento de pagamento superior a 60% da totalidade do valor da encomenda”, ou seja, “em condições piores do que aquelas a que Portugal se tem vindo a abastecer”. Mas o MS admite ainda optar pela “aquisição através deste mecanismo, caso se verifiquem condições melhores, nomeadamente no que diz respeito aos preços, aos prazos de entrega e às condições contratuais”. Uma fonte

ligada ao processo diz que os preços negociados pela Comissão chegavam a ser o dobro dos negociados por Portugal em alguns equipamentos.

Dez milhões para 18 países

Portugal ficou ainda fora do processo de distribuição dos primeiros 10 milhões de máscaras que vão ser atribuídos a 18 países pela Comissão Europeia através do Instrumento de Apoio de Emergência para equipar os profissionais de saúde. Na sexta-feira passada, a comissão anunciou, em comunicado, que vai começar a entregar o primeiro lote de 1,5 milhões dos 10 milhões de máscaras ao abrigo deste mecanismo a 17 Estados-membros e ao Reino Unido. Portugal não surge na lista. O MS não explica por que razão isto aconteceu, mas sublinha que está “em articulação com a Comissão” para receber máscaras FFP2 “através deste instrumento”.

A Comissão Europeia destaca ainda que já entregou “centenas de milha-

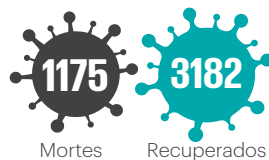


ASAE apreende 77 mil máscaras e instaura oito processos

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, que realizou acções de fiscalização nos últimos dias, instaurou oito processos-crime por contrafacção de máscaras na Net e apreendeu cerca de 77 mil máscaras de protecção individual.

Situação em Portugal

Em 13 Maio às 13h30



Fonte: DGS



Lucro limitado até 15% na venda de máscaras, álcool e gel

O Governo limitou a um máximo de 15% as margens de lucro na venda de dispositivos médicos e equipamentos de protecção individual — em que se incluem as máscaras e viseiras —, assim como do álcool e gel desinfectante.



res de máscaras” no âmbito da reserva rescEU, o recurso do Mecanismo de Protecção Civil da UE que pode ser activado para a prevenção e resposta a catástrofes, como incêndios florestais. Espanha e a Itália foram dois dos países contemplados.

Voltando às compras de equipamento de protecção individual em Portugal, nas aquisições coordenadas pela central de compras nacional e efectuadas quase todas em nome da Direcção-Geral da Saúde e do Instituto Ricardo Jorge (para distribuição por uma multiplicidade de hospitais e outros serviços), a análise aos cadernos de encargos publicados no portal dos concursos públicos permite perceber que os preços das máscaras, fatos de protecção, etc., têm variado substancialmente de fornecedor para fornecedor, tal como os prazos de entrega — que oscilam entre poucos dias e várias semanas.

Para se ter uma ideia da disparidade dos preços, o contrato com o valor mais elevado celebrado até à data foi

assinado em 1 de Abril com uma empresa do Grupo Luz Saúde, a Glsméd Trade, no valor de 13,8 milhões de euros. A empresa comprometeu-se então a entregar 20 milhões de máscaras (a 49 centimos a unidade) no dia 18 de Maio, ou seja, um mês e meio depois, pedindo 30% do valor adiantado.

O segundo contrato em valor (11,5 milhões de euros) foi celebrado com a Raclac em 26 de Março. O preço das máscaras cirúrgicas foi de 58 centimos e o dos fatos de protecção integral, de 13,98. Em terceiro lugar surge o contrato com a Quilaban (nove milhões de euros), assinado em 7 de Abril e que incluía um milhão de máscaras cirúrgicas (a 54 centimos) e três milhões de fatos de FFP (a 2,83 centimos). Já a empresa Bastos Viegas vendeu em 7 de Abril um milhão de máscaras FFP2 a 84 centimos e a Clothe Up forneceu fatos de protecção a 7,8 euros.

acampos@publico.pt

Peritos defendem sistemas mais robustos para vigiar e controlar a evolução da pandemia

Ana Maia

O presidente da Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública (ANMSP) defendeu que são precisos sistemas de vigilância mais robustos e eficazes e um reforço da saúde pública para responder à evolução da pandemia. Ex-secretário de Estado da Saúde Francisco Ramos defendeu que esta pode ser uma oportunidade para o Serviço Nacional de Saúde (SNS) definir melhor a complementaridade com os sectores privado e social.

“É fundamental ter sistemas de informação que suportem a recolha e análise de dados. O que fazemos hoje tem repercussões daqui a dez dias. Houve dificuldades importantes no sistema de informação, tem sido notório na divulgação da informação, até dos próprios boletins, que é difícil corrigir a informação e apresentá-la de forma robusta”, afirmou, ontem, Ricardo Mexia, presidente da ANMSP, no webinar organizado pelo Conselho Económico e Social.

Por isso deixou um alerta: “Precisamos de ferramentas mais robustas”. “Um desafio importante nas próximas semanas será a nossa capacidade de decidir na incerteza. Temos de tomar decisões o mais fundamentadas possível. Daí a importância de ferramentas ágeis que possam ser alicerçadas a factos”, defendeu o médico de saúde pública.

Ricardo Mexia afirmou ainda que “é fundamental ter recursos humanos de saúde pública”. “A saúde pública tem um papel importante na identificação, no isolamento e seguimento de casos. Com a retoma da actividade assistencial temos de pensar como vamos investir na saúde pública para fazer esse acompanhamento”, afirmou, defendendo a criação de “equipas rápidas” para intervir em locais de grande disseminação da covid-19 como lares ou *hostels*.

Francisco Ramos disse que reforçar a saúde pública “é uma medida urgente face ao risco de novas vagas que

possam surgir”. São recursos indispensáveis para termos uma resposta eficaz”, afirmou o também organizador do webinar dedicado ao SNS.

A directora da Escola Nacional de Saúde Pública, Carla Nunes, referiu que Portugal “está no bom caminho”, os números de novos casos “a descer”, mas ainda “com oscilações nos últimos 15 dias”. “Temos de ter indicadores muito sensíveis para apertar alguma medida porque o impacto do encerramento leva tempo a fazer efeito”, disse, lembrando que a cada medida se alteram padrões da doença.

Carla Nunes disse que “é preciso fazer a monitorização dos novos casos, dos óbitos, dos internados e recuperados para ver se o perfil destes grupos se está a alterar”. “Este é um indicador muito precoce”, acrescentando que na cenarização se simulam aumentos do índice de transmissibilidade (Rt), de mobilidade e se fazem comparações com outros países.

Relação público e privado

Olhando para os desafios, Francisco Ramos falou do facto de profissionais de saúde trabalharem ao mesmo tempo em unidades públicas e privadas. Para o antigo governante, esta é uma oportunidade de se fazerem recomendações às administrações hospi-

tares públicas para não se autorizarem acumulações e de uma eventual “alteração legal de excluir de financiamento público as entidades com profissionais de saúde em acumulação, apenas com excepções muito justificadas”.

O ex-secretário de Estado afirmou que uma das lições que ficaram da pandemia é que “o SNS é a base do sistema”. E defendeu que é preciso “aumentar ou, no mínimo, não reduzir o investimento público”. Mas também “não ostracizar os sectores privado e social”. Considerou que vale a pena aproveitar o momento “para acentuar a complementaridade que está definida na lei”.

“Há muitos aspectos a considerar. Terá de ser um trabalho feito ao longo do tempo com muita negociação”. Admitiu, como exemplo, o critério territorial. “Nos distritos onde a oferta pública é mais abundante, provavelmente, não há nenhuma boa razão para que aí haja financiamento público do sector privado. Mas há outros territórios em que o sector público não foi ainda capaz de chegar de uma forma completa e, portanto, deveria ser proporcionado ao sector privado e social um quadro sustentável e garantido de substituição do sector público”, sugeriu.

amaia@publico.pt

MANUEL ROBERTO



Esta crise demonstra que o “SNS é a base do sistema” de saúde

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

1,5m

Os bebés e crianças (até aos três anos) devem ficar a, pelo menos, 1,5 metros uns dos outros

Menos crianças por sala e calçado à porta, eis as novas regras da DGS para as creches

O distanciamento entre crianças deve ser garantido “sem comprometer o normal funcionamento das actividades lúdico-pedagógicas”. Partilha de brinquedos e de outros objectos limitada ao mínimo

Inês Chaíça

Menos crianças por sala, maior distanciamento entre elas (sempre que possível) e calçado deixado à entrada da sala para as que se sentam ou deitam no chão. É assim que será feito o regresso às creches, com início faseado marcado já para segunda-feira, de acordo com o guião da Direcção-Geral da Saúde (DGS), publicado ontem.

A partir de segunda-feira, as creches funcionarão com regras diferentes das habituais. Em primeiro lugar, as crianças e os funcionários passam a ser organizados em salas fixas e em pequenos grupos, “sendo que a cada funcionário deve corresponder apenas um grupo, e os espaços devem ser definidos de acordo com a divisão, para que não haja contacto entre pessoas de grupos diferentes”.

O distanciamento entre as crianças deve ser garantido, mas “sem comprometer o normal funcionamento das actividades lúdico-pedagógicas”, salienta o documento. Nesse sentido, deve ser maximizado o “distanciamento físico” entre as crianças quando estão em mesas, berços ou espreguiçadeiras. Os bebés e crianças (até aos três anos) devem ficar a, pelo menos, 1,5 metros uns dos outros.

Durante a hora da sesta, deve assegurar-se “a ventilação no interior das salas” e garantir a existência de um “catre (colchão) por criança” – cada criança deverá usar sempre o mesmo colchão. Durante esse período, os educadores devem organizar a sala de forma a manter “as posições dos pés e das cabeças das crianças alternadas”.



As crianças e os funcionários passam a ser organizados em salas fixas e em pequenos grupos

Nas horas das refeições, “a deslocação para a sala deve ser faseada para diminuir o cruzamento de crianças e os lugares devem estar marcados”. Todas as crianças deverão lavar as mãos antes da refeição e todas as superfícies devem ser descontaminadas durante as “trocas de turnos”.

Para reduzir o número de crianças em cada sala, e se “existirem espaços que não estão a ser utilizados, quer pela suspensão de actividades, quer pelo encerramento de respostas sociais”, poderá ser equacionada “a expansão da creche para esses espaços”, lê-se no guião da DGS. Todos os outros espaços (à excepção daqueles que servirem para as refeições) devem estar encerrados.

Os pais devem lembrar-se de que o calçado das crianças fica à porta, pelo menos para os casos “em que as crianças se sentem ou deitem no chão”, e poderão ter de levar calçado extra, “de uso exclusivo na creche”.

As crianças não devem levar brinquedos (nem objectos) “não necessários” e estes devem ser lavados regularmente – ou seja, duas ou três vezes por dia. Os brinquedos que não puderem ser lavados devem ser removidos da sala. Ainda sobre os brinquedos, a DGS escreve que se deve “assegurar, sempre que possível, que as crianças não partilham objectos ou que os mesmos são devidamente desinfectados entre utilizações”.

Deve ser sempre o mesmo encarregado de educação a deixar a criança à porta do estabelecimento – e deve lembrar-se de que não pode entrar. Se as crianças se deslocarem num transporte fornecido pela creche, aplicam-se as mesmas regras que se aplicam a outros transportes colectivos: manutenção das distâncias de segurança entre passageiros e desinfecção de mãos. Paralelamente, deve-se fazer a descontaminação depois de cada viagem. As visitas de estudo estão, por enquanto, canceladas.

Para os funcionários, deve haver horários de entrada e saída desfasados e circuitos internos diferentes, de forma a evitar ao máximo o cruza-

mento de pessoas. Nos próximos dias, todos eles deverão ter formação específica relativa ao plano de contingência e às medidas de prevenção e controlo da covid-19.

No documento, a DGS salienta a importância de haver procedimentos claros a adoptar perante um caso suspeito de covid-19 e a definição de uma área de isolamento para esses casos. No caso das creches, há ainda a obrigatoriedade de actualizar todos os contactos de emergência das crianças e prever a substituição de algum funcionário que precise de isolamento ou de cuidar de familiares.

Todas as creches devem assegurar que têm instalações sanitárias “com água, sabão líquido com dispositivo doseador e toalhetes de papel de uso único”, assim como material para a “desinfecção e limpeza dos edifícios escolares” e equipamentos de protecção individual (como máscaras) para todo o pessoal.

“Não será difícil cumprir”

A directora-geral da Saúde, Graça Freitas, está confiante: “São regras relativamente simples. Não impedindo as brincadeiras, minimizam os riscos. Creio que não vai ser difícil para as creches cumprirem as indicações”, disse ontem, em conferência de imprensa.

“São um conjunto de boas práticas. Tentámos conciliar o melhor de dois mundos. Por um lado, permitir actividades lúdicas e de manutenção de afectos, mas com regras. [...] As crianças vão brincar, como é obvio. Mas estamos a entrar num novo tipo de normalidade. Há relações e afectos, mas com regras”, concluiu Graça Freitas. **com Diogo Cardoso Oliveira**

ines.chaica@publico.pt

Julgamentos voltam a ser, em regra, presenciais

Mariana Oliveira

Os julgamentos vão voltar a ser, por regra, presenciais e só se tal não for possível é que poderão ser realizados à distância. No entanto, as declarações dos arguidos ou os depoimentos de testemunhas terão de ser feitos obrigatoriamente nos tribunais, salvo se as partes acordarem o contrário. Isso mesmo resulta da proposta de lei que será votada hoje na AR, no âmbito da revisão das medidas excepcionais de resposta à pandemia. O projecto partiu da iniciativa do Governo, mas foi substituído por uma proposta conjunta apresentada pelo PS e pelo PSD.

Com a aprovação final já garantida, a expectativa de socialistas e sociais-democratas é que a lei entre em vigor já para a semana, na quarta ou na quinta-feira, altura em que os prazos dos processos que correm nos tribunais deixam de estar suspensos e voltam a correr normalmente. O texto que irá a votação final é bastante diferente do que o que foi apresentado pelo Governo. Na realidade, o executivo pretendia que a regra fosse exactamente a contrária da que a AR se prepara para aprovar: as diligências judiciais que requeressem a presença física das partes iriam realizar-se “através de meios de comunicação à distância adequados, designadamente teleconferência, videochamada ou outro equivalente”. O Governo pretendia igualmente que ficassem suspensos “quaisquer actos a realizar em sede de processo executivo ou de insolvência”, o que não teve a aceitação da maioria. Essa suspensão só vai aplicar-se à “entrega judicial da casa de morada de família”.

Na versão final, PS e PSD deixaram explícito a garantia de que o arguido tem o direito a estar presente “no debate instrutório e na sessão de julgamento quando tiver lugar a prestação de declarações do arguido ou co-arguido e ao depoimento de testemunhas”. Os deputados Pedro Delgado Alves (PS) e Mónica Quintela (PSD)

asseguram que a presença a que a lei se refere é a presença física.

Ficaram salvaguardadas “as acções de despejo, os procedimentos especiais de despejo e os processos para entrega de coisa imóvel arrendada, quando o arrendatário, por força da decisão judicial final a proferir, possa ser colocado em situação de fragilidade por falta de habitação própria ou por outra razão social imperiosa”, como o previsto na proposta inicial.

Apesar dos julgamentos serem, em regra, presenciais, a lei prevê que as “demais diligências” se realizam, por regra, à distância. De que diligências estamos a falar? Pedro Delgado Alves fala nas conferências de partes no processo cível e Mónica Quintela nas audiências prévias nesse tipo de conflitos e nas tentativas de conciliação existentes nos processos de trabalho e de família. A deputada admite que a maior parte das diligências realizadas pelos tribunais terão de ser presenciais. “Todas as diligências de prova terão de ser feitas presencialmente. Não nos podemos esquecer de como são fundamentais os princípios da imediação e da oralidade.” E lembra como à distância é possível ter alguém a ajudar uma testemunha a depor ou até a fazer com que alguém assuma uma identidade que não tem.

Nestas “demais diligências” a excepção é a realização dos actos presencialmente, o que só deve acontecer se não for possível realizá-las através de teleconferência, videochamada ou equivalente. Qualquer diligência presencial terá de respeitar “o limite máximo de pessoas e demais regras” definidas pela DGS. A lei prevê ainda que qualquer uma das partes, dos respectivos advogados ou outro interveniente “que, comprovadamente, sejam maiores de 70 anos, imunodeprimidos ou portadores de doença crónica que, de acordo com as orientações da autoridade de saúde, devam ser considerados de risco, não têm obrigatoriedade de se deslocar a um tribunal”. Neste caso, recorre-se aos meios de comunicação à distância.

mariana.oliveira@publico.pt

Proposta de lei vai ser votada hoje na AR e deve entrar em vigor na próxima semana. Aprovação é certa já que PS e PSD apresentaram proposta conjunta com novas regras para tribunais

Testar profissionais de saúde assintomáticos?



Opinião
Miguel Oliveira da Silva

A questão é incómoda, mas inevitável: profissionais de saúde assintomáticos que contactam com doentes devem ser voluntariamente testados à covid 19?

Numa sucessão de questões em cadeia, algumas por enquanto sem resposta conclusiva, não falta quem nada queira hoje debater: objetivos, tipo de teste, periodicidade, pagamento a quem acumule SNS e privado, atitude num positivo persistente.

Mas, no contexto da actual pandemia, só o debate informado, participado e transparente de cidadãos poderá fortalecer a confiança na governação da saúde pública: os ziguezagues, incertezas – nuns casos compreensíveis pelo conhecimento adquirido e recursos (in)disponíveis, noutros nem tanto – e ausência de uma estratégia esclarecida sobre o tempo e o modo dos objetivos sanitários a alcançar e respetivas consequências políticas globais têm sido regra e não exceção.

Mais: com a pandemia a abrandar socialmente (já muitos dizem “basta” e, com medidas de segurança, se libertam do medo anestesiante e contraproducente), mesmo antes de terminar medicamente, bom seria robustecer a confiança sem receio de ajuste de contas num outro e desafiante cenário.

O profissional de saúde assintomático que tenha resultado positivo deve repetir o exame, estar certo que não é um falso positivo (com desnecessários e avultados custos), devendo o segundo teste ser mais específico e menos sensível, o que não consta das recomendações da DGS. Confirmada a positividade, se o profissional de saúde (mesmo assintomático) viu doentes e contactou com colegas recentemente, devem estes ser testados. Se alguns forem comprovadamente positivos, há risco de perturbação nos serviços, por necessidade de, por ora, quarentenar duas semanas esses colegas, com custos óbvios.

Recorde-se: forças de seguranças, bombeiros, profissionais em lares de idosos e creches devem fazer testes diagnósticos.

E as grávidas assintomáticas e seus acompanhantes?

Indo para a sala de partos, são “obrigadas” (podem recusar, uma

norma não é uma lei) a fazer o teste nos hospitais do SNS e privados que para tal têm recursos e disponibilidade, para protecção de todos. E há quem pense: tem a grávida direito a saber se os seus cuidadores de saúde, no parto e puerpério, estiveram recentemente negativos à covid-19, mesmo que usem adequado equipamento de protecção? Pode a grávida interpellá-los nesse sentido, ou presumir que, assintomáticos e cumprindo medidas de segurança, o risco de contágio por eventuais positivos assintomáticos é mínimo, quase negligenciável?

Mas é indiferente para a confiança no sistema de saúde e respectiva gestão de risco dos seus intervenientes haver clínicos positivos assintomáticos para a covid-19 que ignoram a sua situação?

O rastreio voluntário de profissionais de saúde assintomáticos está em aberto, tem que ser discutido, como hoje se faz também em hospitais alemães e belgas de referência, em vista do direito e vontade em se saber o seu estado, do avanço do conhecimento sobre prevalência em amostras de risco autoseleccionadas, da necessidade de investigação em populações específicas (com intervenções então devidamente fundamentadas), do equitativo respeito mútuo numa relação médico-doente com risco de contágio real e incerto, mas que se quer tão baixo quanto possível para todos, algo prudente e eticamente exigível.

A ignorância dada aos clínicos assintomáticos pela ausência de qualquer teste não é a boa alternativa. Nem é comparável à existência de um ou mais testes já negativos ou de um teste positivo.

Professor de Ética Médica na FMUL; ex-presidente do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida; obstetra no Hospital de Santa Maria, Lisboa



DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Espanha não acordou nova quarentena com Portugal. Fronteiras fechadas até 15 de Junho

Nuno Ribeiro

Portugal não considera, para já, impor um confinamento sanitário indiscriminado de quem entra no país

Se no caso das fronteiras terrestres e dos voos entre os dois países ibéricos houve articulação entre as autoridades de Madrid e Lisboa, aliás enaltecida pela União Europeia (UE), a quarentena obrigatória de 14 dias para quem entrar no país, anunciada anteontem por Espanha e que entra em vigor amanhã, 15 de Maio, não foi acordada com Portugal.

O PÚBLICO sabe que esta atitude causou surpresa nos habituais interlocutores das autoridades espanholas deste lado da fronteira. A decisão foi tomada pelos responsáveis sanitários espanhóis, nomeadamente do Ministério da Saúde, e não pelos responsáveis da área da Administração Interna, com quem a colaboração tem sido profícua.

Foi uma decisão com carácter de urgência tomada pelo presidente do Governo espanhol, Pedro Sánchez, num momento delicado do combate à pandemia e quando são ensaiados os primeiros passos de desconfinamento.

Assim, durante duas semanas, quem chegar a Espanha tem de cumprir uma quarentena obrigatória na sua habitação ou alojamento, podendo sair apenas para adquirir alimentos, produtos farmacêuticos e bens de primeira necessidade.

As exceções consideradas são para os trabalhadores transfronteiriços, que vivem em Portugal e trabalham em Espanha, e vice-versa. Aliás, esta é uma das exceções consideradas nos acordos com Portugal aquando das limitações impostas à circulação nas fronteiras.

À margem da quarentena ficam,



Atitude de Espanha surpreendeu os interlocutores portugueses habituais

também, os trabalhadores dos transportes, as tripulações destes e os profissionais da saúde. Recorde-se que, no domingo, o primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, anunciou medida idêntica.

Diferente é a posição de Portugal. O PÚBLICO sabe que, por enquanto, o Governo e as autoridades sanitárias não consideram uma quarentena indiscriminada de quem entra no país. O procedimento será de uma aplicação de eventual quarentena caso a caso.

Nas próximas horas, será prorrogada a interdição de voos oriundos de Espanha, cuja vigência terminava na segunda-feira, 18 de Maio. Recorda-se que o fecho das rotas com a Itália também foi prolongado até 20 de Maio.

Mantém-se, ainda, a interdição de voos de todos os países que não inte-

gram a União Europeia. Com as exceções dos países associados ao espaço Schengen – Liechtenstein, Noruega e Suíça –, dos países de língua oficial portuguesa, embora do Brasil sejam apenas admitidos voos de São Paulo e Rio de Janeiro. Também são admitidos os voos do Reino Unido, Venezuela, Estados Unidos, Canadá e África do Sul, que têm como denominador comum a existência de importantes comunidades portuguesas.

Reavaliação a cada dez dias

Mas, na prática, como muitos espaços aéreos desses países estão encerradas ou se encontram em terra a grande maioria das companhias aéreas, o tráfego é escasso. Seja como for, Portugal acompanha a recomendação da União Europeia de se manterem encerradas as fronteiras

externas da UE, até 15 de Junho.

Quanto às fronteiras terrestres com Espanha, a suspensão vai vigorar também até 15 de Junho, sendo a avaliação feita em cada período de dez dias.

Recorda-se que há novo ponto de passagem para mercadorias e trabalhadores transfronteiriços acordados entre os dois vizinhos ibéricos: Além de Valença, Vila Verde da Raia, Quintanilha, Vilar Formoso, Termas de Monfortinho, Marvão, Caia, Vila Verde de Ficalho e Castro Marim, do lado português, acrescenta-se agora um décimo ponto de passagem possível, com horário próprio de funcionamento. Trata-se de Mourão, cuja passagem vai funcionar duas horas de manhã, das 7h às 9h, e duas horas ao fim da tarde, das 18h às 20h.

nribeiro@publico.pt

Assembleia prepara o regresso à normalidade

A proposta do presidente da Assembleia da República para o retomar dos trabalhos com a presença dos 230 deputados obteve ontem o “acordo geral”. Mas será “aprimorada” depois de algumas “preocupações” levantadas pelos partidos.

Covid-19 pode tirar efectivos ao combate aos fogos

A secretária de Estado da Administração Interna, Patrícia Gaspar, anunciou ontem que estão previstas “quatro grandes medidas” para mitigar “o eventual impacto da redução de operacionais” que possam ficar infectados com covid-19 durante os meses de combate a incêndios rurais.

Na Comissão Parlamentar de Agricultura e Mar, Patrícia Gaspar afirmou que “a redução do risco de contaminação por covid-19” entre os operacionais envolvidos no Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR) é um “aspecto absolutamente fundamental este ano”.

Adiantou que existem vários planos de contingência da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) e das diferentes forças que integram o dispositivo. “Temos neste momento quatro grandes medidas pensadas, que têm a ver com a rotatividade do dispositivo; utilização de forças de redundância; balanceamento [equilíbrio] de meios entre distritos; e reforço da vigilância em áreas críticas”, disse a secretária de Estado na intervenção inicial.

Para Patrícia Gaspar, o DECIR em 2020 tem o desafio de garantir o combate aos incêndios rurais e a protecção da floresta e, em simultâneo, proteger os operacionais que possam contrair covid-19, sendo por isso necessário “mitigar eventuais impactos desta situação”.

O DECIR conta este ano com 11.827 operacionais, apoiados por 2664 veículos e 60 aeronaves, o que representa, segundo Patrícia Gaspar, “um acréscimo de 3% face aos números de 2019 e um acréscimo de 18% face à média dos últimos anos”. A secretária de Estado destacou que este ano estão também previstos vários mecanismos de apoio e de reforço ao ataque ampliado, quando os incêndios atingem “situações de maior complexidade”. **Lusa**

Portas alerta para contraste à volta da Festa do Avante!

O antigo líder do CDS-PP Paulo Portas alertou anteontem que “gestos partidários” como a Festa do Avante! podem criar “um contraste” nas regras de combate à covid-19 que não seja aceite pela sociedade. Portas intervinha num debate do CDS-Braga.

311

Os 1,7 milhões da Linha de Apoio de Emergência ao Sector das Artes só chegaram para 311 das 1025 candidaturas

Novas regras para filmagens

Planos de contingência, máscaras, isolamento profilático e medição de temperatura são algumas das medidas recomendadas para as rodagens em Portugal, em tempo de covid-19. As regras constam de um guia ontem divulgado pela Portugal Film Commission.



Mais quatro euros

Os bombeiros voluntários que integram os dispositivos permanentes da Protecção Civil, vão ser aumentados este ano em quatro euros por dia, passando a receber 54 euros. O anúncio foi feito ontem pelo Ministério da Administração Interna.

Apoio de emergência às artes não chegou para as encomendas

Inês Nadais e Mário Lopes

Mesmo com reforço de 700 mil euros, só há dinheiro para 311 projectos. Situação dos artistas portugueses já é assunto além-fronteiras

A grande novidade da longa audição de ontem na comissão Parlamentar de Cultura e Comunicação chegou antes da sessão: num comunicado enviado à Lusa, a ministra da Cultura, Graça Fonseca, anunciava finalmente os resultados da Linha de Apoio de Emergência ao Sector das Artes, lançada em Março. Das 1025 candidaturas, só 311 serão contempladas.

A manta revelou-se curta, mesmo após o reforço da dotação orçamental da linha, que cresceu de um milhão para 1,7 milhões de euros: entre os 636 projectos aceites a concurso (389 foram considerados não elegíveis “porque se destinavam a fins meramente lucrativos ou porque não se enquadravam nas áreas artísticas previstas”), 325, ou seja mais de metade, ficaram pelo caminho.

Em resposta, o Cena-STE, Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos, do Audiovisual e dos Músicos, reiterou que o montante afectado se confirmou “manifestamente insuficiente”, “tendo em conta a situação no sector e no contexto de um apoio dirigido tanto a estruturas como a artistas”. O sindicato criticou o facto de “uma vez mais” serem deixados de fora mais de 50% dos candidatos elegíveis e a exigência de execução dos projectos até ao final do ano. “Faltam planos de contingência para as salas e garantias de segurança para os trabalhadores e para o público. Que consequências haverá para estruturas e artistas apoiados caso a pandemia impossibilite concretizar os projectos?”, questiona.

À mesma hora, multiplicavam-se nas redes sociais manifestações de

apoio aos artistas portugueses por parte de figuras como Meg Stuart, Sidi Larbi Cherkaoui, Damien Jalet, Antonija Livingstone ou Philippe Quesne. Por iniciativa de 14 associações ligadas à actividade artística, o movimento Unidos Pelo Presente e Futuro da Cultura em Portugal – que num mês reuniu já cerca de 2500 membros – tornou-se uma corrente internacional. A ideia é vincar que “os apoios anunciados não são inclusivos e que a ministra da Cultura tem um desconhecimento profundo do que se está a passar”, explicou ao PÚBLICO a coreógrafa e figurinista Carlota Lagido, fundadora da iniciativa. “Há muita gente que está a ficar sem dinheiro para comer.”

No Parlamento, a segunda novidade do dia foi o anúncio da abertura, ainda este mês, dos próximos concursos do Programa de Apoio a Projectos: um montante de 2,8 milhões de euros, a distribuir pelas áreas de Criação e Edição, Programação e Desenvolvimento de Públicos e Internacionalização. Ao todo, a DGArtes atribuirá em 2020 apoios de 4,7 milhões, tal como consta da Declaração Anual que ontem ficou disponível, com largos meses de atraso.

A audição também percorreu outros temas pendentes do “descon-

finamento”. Graça Fonseca prometeu apresentar na próxima semana os planos de contingência para teatros, auditórios e salas de cinema, cuja reabertura está marcada para 1 de Junho (ver página 30) e que já estão a ser avaliados pela DGA.

Antes disso, porém, o país assistirá, já no dia 18, à reabertura dos seus museus e monumentos. A secretária de Estado adjunta e do Património Cultural, Ângela Ferreira, adiantou que os trabalhadores regressarão em “equipas rotativas e alternadas”. Será obrigatório, também para os visitantes, o uso de máscara, o cumprimento de uma distância de dois metros e a higienização das mãos. Os funcionários terão protecção individual fornecida periodicamente pelo Estado e será dada prioridade às visitas agendadas.

Já o secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Media, Nuno Artur Silva, revelou que a tutela está a estudar, tal como sugerido pela Plataforma do Cinema, recorrer ao saldo de gerência do Instituto do Cinema e do Audiovisual – que em 2018 se fixava nos 17,5 milhões de euros. **com Daniel Dias**

ines.nadais@publico.pt
mario.lopes@publico.pt

TIAGO PETINGA/LUSA



Graça Fonseca continua a ser duramente criticada pelo sector

DIÁRIO DA QUARENTENA, 58

Mais um dia nesta nova normalidade



Maria Salazar

Desde o dia 13 de março que a minha atividade na Dirsam - Direção de Saúde Militar no Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) se modificou por completo. De um momento para o outro, ficava suspensa uma série de assuntos que até então via como urgentes. Um novo protagonista, o SARS-Cov-2, ameaçava um tsunami de covid-19 com possível colapso dos sistemas de saúde.

Como mais um elemento da Task Force Covid-19 do EMGFA, passei a estudar o que se tinha passado na China, mas sobretudo o que se estava a passar em Itália e Espanha, pois teria de dar o meu contributo na complexa tarefa de planificação que este grupo de trabalho tinha em mãos: a preparação e coordenação da colaboração das FA com a sociedade civil. Fazer parte deste esforço de preparação para a tão temida chegada da onda de covid-19 seria, para mim, médica militar de perfil hospitalar, habituada a estar na linha da frente com os doentes, um desafio novo e complexo. Uma das ações com que colaborei consistia em preparar um grande número de camas em unidades militares espalhadas pelo país, para receber, do SNS, utentes com covid que não necessitassem de cuidados hospitalares. Tudo ficou preparado, mas sabíamos que teríamos de ter capacidade para adaptar e modificar, pois ninguém sabia quais seriam as verdadeiras necessidades.

Com a evolução, fomos vendo o efeito benéfico do confinamento precoce e a capacidade de resposta

do SNS parecia adequada às necessidades. Havia, no entanto, uma nova preocupação: a segurança, ou a falta dela, nos lares para idosos. Numa noite de desespero, a 23 de março, o Hospital das Forças Armadas, Polo do Porto, revelou-se como “tábua de salvação” para dois lares de Famalicão e Vila Real, ao receber 40 idosos infectados. Bem diferente do que estava planeado para esta estrutura: ser uma retaguarda “livre de covid” para o SNS.

Nesta procura de antever as necessidades da sociedade civil, surgiu a vontade de poder fazer algo por um grupo especial de idosos, os idosos da família militar. Propusemos, em conjunto com o Centro de Epidemiologia e Intervenção Preventiva, para um dos centros de acolhimento social (CAS), estrutura do Instituto e Ação Social das FA, analisar a situação atual e colaborar com a criação de uma “nova normalidade” em que seria possível conviver com segurança e sem receios num lar, mesmo tendo residentes em isolamento social ou profilático.

O projeto do CAS Runa decorreu de forma intensa ao longo de uma semana: foram testados quase uma centena de residentes e todos os funcionários, analisado o plano de contingência, analisados e verificados circuitos de limpos/sujos e áreas de isolamento, feitas formações aos funcionários... Chegámos ao fim desta semana satisfeitos por ver que este projeto fez a diferença para “a família CAS Runa”, que agora talvez esteja ainda mais segura. Têm sido semanas de sete dias, de intensa atividade, longe das nossas famílias, isoladas em quarentena, mas com a satisfação de um contributo útil, para esta nova normalidade.

Coronel médica da Direcção de Saúde Militar, Estado-Maior-General das Forças Armadas

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

Bruxelas aceita uso de vales mas não abdica da opção dinheiro

Comissão Europeia apresentou sugestões para que os operadores possam tornar *vouchers* uma opção mais atractiva aos viajantes com reservas canceladas. Mas quem quiser reembolso em dinheiro terá

Luís Villalobos e Rita Siza, Bruxelas

No pacote de recomendações para os sectores do turismo e dos transportes ontem apresentado em Bruxelas, a Comissão Europeia incluiu várias sugestões para que os diferentes operadores possam tornar os *vouchers* uma opção mais atractiva para todos os viajantes que viram as suas reservas canceladas.

A ideia é que os *vouchers* se possam apresentar como “uma alternativa viável e mais atractiva ao reembolso de viagens canceladas no contexto da actual pandemia, que também teve fortes repercussões financeiras nos operadores de viagens”. Estes devem ser, defende Bruxelas, transmissíveis a outra pessoa, ter um “período de validade mínimo de 12 meses”, e serem “reembolsáveis após um período máximo de um ano, caso não tenham sido utilizados”.

No entanto, a vice-presidente executiva da Comissão Europeia, Margrethe Vestager, sublinhou que os direitos dos passageiros não podem em nenhum caso ser beliscados, pelo que a aceitação dos vales será sempre uma decisão voluntária do cliente. Assim, realçou a também responsável pela pasta da concorrência, qualquer cidadão afectado por um cancela-

mento de viagem provocado pela pandemia da covid-19 que deseje ser reembolsado em dinheiro tem direito a recebê-lo, “ponto final”.

Aliás, confirmou a comissária dos transportes, Adina Vaele, todos os Estados-membros receberão uma carta a lembrá-los da obrigação de cumprir a legislação europeia na área dos direitos dos passageiros e das viagens organizadas, e da possibilidade de verem levantado um processo de infracção se não os respeitarem.

Algumas das sugestões para os vales avançadas por Bruxelas são semelhantes às que o Governo aplicou recentemente, e de forma extraordinária, às empresas de alojamento e às agências de viagens – deixando a aviação de fora –, e que serviram para substituir os reembolsos em dinheiro até Janeiro de 2022 (excepto para os desempregados).

Aviação contra Bruxelas

Quem não apreciou muito a nota da Comissão Europeia foram as associações que representam o sector da aviação a nível europeu, que se juntaram em comunicado para afirmar que o facto de não serem regras obrigatórias pode criar distorção no mercado (com umas companhias a terem mais capacidade do que outras para avançar nos *vouchers*) e causar “confusão entre os passageiros e entre as companhias aéreas”. Principalmente,



Margrethe Vestager, vice-presidente da Comissão Europeia

acusam Bruxelas de penalizar o sector ao manter a hipótese dos reembolsos em dinheiro, o que atinge a tesouraria das empresas, quando se pedia uma alteração temporária da legislação em vigor de modo a dar primazia aos vales ou a dilatar mais no tempo os reembolsos.

De acordo com associações como a A4E e a IATA, 16 Estados-membros deram o seu apoio à solução temporária dos vales. Segundo já noticiou a Lusa, Portugal foi um dos países que solicitou uma alteração temporária do regulamento de modo a permitir às companhias aéreas “escolher os meios de reembolso dos passageiros”, aliviando a pressão na tesouraria.

A TAP está a encaminhar os passageiros afectados para a emissão de vales, sem mencionar a alternativa de reembolso em dinheiro. No final de

Paul Manafort libertado

Paul Manafort, que foi director de campanha de Donald Trump e suspeito no processo sobre a interferência russa nas presidenciais, foi libertado da prisão devido ao risco do coronavírus. Vai cumprir em casa o resto da sentença de sete anos por fraude fiscal e conspiração.

Março, fonte oficial da TAP afirmou ao PÚBLICO que essa era uma prática seguida por outras empresas e que “nenhuma tesouraria, de nenhuma companhia, sobreviveria a ter de reembolsar em dinheiro”.

No final da semana passada, o regulador do sector, a ANAC, afirmou ao PÚBLICO que já notificou as transportadoras aéreas que, de acordo com quadro regulatório em vigor, “se o passageiro não aceitar o *voucher*, então deverá ser feito o reembolso”.

Essa mensagem, diz, é reiterada sempre que contacta uma empresa devido a reclamações sobre reembolsos. Sobre a TAP em concreto, diz ter a informação que esta “já efectuou alguns (ainda que poucos) reembolsos”.

Afirmando que não tem dados sobre reclamações por motivos de reembolsos que permitissem uma análise comparativa, o regulador diz que “tem manifestado a sua preferência pela adopção de soluções equilibradas, que não pondo em causa os direitos dos consumidores, contribuam para desagravar os impactos dramáticos que esta situação terá na tesouraria das empresas e na sua solvabilidade no longo prazo – o que acaba também por ser uma medida de protecção do consumidor”.

Reclamações na Deco

Por parte da Deco, em resposta dada ao PÚBLICO antes da conferência de ontem, a associação afirmou que tem recebido “diversas reclamações de consumidores cujos voos foram cancelados e que enfrentam dificuldades em obter o reembolso dos valores pagos pelos bilhetes”.

Esta situação, diz, “é de alguma forma transversal a diversas companhias aéreas, as quais têm vindo a apresentar aos consumidores soluções de reembolso por meio de *voucher* para utilização futura ou reagendamentos das viagens, muitas vezes não informando o consumidor que tem direito ao reembolso do valor pago nos casos de cancelamento do voo pela companhia aérea”. “Os consumidores poderão naturalmente pedir o reembolso do que foi pago” e, “em caso de resistência por parte da companhia aérea em causa, denunciar a situação à ANAC”, diz.

“
Todos nós precisamos de férias depois deste longo confinamento, mas claro que este não vai ser um Verão normal

Margrethe Vestager

Vice-presidente da Comissão

luis.villalobos@publico.pt
rsiza@publico.pt

881

novos óbitos foram ontem registados no Brasil. Morreram até agora no país 12.400 pessoas de covid-19

Covid-19 chegou a toda a África

O Lesoto, um país encravado no meio da África do Sul, confirmou ontem o primeiro caso de covid-19. Desta forma, o novo coronavírus está em todos os países do continente africano. Havia ontem 69.764 casos confirmados de covid-19 no continente e 2421 óbitos.

Casos confirmados no mundo

Valores às 21h00 de 13 de Maio

1.523.278
Recuperados

4.317.061
Total de casos confirmados

2.498.904
Casos ainda activos

294.879
Mortes

Fonte: Universidade de Johns Hopkins

Protesto em Hong Kong

Centenas de manifestantes pró-democracia de Hong Kong juntaram-se ontem num centro comercial para, sem respeitarem o distanciamento social, fazerem troça da chefe do governo local, Carrie Lam, que fazia anos. A polícia dispersou o protesto, uma pessoa foi detida.

CGD: moratórias de crédito perto dos cinco mil milhões

Cristina Ferreira

Em plena crise provocada pela pandemia de covid-19, a Caixa já está a sentir os efeitos do abrandamento económico na sua actividade. Os lucros já estão a diminuir, por um lado, e o seu papel no apoio aos clientes com créditos já atingiu um nível significativo.

No caso específico dos pedidos de moratórias de pagamento das prestações do crédito à habitação, até segunda-feira, a Caixa tinha recebido um total de 38.238 e concedido praticamente 26 mil autorizações, para um total de 2129 milhões de euros. Este montante foi dividido entre a solução proposta pelo Estado (1023 milhões) e a do sector bancário (1080 milhões), ficando o restante alocado à solução inicial da própria Caixa Geral de Depósitos (CGD).

Já quanto ao crédito a empresas, os pedidos ascenderam a 15.772 e foram aprovados 11.853, representativos de 2,6 mil milhões de euros, o que coloca o total de créditos envolvido nestas moratórias em 4,737 mil milhões.

No que diz respeito às linhas de crédito a empresas com garantias públicas, o número de operações candidatas ascende a 7375 para um total de 1574 milhões de euros, tendo sido já aprovadas 2440 operações no valor total de 734 milhões.

Macedo admitiu, na conferência de imprensa de ontem, que os sinais económicos apontam para que esta crise seja mais longa e profunda do que a registada após 2008. E defendeu a extensão da moratória pública para particulares (sem custos para o Estado) e para as empresas para além dos seis meses previstos, talvez por mais seis ou 12 meses adicionais. E pediu que a decisão do Governo seja rápida, evitando a confusão que se pode gerar em Outubro, quando a medida chegar ao fim.

O presidente executivo da CGD chamou ainda a atenção para o facto de o custo do dinheiro ser hoje, face a 2008, muito mais baixo para as famí-

lias e para as empresas, o que é um dado positivo. E aconselhou que todas as medidas que vierem a ser tomadas pelo Governo, no quadro do combate aos efeitos da pandemia, não ponham em causa as condições a que o Estado se financia hoje.

“As medidas europeias conseguiram evitar uma quebra no rendimento disponível”, defendeu o presidente da Caixa, notando que o primeiro choque da crise actual foi no consumo, por falta da oferta. E evidenciou que a Europa actuou mais rapidamente do que em 2008, nomeadamente libertando, por exemplo, as famílias de pagar as suas prestações do crédito à habitação.

Foi neste contexto que o banco fechou os primeiros três meses de 2020 com lucros de 86,2 milhões de euros, uma queda de 39,9 milhões ou 32% face ao mesmo período do ano anterior. O rácio de rentabilidade ROE ficou-se pelos 4,5%, uma perda de 2,1 pontos percentuais que afasta a Caixa



O banco público liderado por Paulo Macedo já está a sentir os efeitos da crise económica nos resultados

de uma das metas-chave do plano negociado com Bruxelas (9% no final deste ano). Paulo Macedo declarou que o resultado reflecte um reforço de imparidades de crédito e provisões para garantias bancárias de 60 milhões de euros, uma medida que visa já acomodar os efeitos da pandemia de covid-19 na economia e, por consequência, nas suas contas.

Macedo vai propor ao accionista Estado a não-distribuição de dividendos, com vista a incorporar os resultados em reservas de forma a garantir a solidez do banco, cujos rácios estão neste momento nos 19% acima das metas definidas pelas autoridades, superando a média em Portugal e na Europa, alega o banco público.

cferreira@publico.pt

Igualdade na saúde para todos



Opinião
Joana Alves

Nos últimos anos, a esperança média de vida da população melhorou significativamente, principalmente devido à melhoria das condições de vida. Contudo, o caminho no sentido de diminuir o seu carácter desigual não tem tido o mesmo sucesso. As circunstâncias onde as pessoas nascem, vivem e trabalham continuam a determinar fortemente a sua possibilidade de ter uma vida longa e saudável. Apesar de todos os esforços, continuam a verificar-se diferenças sistemáticas na longevidade entre os grupos socioeconómicos: em média, uma pessoa com educação universitária pode esperar viver mais seis anos do que uma com educação inferior, o fosso está a aumentar. O relatório *Health Equity in England: The Marmot Review 10 Years On* refere que houve um aumento nas desigualdades na esperança média de vida em Inglaterra, desde 2010.

Recentemente, a pandemia de covid-19 relembrou que ainda há muito a fazer no campo das desigualdades. Se em alguns países é mais fácil entender estas desigualdades, porque o acesso não é nem gratuito nem universal, no caso de países, como Portugal, dotados de um Serviço Nacional de Saúde, é mais difícil de entender que a mortalidade dos pobres seja muito superior à dos ricos. No entanto, mesmo nestes países, continuam a existir diferenças na distribuição dos fatores de risco de infeção por covid-19.

Por um lado, as pessoas mais pobres estão mais expostas porque vivem em casas mais pequenas e com menores condições para o isolamento, têm menos



possibilidade de teletrabalho ou de se ausentar ao trabalho, têm menos recursos em casa em termos de tecnologia, utilizam mais os transportes públicos, e têm menos meios para se protegerem (máscaras, gel, testes, etc.). Ainda, à semelhança de outras patologias, o conhecimento sobre os métodos de prevenção e autocuidado, a capacidade de uso de tecnologias e tratamentos está diretamente associada aos níveis de educação e literacia em saúde. Pelo que a procura por testes e cuidado atempado poderá ser decisivo para evitar a progressão natural da doença. Por fim, as comorbilidades e doenças crónicas, como a hipertensão, diabetes ou asma, e estilos de vida como a obesidade e o uso de tabaco, foram associadas a maiores complicações da covid-19 e mortalidade (3). Uma vez que se sabe que estas condições influenciam a severidade da doença e estão muito mais concentradas nos grupos mais desprivilegiados socioeconomicamente, uma vez infetados, estes têm um risco de morte superior, exacerbando muito mais as desigualdades na mortalidade.

Para evitar o congestionamento dos serviços de saúde, os Governos promoveram medidas de distanciamento físico e de confinamento. Estas medidas, que

têm como último objetivo salvar vidas, podem também, elas próprias, ser geradoras de desigualdades, uma vez que impedem as populações mais carenciadas de trabalhar e as colocam em risco de não ter o rendimento necessário para subsistir. Neste momento, a Saúde Pública enfrenta um *trade-off* entre lutar pelo objetivo de desenvolvimento sustentável (ODS) 2, acabar com a fome e garantir uma alimentação equilibrada e nutritiva, e o ODS 3, que pretende assegurar saúde e bem-estar para todos, em todas as fases da vida. E isto não é exclusivo dos países em desenvolvimento, em Portugal observou-se já um aumento dos pedidos de ajuda alimentar.

Grande parte das desigualdades na esperança de vida e mortalidade seriam modificáveis através de ações de saúde pública, pelo que são consideradas normalmente como injustas. No entanto, as medidas que fazem parte da solução são, elas próprias, parte do problema. Neste sentido, os mais pobres perdem sempre, porque, se optamos por medidas de confinamento, perdemos rendimento e emprego, e, se não o fazemos, têm maior risco de contágio e mortalidade por covid-19. Assim, é imperativo proceder a um desconfinamento prudente, suportado por apoios sociais muito fortes, para evitar as consequências da precariedade.

Escola Nacional de Saúde Pública — Universidade Nova de Lisboa

A Escola Nacional de Saúde Pública e o PÚBLICO juntam-se para comemorar a Semana



Europeia de Saúde Pública que, em 2020, é dedicada ao tema Covid-19: Colaboração, Coordenação e Comunicação

DESTAQUE

CORONAVÍRUS

E se os intestinos dessem pistas sobre a gravidade da covid-19?

Dois projectos portugueses que juntam investigadores em parceria com hospitais vão investigar se a gravidade da manifestação da covid-19 depende dos microrganismos que habitam o intestino do doente

Andrea Cunha Freitas

Será que os doentes com quadros mais severos de covid-19, que são encaminhados para os cuidados intensivos, têm uma população de bactérias nos intestinos (microbiota) diferente das outras pessoas? Este foi um dos pontos de partida para o projecto liderado pela Universidade Nova de Lisboa, e também para a investigação coordenada pela Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL), em parceria com hospitais públicos e privados.

O estudo liderado por Conceição Calhau, investigadora da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, foi o primeiro a avançar estando previsto que as recolhas de amostras dos participantes terminem em Julho. Depois, será altura de olhar para os resultados e, eventualmente, apresentar algumas soluções terapêuticas ou preventivas. Hoje, a investigadora participa numa conferência *online* para discutir o papel da microbiota na resposta à covid-19 e falar sobre o projecto.

Sabe-se já que determinados doentes, como os que têm diabetes ou doenças cardiovasculares, têm uma maior prevalência de bactérias “más” (com potencial inflamatório) nos intestinos. Sabe-se também que as pessoas que sofrem destas doenças fazem parte dos grupos de risco identificados para a covid-19. O que a equipa coordenada pela investigadora Conceição Calhau vai tentar perceber é se esta questão é uma coincidência ou mais do que isso. “Vamos ver então se o microbiota intestinal é diferente nos doentes com um quadro mais severo da covid-19”, explica.

O objectivo é identificar “as características daquilo que está mal neste

microbiota intestinal nos diferentes quadros da covid-19 (menos severos, moderados e mais graves)”, perceber quais são os desequilíbrios de bactérias e propor uma solução. Que pode ser terapêutica ou profiláctica. “Se percebermos quais são as bactérias que não têm ou têm menos e as que podem estar em supercrescimento, tentamos encontrar uma intervenção que poderá passar por um probiótico [suplementos que levam bactérias para o intestino] ou prebiótico [suplementos que fornecem alimento a bactérias no intestino], ou um consórcio de bactérias para repor o equilíbrio do microbiota intestinal”, refere Conceição Calhau.

A investigadora sublinha que o propósito do projecto “não é mostrar causalidade, mas vulnerabilidade”. E acrescenta: “Se de facto tiverem, como imagino, menos bifidobactérias ou menos do grupo dos lactobacilos, e se verificarmos que a falha destas bactérias é muito mais evidente nos doentes que acabaram por precisar de cuidados intensivos, aqui podemos estar a trabalhar num outro cenário em que já podemos preparar-nos para um segundo momento de covid.” Assim, sugere, poderíamos avaliar o microbiota para depois agir ou mesmo recorrer logo à partida a suplementos de probióticos para estes indivíduos que podem vir a ser identificados através deste estudo como mais susceptíveis para desenvolver quadros severos da doença.

No desenho inicial do estudo, a investigadora contava reunir uma amostra mínima com 60 participantes, o suficiente para garantir “significado estatístico”. No entanto, podem vir a ser mais. “Pela adesão de novos hospitais que quiseram entrar no estudo, estou a prever que essa amostra seja maior, o que tornará os resultados ainda mais robustos”, anuncia Conceição Calhau, que espe-



Identificar o tipo de microbiota pode ajudar a tratar covid-19

ra terminar as recolhas de amostras (fecais) até final de Julho.

Além da relação entre o desequilíbrio do microbiota intestinal e processos inflamatórios, a hipótese colocada pela investigadora é reforçada também pela ligação que já é conhecida entre a população bacteriana intestinal e o nosso sistema imunitário. Cerca de 70% das células produtoras de anticorpos residem no nosso intestino. “O microbiota intestinal tem, por isso, um papel determinante na saúde e particularmente no sistema imunitário, pelo que o perfil do microbiota de pacientes infectados

com o novo coronavírus poderá relacionar-se com a vulnerabilidade, desenvolvimento e severidade da doença”, explica a investigadora num comunicado sobre o estudo.

O detalhe da proteína

Mas há ainda outro detalhe que captou a atenção de Conceição Calhau. A “campanha” tocou quando se soube que o vírus entraria em determinado tipo de células através de uma enzima de conversão (a *enzima* conversora da angiotensina 2, ou ACE2). “Sabíamos já que o microbiota intestinal influencia quer a expressão intestinal quer pulmonar dessa proteína, que, ao que parece, é a porta de entrada do vírus”, adianta, apresentando outra pista para explorar.

Assim, este estudo nacional, financiado pelo laboratório farmacêutico Biocodex e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, quer demonstrar “que o microbiota intestinal pode ser um factor crítico responsável pelo resultado clínico da doença infeccio-

sa covid-19”. Se os resultados confirmarem a hipótese, conclui a investigadora no comunicado, está aberto o caminho para “novas intervenções médicas direccionadas ao microbiota intestinal contra este tipo de vírus, por exemplo com prebióticos ou probióticos associados a outras intervenções farmacológicas para a covid-19 actualmente em desenvolvimento”.

A hipótese de que o microbioma intestinal possa estar associado à severidade dos sintomas de doentes infectados também faz parte de uma outra investigação no país. Miguel Brito, investigador em genética da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, do IPL, é o coordenador do estudo que, segundo um comunicado, quer “tentar perceber se existe uma composição da microbiota “mais resistente” à infecção por SARS-CoV-2”. O plano é conseguir antecipar, no momento do diagnóstico, se o doente vai ter sintomas mais leves ou mais agressivos, “permitindo uma triagem mais eficiente e uma melhor gestão dos cuidados de saúde hospitalares”.

Miguel Brito acrescenta no comunicado que a equipa vai procurar saber “se existe uma relação entre a vacinação, a composição microbótica e a gravidade dos sintomas, assim como se as alterações que encontrarmos no microbiota são compatíveis com as alterações encontradas noutras infecções respiratórias virais, como a gripe comum causada pelo vírus *influenza*.” Com 35 mil euros do IPL, prevê-se que o estudo comece até ao fim do mês de Maio e envolva 150 participantes separados em quatro grupos: grupo de controlo (não infectados); infectados com sintomas ligeiros; infectados com sintomas severos e os já recuperados da doença.

acfreitas@publico.pt

70%

Cerca de 70% das células produtoras de anticorpos residem no nosso intestino

CANDIDATURAS FUNDO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA EMPRESARIAL CONCELHO DE SINTRA

A medida **abrange empresários** que exerçam a sua atividade em nome individual ou enquanto sócios gerentes de sociedades comerciais.

Os setores abrangidos são a **restauração e similares, comércio de bens a retalho e prestação de serviços.**

Os empresários terão acesso a uma **prestação de 1.500 euros, ficando obrigados à manutenção dos postos de trabalho**, alocados aos respetivos estabelecimentos, até 31 de dezembro de 2020.

O fundo, **com uma dotação inicial de 3 milhões de euros**, destina-se a **atividades que não excedam o valor de cem mil por ano** e, exclusivamente, aos **empresários cujo rendimento bruto familiar, em sede de IRS, não tenha ultrapassado no ano de 2018 o valor de trinta mil euros.**

Os **empresários podem candidatar-se a este fundo** se forem proprietários de um dos estabelecimentos de venda ao público (loja) ou equiparado, ou sócios gerentes de sociedade detentora de um estabelecimento da mesma natureza, que tenham sido encerrados, por força de lei, no quadro da atual situação epidemiológica.

Mais informações e formulário em **www.cm-sintra.pt**

ESPAÇO PÚBLICO



Joaquim Evangelista



Na qualidade de principal rosto do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol, Joaquim Evangelista tem sido uma voz ponderada no meio da tempestade que a covid-19 fez cair sobre o desporto. Dando voz às inquietações dos futebolistas, o organismo propõe à Liga portuguesa que avalie a criação de um novo seguro, com o intuito de acautelar as consequências da exposição dos jogadores ao risco do coronavírus, num tempo que se prevê de retoma. (Pág. 38) **N.S.**



Paulo Macedo



O presidente executivo da CGD fez uma análise às repercussões da covid-19 na economia e na actividade bancária — considera que esta crise será mais longa e profunda do que a registada após 2008 — e faz sugestões que o Governo devia levar em conta para ajudar particulares e empresas: defende a extensão já da moratória pública para além dos seis meses previstos, propondo mais seis ou 12 meses adicionais. Seria, sem dúvida, um alívio para muitos. (Pág. 9) **J.J.M.**

Costa desconfinou apoio a Marcelo



Ana Sá Lopes
Editorial

1 Ao contrário do vírus, isto já se adivinhava. Faltava o cenário, a hora, o dia. O cenário escolhido não foi tão cinematográfico como aquela partilha de guarda-chuva em Paris num 10 de Junho mas foi esse monumento à união nacional que é a Autoeuropa. O dia foi uma quarta-feira pós-confinamento, passado, ao que parece, o pior do combate à pandemia que foi uma causa nacional em que primeiro-ministro, Presidente da República e partidos estiveram envolvidos.

Costa disse as palavras mágicas: quer continuar a trabalhar com Marcelo nos próximos anos. Marcelo não poderia ouvir música melhor — com o apoio do PS atingirá com facilidade os 70% que Mário Soares, com a simpatia de Cavaco Silva então primeiro-ministro, conseguiu na reeleição de 1991. A protocandidatura de Ana Gomes, lançada por Francisco Assis, não teve pés para andar — a própria Ana Gomes reconheceu que tal horrorizaria Costa. Ao ter desconfinado o seu apoio pessoal à recandidatura de Marcelo, Costa coloca o PS perante a situação de voltar a não ter nenhum candidato como aconteceu nas últimas presidenciais, em que se dividiu entre Maria de Belém e Sampaio da Nôvoa. Não faz mal: o PS tem um candidato natural às presidenciais de 2026,

quando Marcelo finalmente cumprir dois mandatos. Chama-se António Luís Santos Costa.

2. Costa poderá ser presidente em 2026, para já é um primeiro-ministro em óbvio conflito com o seu ainda hoje ministro das Finanças. Se Centeno disse que não fazia nada à revelia do primeiro-ministro, como é que Costa foi ao Parlamento afirmar que não haveria dinheiro antes da auditoria e depois é obrigado a pedir desculpa? Marcelo veio ontem apoiar Costa e pôr mais umas pedras no caixão de Mário Centeno já devidamente encomendado por Costa. Ao fim da tarde, Rio pede a demissão do ministro. Longe vão os tempos da unanimidade em torno do mago das Finanças. Centeno foi durante muito tempo uma espécie de segundo ministro, com um poder

muito equivalente ao do primeiro-ministro. Talvez se tenha esquecido de uma regra básica: um ministro das Finanças, e outro ministro qualquer, apenas tem o poder que lhe é delegado pelo primeiro-ministro. Sair de cena agora pode não ser tão mau para o currículo de Centeno: sai com a memória do défice quase zero quando nova crise financeira está à porta.

3. Quem decidiu os prémios aos gestores do Novo Banco — que recebeu agora a nova transferência do Estado que provocou a tempestade política — deve pensar dos portugueses que nestes dias se confrontam com o desemprego e cortes de salário o mesmo que Maria Antonieta do povo francês no século XVIII: “Não têm pão comam brioches.”

ana.sa.lobes@publico.pt



As cartas destinadas a esta secção devem indicar o nome e a morada do autor, bem como um número telefónico de contacto. O PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos não solicitados e não prestará informação postal sobre eles.

Email: cartasdirector@publico.pt
Telefone: 210 111 000

CARTAS AO DIRECTOR

PS sem candidato a Belém

Ana Gomes diz que o PS deve ter candidato próprio nas próximas eleições presidenciais, mas discordo dela. Por uma razão simples, entre outras: não se deve concorrer a eleições, quando a derrota é certa, embora haja quem o faça, normalmente para terem tempo de antena e marcar posição. A vitória de Marcelo é mais do que previsível. Sondagem muito recente coloca o actual Presidente à beira de bater o recorde de Soares.

A melhor solução para os socialistas é, sem dúvida, o *remake* das últimas presidenciais: não ter candidato e dar liberdade de voto. Esta opção de 2016 não teve custos para o partido, funcionando em pleno. Mais uma razão para a reeditar. A apresentação de candidato próprio, em confronto

aberto com Marcelo, poderia também afectar o relacionamento entre o Presidente e o PS, que tem sido excelente. Se, por acaso, Marcelo não se recandidatasse por motivos de saúde — tem alimentado o tabu a este respeito — os socialistas não ficariam descalços, como soe dizer-se. António Costa é um candidato pronto-a-vestir que avançaria, se fosse o seu desejo, evidentemente. Falando-se muito na hipótese de o primeiro-ministro suceder ao actual Presidente em 2026, aconteceria que Costa chegaria a Belém cinco anos mais cedo do que o previsto e com apoio da esquerda. As presidenciais, sendo só em 2021, concitam já o interesse da opinião pública. Os portugueses têm de interiorizar que se trata de eleger o mais alto magistrado da nação, respondendo com afluência às urnas, que se deseja expressiva. Como diria Jorge Sampaio, que foi um grande

Presidente, diga-se, a propósito, há mais vida além da covid-19.
Simões Ilharco, Lisboa

TAP ninguém a quer

Em 2015 a TAP, já acumulando prejuízos de milhões dos nossos impostos, foi privatizada. Ainda em 2015 a TAP anuncia a compra de 53 novos Airbus. Na época soube-se que cada um destes aviões da TAP custava 28 milhões de euros aos contribuintes. Em 2016 foi renacionalizada em parte. Em Maio de 2018 a TAP encerra vários voos a partir do Porto, acertando em cheio nas rotas que mais interessavam ao sector exportador do país, à diáspora portuguesa da emigração e ao turismo do Norte.

Em Fevereiro deste ano a TAP recebe dois aviões dos novíssimos Airbus A330neo. Quanto mais cresce mais se afundava, e nós também. Quem são os responsáveis

por uma desvairada estratégia de crescimento para o abismo. Quem dava à TAP o conforto da abundância de dinheiro público para tudo isto?

Abanam-se outra vez as cores da bandeira e espera-se que não seja para mais do mesmo. As colónias já acabaram há 45 anos. Qual é o nosso mercado que deve ser protegido pela bandeira? Vamos a prioridades. Em primeiro a nossa diáspora da emigração e a coesão territorial das ilhas. Em segundo, as empresas que exportam. Só depois o turismo. Como se vê, a parte mais relevante e prioritária para o país, está no Norte.

Se for para isto e se a empresa for drasticamente reduzida ao interesse que tem, então que se avance com mais dinheiro nosso. Se for para comprar aviões, aumentar a empresa, inventar rotas para recreação, então é melhor vender.
António Matos, Viana do Castelo

A opinião publicada no jornal respeita a norma ortográfica escolhida pelos autores



Vincenzo Spadafora



Clubes e Governo italiano parecem caminhar a velocidades diferentes na tentativa de retomar as competições de futebol. Ontem, os representantes da Serie A chegaram a acordo quanto à data de reinício do campeonato, mas essa proposta está ainda dependente do aval do executivo governamental. O ministro do Desporto vai pondo alguma água na fervura e deixa uma indicação clara: um jogador infectado deverá levar o restante plantel a ficar de quarentena. (Pág. 39) **N.S.**



Jair Bolsonaro



A gravação de uma reunião entre ministros em Abril, mostra o Presidente brasileiro a levantar preocupações com investigações policiais em curso no Rio de Janeiro que visavam familiares seus e a ameaçar demitir responsáveis da polícia bem como o ministro da Justiça Sergio Moro, o que vem ao encontro das acusações feitas por este. Bolsonaro veio defender-se, alegando que a sua única preocupação é a segurança dos familiares, mas as pressões parecem ter existido. (Pág. 26) **J.J.M.**



ESCRITONAPEDRA

Para os problemas de estilo, nada com a corrente; para os problemas de princípios, sê firme como um rochedo

Thomas Jefferson (1743-1826), estadista

SEM COMENTÁRIOS BALEIA DEU À COSTA NA PRAIA DA BARRA, ÍLHAVO

ADRIANO MIRANDA



Nem tarde nem cedo



Miguel Esteves Cardoso
Ainda ontem

Muda tudo, isto de não poder sair e comprar certas coisinhas. Valem-nos as transportadoras que me orgulho de ter elogiado antes das agruras do confinamento. Andam com muito trabalho mas continuam fidedignas. Mesmo assim, é uma coisa ir escolher um queijo para comprar e outra encomendá-lo às cegas, aliciados por uma mera fotografia.

Na manhã em que era esperado a entrega dele fomos buscar o pão especial e outras iguarias que vão a matar com um bom queijo. Pusemos a mesa e um prato ao meio para o queijo que nunca mais chegava. Passa o meio-dia e começa a efabulação: “Deve ter ido almoçar.” “Quanto tempo é que achas que leva?” “Sei lá. Almoçar, não almoçar, não há bica para ninguém... para aí uma hora.”

Bateu essa hora. Começámos a ter fome. Mas quem é que quer estragar o apetite a uma hora daquelas? Há um prazer em ter tudo pronto, à espera da única peça que falta. Imaginamos várias vezes o processo: batem à porta. Chega o queijo. Corremos pelas escadas acima. Enfiámos a faca. Olhamos para o relógio: três minutos apenas entre a recepção e a degustação.

Passa a hora do almoço – nada. Almoçamos. Talvez chegue para o lanche. O pão já não está estaladiço. Vai-se buscar a torradeira. Prepara-se a água para o chá. E nada. O queijo só chega quando acabamos de lanchar. Já nem apetece prová-lo. É como se o tempo dele tivesse passado.

Mas, à noite, como quem não quer a coisa, o queijo ocorre mesmo antes de começarmos a jantar... Mas não, não pode ser. As horas, a digestão, o sono... E lá marcha, a desoras: uma maravilha.

EMPUBLICO.PT

Ansiedade, angústia, insónia: os efeitos secundários da pandemia nos estudantes

O aumento da carga de trabalho, a incerteza para o futuro e o confinamento ampliaram a ansiedade publico.pt/p3

Vídeo do Turismo Centro de Portugal tem mais de cem autores

“Este vídeo foi construído por todos os que partilharam connosco o seu centro de Portugal.” publico.pt/fugas

Como vivem a pandemia os crentes?

A socióloga Maria José Nuncio Silveira lançou o desafio e recebeu centenas de testemunhos de portugueses sobre como gerem o confinamento publico.pt/impar

Violência doméstica: proteger as vítimas é um dever – não uma opção

Francisca Van Dunem

A proposta do Governo traduz um esforço de adequação ao quadro constitucional de uma resposta judiciária que se quer efectivamente articulada

Diz o escritor Mia Couto que uma casa morre se não for habitada com amor. Imaginemos um lar sem afeto, onde reinam a discórdia e a violência. Será, porventura, o lugar mais próximo daquilo que comumente é descrito como o inferno.

Milhares de mulheres em todo o mundo são diariamente expostas a humilhações e atos violentos por parte dos seus companheiros. Para elas, a casa não é um sítio de paz e de segurança, e sim um território de guerra.

Em Portugal, são mortas três mulheres por mês, vítimas de violência doméstica. Em quase metade dos casos existiu uma denúncia prévia.

Não se sabe quantas delas pereceram por terem sido localizadas pelos agressores em resultado da ausência de articulação entre as decisões dos tribunais criminais – limitados à pronúncia de medidas penais – e dos tribunais de família e menores que, no desconhecimento do estatuto de proteção já acordado à vítima, permitem que o agressor aceda ao seu lugar de refúgio, com fundamento no direito a contactar com os filhos que com ela coabitam.

A circunstância de os aspetos jurídicos subjacentes ao conflito poderem ser avaliados por órgãos jurisdicionais diferentes, com a consequente fragmentação da resposta judiciária, potencia decisões divergentes ou inconciliáveis.

Esta desarticulação tem sido assinalada não só internamente, pelas organizações que lidam com a violência doméstica, como também externamente, pelo Grevio – Grupo de Peritos do Conselho da Europa, que monitoriza o modo como os Estados-membros definem e dão execução às políticas públicas nesse domínio.

No seu mais recente *Relatório sobre Portugal*, o Grevio reitera a observação de que “nas decisões sobre os direitos de guarda e visita, os tribunais de família não tomam suficientemente em conta os direitos das vítimas nem o impacto sobre as crianças da violência contra as mulheres”,



PAULO PIMENTA

sublinhando a necessidade urgente de os organismos oficiais envolvidos, designadamente os juízes de família, seguirem uma abordagem coordenada.

Essa recomendação, feita por mais do que uma vez, não encontrou, até hoje, uma resposta adequada por parte das autoridades nacionais. Não porque os juizes portugueses recusem a coordenação, mas porque não existe, ainda, um instrumento que permita assegurá-la de um modo efetivo e sistémico.

Esta é uma matéria em que a boa vontade mostrou não ser tudo...

Ao longo do ano passado, 35 pessoas perderam a vida em contexto de violência doméstica. Entre janeiro e dezembro, registaram-se 30 feticídios em relações de intimidade e familiares e 27 tentativas de feticídio.

Desde 2004, ano em que tiveram início as estatísticas que contabilizam as mortes de mulheres em contexto de violência doméstica, 531 mulheres foram mortas por alguém

que conheciam intimamente. Outras 618 escaparam a tentativas de homicídio.

A maior parte das mortes acontece em contextos onde já existia violência conhecida por familiares, vizinhos, amigos e até das instâncias formais de controle, “sem que tal tenha sido suficiente para a prevenção da revitimização e consequente feticídio”, como se lê no relatório da Organização das Mulheres Assassinadas (OMA).

Não podemos sobressaltar-nos apenas quando ocorre mais um homicídio ou é trazido à luz um novo caso de ofensas corporais graves.

Mais do que o ocasional e efêmero sobressalto, impõe-se a determinação da ação preventiva que reduza as oportunidades de revitimização e assegure, no momento em que ela é necessária, a proteção da vida e da integridade física e moral de todas as vítimas.

Proteger as vítimas não constitui mera opção. É um dever indeclinável do Estado, que não pode desconsiderar a tutela da personalidade da vítima, assim como a proteção tempestiva devida às vítimas menores que, amiúde, experimentaram desde muito cedo uma existência marcada pela violência e pela tragédia.

A criação de Gabinetes de Atendimento a Vítimas de Violência de Género em Departamentos de Investigação e Ação Penal (DIAP), em parceria com organizações não governamentais vocacionadas para o apoio às vítimas, foi um contributo para uma abordagem multidisciplinar do fenómeno.

O Ministério Público, numa iniciativa de autoorganização, tem a funcionar, em seções

do DIAP vocacionadas para lidar com a violência doméstica, magistrados especializados na área criminal e magistrados da área de família e menores.

Mas é preciso ir mais longe. E ir mais longe significa assegurar que o primeiro tribunal que toma conhecimento do facto – normalmente, o tribunal de instrução criminal – identifica soluções, ainda que provisórias, para todos os aspetos relevantes do conflito, aqui se incluindo a regulação das responsabilidades parentais e as medidas de tutela da personalidade.

Deve ser uma decisão provisória, por natureza. A caducar se, num prazo razoável, não for proposta a ação no tribunal competente: família e menores ou cível. O juiz criminal fica obrigado a comunicar as medidas provisórias que tomou ao juízo de família e menores competente. Aqueles tribunais terão a última palavra sobre a tutela cautelar da situação jurídica das vítimas, uma vez que têm o dever de proceder, independentemente de pedido, à revisão da medida provisória decretada pelo tribunal criminal.

O juiz criminal vai decidir, ainda que provisoriamente, medidas cautelares que existem hoje, no ordenamento jurídico nacional, e fá-lo-á respeitando os critérios e regras a que a sua aplicação já obedece. Não se regista, neste segmento, nenhuma novidade.

Os magistrados têm formação obrigatória (no ingresso na magistratura e ao longo da carreira) em matéria de direitos humanos e de violência doméstica.

O juiz criminal terá, pois, a formação mínima necessária à prolação das medidas de proteção provisórias.

Existem, ainda hoje, juizes que julgam todo o tipo de causas, nos designados juízos de competência genérica.

A especialização foi concebida em benefício de uma melhor realização de justiça. Em benefício das partes, das vítimas, dos justicáveis.

Não constitui uma prerrogativa de quem decide. Nem resulta de imposição constitucional.

É ao Parlamento que compete, a cada momento, definir a organização, o modo de funcionamento e a competência dos tribunais, conformando-a às exigências de resposta e à natureza da litigiosidade que se vai gerando na sociedade.

A proposta que o Governo apresentou ao Parlamento partiu da análise cuidada das diferentes soluções identificadas no direito comparado e traduz um esforço de adequação ao quadro constitucional nacional de uma resposta judiciária que se quer efetivamente articulada.

Ministra da Justiça

São mortas três mulheres por mês, vítimas de violência doméstica. Em quase metade dos casos existiu uma denúncia prévia



A pandemia e as desigualdades

Helena Roseta

A covid-19 é um grande revelador das desigualdades económicas, sociais, ambientais e até geracionais. Embora inicialmente o impacto sanitário tenha atingido sobretudo camadas mais afluentes e com maior mobilidade global, é nas camadas economicamente mais frágeis que a crise se vem agravando a níveis imprevistos. Desde logo, como afirmou Leilani Fahra, relatora especial da ONU para a habitação, “ter casa pode ser, mais do que nunca, uma situação de vida ou morte”. Quem não tem habitação adequada, quem não tem acesso a água, energia e telecomunicações, é mais vulnerável à contaminação e não tem como defender-se.

Estudos recentes revelam que o mesmo acontece em termos de mobilidade e transportes. Na área metropolitana de Barcelona, foram os moradores nos bairros onde os rendimentos são mais baixos os que menos cumpriram o autoconfinamento. Tiveram de continuar a trabalhar, já que deles depende o suporte invisível de todas as cidades, como há muitos anos explicou Saskia Sassen, porque, sem uma enorme quantidade de serviços pouco valorizados e muitas vezes mal pagos, a concentração urbana não atingiria as dimensões megalopolitanas que tem hoje.

Os surtos a que assistimos em lares de idosos, com uma elevada taxa de mortalidade, ou em *hostels* superlotados, com cidadãos que procuraram refúgio em Portugal e foram de certo modo abandonados, são imagens que não podem ser esquecidas. Implicam repensar a forma como organizamos a sociedade e os equipamentos colectivos. Os lares não podem continuar a ser depósitos de pessoas ditas “inativas”, precisam de ser espaços multigeracionais, com modalidades diversificadas de habitação partilhada inserida na comunidade envolvente. Os alojamentos de emergência para pessoas sem abrigo têm de dar prioridade à autonomia habitacional e ao direito à privacidade. *Hostels* e pensões baratas, a que a segurança social recorre quando falta alojamento, são um mundo onde a especulação se alimenta de dinheiros públicos, numa aliança perversa, escondida por trás da fachada de prédios anónimos. Os surtos em fábricas na região de Lisboa e Vale do Tejo não podem ser desligados das condições de transporte público a que os seus trabalhadores recorrem diariamente, mesmo durante o estado de emergência.

Se juntarmos a estas vulnerabilidades o crescimento exponencial de pedidos de apoio alimentar, mesmo de pessoas que nunca pensaram vir a ter de o fazer, e a massa crescente de desempregados sem qualquer



rendimento, vislumbramos a profundidade da crise que a pandemia arrasta consigo. Estamos ainda no começo. Os apoios públicos anunciados não vão chegando a tempo e serão sempre insuficientes. Nem creio que possa ser o Estado a acudir a todos o tempo todo. O desafio que se coloca é de resiliência e abrange a sociedade portuguesa no seu todo. Mais que uma simples adaptação, exige de todos nós

É fácil imaginar as múltiplas resistências à mudança que aí virão. Mas acredito, como Thomas Piketty, nalgum progresso no difícil mas urgente combate urgente às novas e velhas desigualdades



solidariedade, persistência, capacidade de inovação e disponibilidade para tirar lições do que estamos a viver. Todas as crises abrem uma bifurcação de futuros. Podemos tentar que volte tudo ao que antes considerávamos normal, a que agora chamamos “novo normal”. Ou podemos lutar para que os múltiplos desequilíbrios que a crise revelou sejam combatidos com políticas locais, nacionais, europeias e globais que coloquem acima de tudo os valores da vida. Conhece-se a capacidade histórica de recuperação do poder do dinheiro. É fácil imaginar as múltiplas resistências à mudança que aí virão. Mas acredito, como Thomas Piketty, que uma vasta deliberação colectiva, informada e fundada nas razões, caminhos, lutas e experiências de todos, poderá conduzir a algum progresso no difícil mas urgente combate urgente às novas e velhas desigualdades.

Arquitecta

Os “nossos idosos”

Esther Mucznik

Confesso que estou bastante farta do paternalismo que encerra a adocicada expressão “os nossos idosos”, ou os “nossos” qualquer coisa. Por duas razões:

Em primeiro lugar porque, fazendo parte do escalão etário definido como os “nossos idosos”, não me reconheço como fazendo parte de nenhum colectivo específico, uniforme, todo ele sujeito às mesmas preocupações, às mesmas atenções, aos mesmos cuidados, todos eles diferentes, aliás, do resto da população. Como se, de facto, os “nossos idosos” fossem um grupo social à parte que, como tal, tem de merecer um tratamento especial. Meu Deus, o que é que isto me lembra...

Como tentou dizer há dias a ministra da Saúde numa entrevista na SIC, conduzida, aliás, com uma grande agressividade pelo *pivot*, a faixa etária não é um valor absoluto relativamente à covid – e eu acrescentaria para tudo o resto. O que é, de facto, um valor absoluto é a diversidade de situações das pessoas que só a elas compete definir no quadro da generalidade das condições impostas ao conjunto da população. Fazer parte de um determinado escalão etário define apenas isso e mais nada.

Nesse sentido, achei inadmissível que, por exemplo, Jerónimo de Sousa tenha sido confrontado publicamente nos *media*, não pela concentração do 1.º de Maio em si mesma, o que até seria compreensível, mas pelo “mau exemplo”, estando ele na tal faixa etária... Por esse andar, teríamos de concluir que um sem-número de detentores de cargos públicos, de empresários, jornalistas, artistas e outros que pertencem à mesma faixa etária estão diariamente a dar um mau exemplo porque, independentemente das tarefas que desempenham, e cuja relevância não nos cabe julgar, também não estão, obviamente, em confinamento absoluto.

Em segundo lugar, “quando a esmola é grande, o pobre desconfia...”, ou seja, quando o carinho é tanto, a solicitude tão generosa, o “idoso” desconfia. E desconfia porque entre as palavras e os actos há um abismo que os separa: não é nos chamados lares de idosos que têm morrido mais pessoas devido à falta ou atraso de cuidados de que têm sido alvo? Dir-se-á que é por causa de estarem todos juntos, mas eu conheço países onde não há um único morto em lares desse tipo. Por isso, também desconfio que tanta solicitude oculte de facto a ideia de que, no fundo, já viveram a sua vida e que esta não tem, nesta fase, o mesmo valor das outras, tanto mais que já não são “úteis”, já não contribuem e ainda por cima

fazem subir as estatísticas dos infectados e das mortes...

Não quero ser injusta e não generalizo. Sei que detrás da expressão “os nossos idosos” há por parte de muita gente a melhor das intenções e sobretudo sei como pais e avós são queridos por parte dos seus filhos e netos e como estes os querem realmente proteger. Mas também aprendi a suspeitar de juras pletóricas de amores abstractos e globais que acabam por se traduzir em actos de segregação.

A solução evocada de eventual confinamento dos “nossos idosos” até ao fim do ano ou, quem sabe, até que apareça uma

A solução evocada de eventual confinamento dos ‘nossos idosos’ até ao fim do ano ou, quem sabe, até que apareça uma vacina, sob pretexto de os proteger e de assim também proteger o resto da sociedade, é, do meu ponto de vista, uma afronta. Uma afronta do mesmo calibre da que propõe o confinamento de um determinado grupo étnico, ou de uma região por eventualmente ser povoada por gente “menos educada”. Trata-se de generalizações abusivas que não têm em conta o princípio-base de uma sociedade livre e democrática, composta por indivíduos diferentes uns dos outros e com igual direito à liberdade de dispor de si próprio, no respeito dos mesmos condicionalismos que tocam a todos, e não por um aglomerado fragmentado de grupos, etnias, regionalismos, sujeitos cada um a tratamento diferente.



Repito: os “nossos idosos” são, em primeiro lugar, cidadãos, independentemente da idade, situação social, cultura, etnia ou religião, sujeitos às mesmas obrigações de todos os outros e aos mesmos direitos, nomeadamente ao direito de dispor de si mesmos, no quadro geral da lei e do contexto conjuntural vigente.

Estudiosa de temas judaicos

POLÍTICA

Centeno fica a prazo, depois de Marcelo lhe apontar a saída

Dia foi marcado pela convergência entre Presidente e primeiro-ministro que acabou por segurar o responsável pelas Finanças. No Parlamento, chegou a falar-se de remodelação em directo

Coabitação
Leonete Botelho
e Marta Moitinho Oliveira

O Presidente da República deu ontem o pontapé de saída que chegou a dar a ideia de deixar Mário Centeno fora do Governo, ao desautorizá-lo, em directo, por causa da injeção de capital ao Novo Banco. E ao lado de um primeiro-ministro com o qual o ministro das Finanças entrara publicamente em rota de colisão.

À hora de fecho desta edição, contudo, António Costa e Mário Centeno acabavam, sorridentes, uma reunião de mais de três horas em São Bento, da qual saiu um comunicado a informar que o primeiro-ministro mantém a “confiança pessoal e política” no seu ministro das Finanças, com quem discutiu a reunião de amanhã do Eurogrupo e a elaboração do Orçamento Suplementar que o Governo pretende apresentar em Junho. Uma forma de sugerir que o Governo terá Centeno pelo menos até lá.

O comunicado diz ainda que ficou esclarecida a “falha de informação atempada do primeiro-ministro” sobre a transferência dos 850 milhões de euros para o Novo Banco. Foi o ponto final possível numa novela cuja trama se adensou, quando Marcelo deu publicamente razão a António Costa.

“O senhor primeiro-ministro esteve muito bem no Parlamento, quando disse que fazia sentido que o Estado cumprisse as suas responsabilidades, mas naturalmente se conhecesse previamente a conclusão da auditoria” ao Novo Banco, afirmou o Presidente da República, após a visita que fez ontem com o líder do executivo à fábrica da Volkswagen em Palmela. Desta vez, a sintonia entre Marcelo Rebelo de Sousa e António Costa foi à prova de bala, a ponto de o chefe de Governo ter aproveitado a ocasião para dar um empurrão à recandidatura presidencial.

Privilegiando a vertente política em relação à explicação técnica dada por

Mário Centeno pouco antes no Parlamento (ver caixa), Marcelo foi claro: “É politicamente diferente o Estado assumir responsabilidades dias antes de a auditoria ser conhecida ou a auditoria ser conhecida dias antes de o Estado assumir responsabilidades”.

“Mário Centeno quer sair do Governo e António Costa quer que ele saia”, ouviu o PÚBLICO junto de fonte próxima do primeiro-ministro e do Presidente, que sublinha que “Centeno sai muito ferido desta história”.

No entanto, fontes próximas do também presidente do Eurogrupo afirmavam durante a tarde ao PÚBLICO que, se o ministro sáísse agora, sairia com o ónus de ter feito uma transferência de 850 milhões de euros sem o aval do primeiro-ministro, quando a injeção no Novo Banco estava prevista desde o início de Abril e estava inscrita no Orçamento do Estado para 2020, que entrou em vigor há pouco tempo.

As declarações do chefe de Estado caíram como uma bomba nos meios políticos. De manhã, no Parlamento, o ministro das Finanças tinha dito que a transferência de capital “não foi feita à revelia de ninguém”, depois de dias antes ter admitido tratar-se de uma “falha de comunicação”.

Marcelo puxou as orelhas a Centeno pouco depois, à hora do almoço, mesmo antes do debate de actualidade pedido por alguns partidos sobre a polémica injeção de capital no Novo Banco, onde foi o secretário de Estado das Finanças, Mourinho Félix, a dar o corpo às balas.

Os partidos não hesitaram em fragilizar o Governo. “Ou estamos a assistir a uma remodelação em directo e o ministro das Finanças sairá do Governo porque considera o seu primeiro-ministro ‘irresponsável’; ou já assistimos a uma remodelação e o ministro das Finanças passou a dirigir o Governo”, disse a bloquista Mariana Mortágua. Ao final da tarde foi Rui Rio, presidente do PSD, a pedir a cabeça de Centeno. O ministro das Finanças “não tem condições para continuar” no Governo e, se



Costa e Marcelo acabaram por manifestar vontade de manter a tradição das visitas à Autoeuropa

Transferência “não foi feita à revelia”

O ministro das Finanças disse ontem, no Parlamento, que a transferência de mais 850 milhões de euros para o Novo Banco “não foi feita à revelia de ninguém”, uma referência ao desacerto de comunicação com o primeiro-ministro sobre a concretização da injeção realizada na semana passada.

Mário Centeno lembrou que a operação se enquadra no acordo de venda celebrado em 2017 e fez questão de dizer que há cinco entidades responsáveis pelo controlo financeiro das injeções de capital no banco.

“Uma mão-cheia de validações.”

A falar na Comissão de Orçamento e Finanças, antes do debate da tarde (ver texto ao lado) o ministro entrou ao ataque, referindo-se à resolução do BES em Agosto de 2014 como “a mais desastrosa resolução bancária alguma vez feita na Europa”.

Centeno assumiu que informou Costa da transferência depois do debate quinzenal de quinta-feira, dizendo que a ficha de informação enviada ao chefe do Governo “chegou com um par de horas de atraso”. **Pedro Crisóstomo e Sérgio Aníbal**

estivesse no lugar do primeiro-ministro, o governante, “se não se demitisse, seria demitido”, disse Rio.

Pouco depois, o líder do CDS desafiou Costa a dizer se mantinha a confiança em Centeno, mas visou sobretudo Marcelo: “Seria prudente que neste processo o Presidente da República zelasse pelo regular funcionamento das instituições e evitasse ser arrastado para o conflito, não lhe cabendo coordenar o Governo”, lê-se numa nota de Francisco Rodrigues dos Santos.

Já depois de Rio falar, o PS voltou a sair em defesa do ministro das Finanças. “As declarações de Rui Rio são abusivas relativamente ao que se passou no debate parlamentar desta tarde, o debate não passou por saber se o dr. Mário Centeno iria continuar ou não como ministro das Finanças”, afirmou o vice-presidente da bancada



Seria prudente que o Presidente zelasse pelo regular funcionamento das instituições(...), não lhe cabendo coordenar o Governo

Francisco Rodrigues dos Santos
Líder do CDS



MIGUEL MANSO

Costa tinha começado por dar um empurrão à recandidatura de Marcelo com o seu apoio implícito. Numa declaração que surpreendeu tudo e todos – incluindo Marcelo –, recordou que as visitas conjuntas de ambos à Autoeuropa já se tinham transformado numa “nova tradição”.

“Foi assim em 2016, no primeiro ano de mandato do Presidente da República, e foi agora no último ano do seu actual mandato. Tenho uma boa data simbólica a propor para fazermos uma terceira visita em conjunto e para partilharmos uma refeição com os colaboradores da Autoeuropa: no primeiro ano do próximo mandato do senhor Presidente da República”, declarou António Costa.

A máscara de protecção não deixou perceber a expressão de Marcelo, mas o PÚBLICO sabe que ficou surpreendido. Aos jornalistas, afirmou ser prematuro falar da recandidatura e que ninguém se pode “substituir à vontade do povo”, mas acabou por dizer: “A vontade de todos nós é estarmos cá e fazermos o que temos de fazer para que aquilo que é o exemplo da Autoeuropa, foi em 2016 e é hoje, seja em 2021, 2022, 2023 e por aí adiante”. “Nós vamos ultrapassar esta pandemia e os efeitos económicos e sociais este ano, no ano que vem, nos anos próximos. E eu cá estarei, e cá estaremos todos, porque isto é um espírito de equipa que se formou e que nada vai quebrar. Cá estaremos este ano e nos próximos anos a construir um Portugal melhor”, declarou Marcelo, com António Costa ao seu lado.

Se as declarações de Costa foram entendidas como uma manobra de diversão em relação ao tema Centeno/Novo Banco, acabaram por representar um apoio à recandidatura do Presidente, pois retiraram espaço ao surgimento de qualquer candidatura a Belém na área socialista. A partir de agora, quem avançar contra Marcelo está também a avançar contra Costa.

“O espaço de manobra dos adversários, se já era reduzido, fica agora reduziíssimo”, disse ao PÚBLICO um conselheiro de Estado, salientando que “o país adora este bloco central institucional” que saiu reforçado com a pandemia e que “é muito útil”, tanto ao primeiro-ministro como ao Presidente. Ainda que seja pouco mais do que um “casamento de conveniência”. **com S.R. e M.G.**

lbotelho@publico.pt

Nem o PS defendeu a transferência de 850 milhões para o Novo Banco

Sofia Rodrigues, Maria Lopes, Liliana Borges

Da esquerda à direita, as bancadas parlamentares mostraram ontem a sua indignação sobre a nova injeção de 850 milhões de euros ao Novo Banco (NB) sem que tenha sido conhecida a conclusão da auditoria, depois das palavras de conforto de Marcelo ao primeiro-ministro no desacerto entre este e Mário Centeno. A bancada socialista apostou tudo na recordação do passado, contra a solução adoptada para o antigo BES pelo Governo PSD/CDS. Só o secretário de Estado Mourinho Félix saiu em defesa da transferência dos 850 milhões.

No debate de actualidade, PSD, BE e CDS reafirmaram as dúvidas sobre o desconhecimento do primeiro-ministro acerca da transferência de 850 milhões de euros para o Fundo de Resolução do NB realizada na semana passada. Poucas horas depois de o Presidente da República ter apoiado a posição do primeiro-ministro, e não a do ministro das Finanças, a bancada do PS interveio no debate para falar sobre a história da resolução do NB e atirar culpas à direita pela necessida-

de da transferência de 850 milhões – assunto a que chamou “espuma dos dias”. A perplexidade levou o social-democrata Duarte Pacheco a lançar a provocação: “Será que Mário Centeno já não é ministro das Finanças e os portugueses não sabem?”

João Paulo Correia, do PS, argumentou que quem deve explicações sobre o Novo Banco são PSD e CDS. Fizeram uma “resolução desastrosa e às prestações”, que ainda agora é preciso pagar, porque nem conseguiram vendê-lo, criticou.

Antes, a bloquista Mariana Mortáguas recordou que o primeiro-ministro se comprometeu em ter a auditoria feita antes de realizar transferências de verbas, o que não aconteceu. “Essa é a bota que nem o senhor ministro, hoje [ontem] de manhã, nem o senhor secretário de Estado conseguiram descalçar”, apontou, num debate em que o ministério das Finanças esteve representado por Mourinho Félix.

Tanto o BE como o PSD vão apresentar propostas para reforçar o papel do Parlamento no aval a transferências de dinheiro para a instituição criada após a falência do BES. A proposta do PSD vai no sentido do dever de informação, enquanto a do

BE dá poder de decisão ao Parlamento. O BE até recordou que o PSD chumbou uma proposta para o orçamento deste ano idêntica à que agora defendem.

André Silva, do PAN, classificou como “irresponsável e imoral” a conduta de Centeno e do Governo neste caso e acusou o PSD de “incoerência”. O PCP e o PEV insistiram na tese da nacionalização do banco: se o Estado paga, deve mandar. Pelo CDS, Cecília Meireles lembrou que foi o próprio António Costa que colocou a condição da auditoria para haver transferência de verbas para o banco e estranhou que o primeiro-ministro “não saiba o que contratou em nome do Estado”. E desafiou Mourinho Félix: “Só tem duas alternativas: ou nos explica como o primeiro-ministro anda aqui a dizer coisas que ele sabe que não são possíveis; ou vai ali a São Bento e põe o lugar à disposição, já não volta para o Terreiro do Paço”, disse, referindo-se à localização do Ministério das Finanças.

Mas o governante ignorou e, perante as dúvidas em torno da auditoria, disse que é a que está definida nos “mecanismos de verificação”, explicando o processo e valores das transferências. “É um empréstimo; não é uma despesa. Ninguém deu 3,9 mil milhões de euros ao NB; o Estado empresta ao fundo de resolução, que injecta no NB e receberá ao longo do tempo contribuições do sector bancário para pagar empréstimos ao Estado com uma taxa de juro fixada em 2%, que já levou ao recebimento de juros por parte do Estado de 500 milhões de euros ao longo do tempo”, disse.

Só Mourinho Félix defendeu as injeções de dinheiro, elencando os valores sucessivos e o seu reflexo na dívida pública para concluir que não havia alternativa – ou hoje estar-se-ia a “discutir a segunda resolução ou a liquidação”, impedindo mais um banco de fazer chegar dinheiro às empresas. “Concordamos em não injectar dinheiro público sem auditorias – o que não aconteceu na resolução.”

maria.lopes@publico.pt



TIAGO PETINGA/LUSA

Centeno foi à comissão, de manhã, e foi falado no debate da tarde

socialista João Paulo Correia, elogiando como “notável” o trabalho do ministro das Finanças, tendo em conta os números das contas públicas e do crescimento económico.

A saída de Mário Centeno já foi dada como certa em momentos anteriores. O ministro é o nome mais falado para substituir Carlos Costa como governador do Banco de Portugal. E os calendários jogam a seu favor. O mandato de Carlos Costa termina em Julho, mês em que também chega ao fim o mandato de Centeno no Eurogrupo.

No entanto, a ida de Centeno para o Banco de Portugal era nesta quarta-feira vista como mais difícil. Esta situação mostra que Mário Centeno “não tem idoneidade” para ser governador do Banco de Portugal, defendeu o eurodeputado do PSD Paulo Rangel. Se o Presidente da República deixou explícito o apoio ao primeiro-ministro,

POLÍTICA

Eleições para concelhias e distritais do PSD previstas para Julho

Estruturas locais
Margarida Gomes

Presidente do conselho de jurisdição nacional não quer prolongar além do necessário as limitações à vida normal do partido

Os sociais-democratas preparam-se para ir a votos. Dois meses depois de ter suspenso actos eleitorais para estruturas locais e assembleias de militantes na sequência do estado de emergência do país, o conselho de jurisdição nacional (CJN) do PSD admite que “em Julho possam estar reunidas as condições” para que o partido possa eleger os seus órgãos concelhios e distritais.

A realização de eleições não é, no entanto, consensual. Há quem entenda que o partido deve aproveitar a situação de desconfinamento para eleições, antes que possa haver uma segunda vaga do surto covid-19; outros, pelo contrário, defendem que as eleições para as estruturas locais só devem realizar-se em Setembro.

Os que são favoráveis a que haja eleições em Julho argumentam que a direcção do partido já tem a equipa fechada que vai coordenar as autárquicas do próximo ano. O secretário-geral do partido, José Silvano, e o vice-presidente, Salvador Malheiro, são os principais responsáveis pela definição da estratégia para as eleições autárquicas de 2021 que Rui Rio considera vitais para o partido. O líder do PSD apontou como objectivo para as próximas autárquicas “inverter a tendência de queda” e recuperar muitas câmaras, admitindo que será difícil numa eleição ultrapassar a diferença para os socialistas e vencer o PS.

O novo presidente do CJN do PSD é taxativo: “Não queremos prolongar para além do razoavelmente necessário as limitações excepcionais que actualmente afectam a vida do partido.” E ressalva que “as restrições só serão levantadas de acordo com as recomendações das autoridades de saúde”. Sublinhando que nesta matéria a jurisdição do partido “está alinhada” com o secretário-geral do PSD, Paulo Colaço admite que as eleições possam “perturbar em alguns concelhos a estratégia para as autárquicas.

Com a cessação do estado de emergência e a passagem para a situação



Paulo Colaço preside ao conselho de jurisdição nacional do PSD

Nem Chão de Lagoa nem Pontal

O PSD não realiza este ano a festa do Chão da Lagoa, na Madeira, nem a do Pontal, no Algarve, confirmou ontem o presidente do partido no Twitter. “Seguindo as regras do bom senso, e de respeito pela lei e pela saúde de todos nós, o PSD decidiu não realizar nenhuma das suas festas de Verão”, lê-se numa mensagem de Rui Rio. “Só com disciplina e unidade conseguiremos vencer a covid-19”, acrescentou Rio no tweet partilhado pelo partido.

A festa do Chão da Lagoa já tinha sido cancelada pelo PSD-Madeira. Marcada habitualmente para o final de Junho, a iniciativa foi cancelada ainda em meados de Abril, devido à pandemia. Na altura, o secretariado regional do partido avançou também com o cancelamento de um comício no Porto Santo, em Agosto, que assinala a *rentrée* dos sociais-democratas madeirenses. O partido liderado por Miguel Albuquerque justificou a decisão com as “orientações” das autoridades nacionais e regionais de saúde para o reagendamento dos eventos para a partir de Setembro. **S.R.**

de calamidade, o CJN reapreciou a vigência da sua deliberação de 9 de Abril que mantinha a proibição de realização de assembleia e de actos eleitorais, até porque há estruturas do partido que têm feito alguma pressão para que as eleições ocorram.

“O conselho de jurisdição nacional não permitirá já as eleições, mas também não as vai adiar para Setembro, se não houver justificação para isso, o que fazemos é ir acompanhando a situação. Vamos avaliando”, acrescenta Paulo Colaço, precisando que o levantamento das restrições decretadas no âmbito da crise pandémica é uma decisão que cabe ao conselho de jurisdição.

No mapa das eleições “laranja”, não são todas as concelhias, nem todas as distritais que vão a votos. Há estruturas que já elegeram as suas comissões políticas, mas outras que aguardam marcação do acto eleitoral. O Porto é um dos distritos onde haverá eleições para os dois órgãos. O presidente da distrital, Alberto Machado, demitiu-se bem como toda a direcção, e Hugo Neto, líder da concelhia, renunciou ao mandato, provocando eleições antecipadas para preparar o processo autárquico.

Alberto Machado recandidata-se a mais um mandato, já Hugo Neto não está disponível para ir de novo a votos. Miguel Seabra, que já liderou a concelhia do PSD-Porto, é o nome que está em cima da mesa para substituir Hugo Neto. Trata-se de uma escolha consensual e tudo indica que será candidato único.

mgomes@publico.pt

Históricos do PS contra proposta do partido sobre atribuição da nacionalidade

Diáspora judaica
Sofia Rodrigues

Vera Jardim, Manuel Alegre, Alberto Martins e Maria de Belém criticam entraves criados aos descendentes de judeus sefarditas

Um grupo de históricos do PS assumem discordar da proposta preparada pela bancada parlamentar socialista no sentido de obrigar os descendentes de judeus sefarditas a terem um período de residência mínima de dois anos em Portugal para poderem requerer a nacionalidade portuguesa. A proposta da bancada surge no âmbito das alterações à lei da nacionalidade, que estão a em discussão no Parlamento.

“Não pode, pois, deixar de merecer a nossa pública e essencial discordância qualquer alteração desta lei no sentido de obrigar os requerentes a um período de residência mínima em Portugal o que, na prática, corresponde a revogar a lei de 2013”, assumem José Vera Jardim, Manuel Alegre, Alberto Martins e Maria de Belém Roseira, numa carta aberta a que o PÚBLICO teve acesso.

Os quatro referem que a alteração à lei de 2013, regulamentada em 2015, “foi amplamente elogiada e, tanto quanto consta, não deu lugar a nenhuma situação abusiva ou menos clara (...)”. Para isso contribuiu o crivo sério, rigoroso e apertado dos pedidos apresentados realizado pelas Comunidades Judaicas

de Lisboa e do Porto a quem a regulamentação deu poderes de intervenção”, escrevem os antigos deputados, três dos quais foram também ministros (Vera Jardim, Alberto Martins e Maria de Belém).

Os subscritores admitem um “reforço de procedimentos cautelares quanto à necessidade de apuramento rigoroso e comprovado de ligação a Portugal, nomeadamente no que respeita ao conhecimento da história e da cultura portuguesas”. Mas lembram que a lei de 2013, aprovada por unanimidade, permitiu “reparar simbolicamente as atrocidades cometidas, no respeito pelo princípio do *jus sanguinis*”. “Não pode, agora, quando recrudescem as intolerâncias religiosas, designadamente o anti-semitismo, tratar os judeus sefarditas com frieza e visão administrativa como se estes não tivessem qualquer vínculo histórico a Portugal”, escreveram.

A nova proposta do PS, segundo a versão preliminar revelada pela vice-presidente da bancada Constança Urbano de Sousa, permite que se conceda a nacionalidade aos “descendentes de judeus sefarditas portugueses, através da demonstração da tradição de pertença a uma comunidade sefardita de origem portuguesa, com base em requisitos objectivos comprovados de ligação a Portugal, designadamente apelidos, idioma familiar, descendência directa ou colateral e que tenham residido legalmente em Portugal pelo período de dois anos”. Esta nova regra está prevista para entrar em vigor a 1 de Janeiro de 2022.

Constança Urbano de Sousa argumentou que em Espanha já terminou este sistema de atribuição de nacionalidade aos descendentes de judeus sefarditas, o que fará “aumentar a pressão em Portugal”. A deputada considera que a alteração à lei “fará diminuir os pedidos”, que tiveram um “crescimento exponencial”, referindo que em 2016 entraram 5100 pedidos, que em 2019 foram 25.199.

Os subscritores lembram que os antigos presidentes da República Mário Soares e Jorge Sampaio pediram desculpas públicas aos judeus. Faltava “a reparação histórica de permitir o acesso à nacionalidade portuguesa de quem dela tinha sido injusta e brutalmente afastado”, o que veio a acontecer com a lei de 2013, argumentam.

srodrigues@publico.pt



Proposta exige agora dois anos de residência legal em Portugal

PS debate por videoconferência “os efeitos da pandemia” na emigração

Partidos
São José Almeida

Iniciativa reúne deputados, a secretária de Estado das Comunidades e 14 residentes no estrangeiro

O PS realiza, no sábado e no domingo, uma videoconferência sobre Os Efeitos da Pandemia nas Comunidades Portuguesas com a participação da secretária de Estado das Comunidades, Berta Nunes, e do secretário-geral adjunto do PS, José Luís Carneiro, que antecedeu na pasta a actual governante.

Juntam-se também ao debate dois

deputados socialistas da emigração, Paulo Pisco e Paulo Porto.

No sábado, às 10h, realiza-se o painel sobre a situação dos emigrantes na Europa, com a participação de oito portugueses residentes na Alemanha, Andorra, Bélgica, França, Luxemburgo, Noruega, Suíça e Reino Unido.

No domingo, às 14h, o debate é sobre a situação fora da Europa e participam seis portugueses residentes na África do Sul, Brasil, Canadá, Estados Unidos, Macau e Venezuela.

A conferência integra a iniciativa Diálogos Digitais com as Comunidades, será feita por Zoom e pode ser acompanhada no Facebook do PS.

O objectivo, de acordo com informações recolhidas pelo PÚBLICO, é o de procurar compreender a situa-



Berta Nunes

ção das comunidades portuguesas durante a pandemia e saber como os vários países de acolhimento estão a responder às suas necessidades. Isto porque a paralisação da actividade económica em todo o mundo teve consequências sociais junto das comunidades portuguesas e travou o normal funcionamento do movimento associativo que apoia as comunidades portuguesas.

A paralisação, fruto da pandemia, teve também consequências no apoio que é dado pelos postos consulares portugueses e na acção de organizações de apoio social como as misericórdias, a Cáritas e as missões católicas.

sao.jose.almeida@publico.pt



Breves

Parlamento

CDS e Chega não querem excepções à proibição de festivais

Para tentarem impedir a discriminação positiva da Festa do Avante!, o CDS e o Chega querem alterar o diploma do Governo para que não sejam permitidas quaisquer excepções à proibição. O Chega quer mesmo acrescentar à lei a proibição expressa dos espectáculos “de natureza política ou religiosa”.

PUBLICIDADE



PEQUENO-ALMOÇO & JORNAL

Combinação imbatível

Apesar das contrariedades do momento, o Público não abriu mão da sua edição impressa. Perante o encerramento de muitos pontos de venda por força das circunstâncias, estamos a fazer todos os esforços para continuarmos a chegar às mãos de quem prefere ler-nos em papel. Se vive na Grande Lisboa, encontrará agora o seu jornal de todos os dias à venda nas lojas **A Padaria Portuguesa**

SAIBA ONDE EM
apadariaportuguesa.pt



SOCIEDADE

Portugal é o país da UE com menos agressões a pessoas LGBTI

Agência dos Direitos Fundamentais da UE lança maior estudo de sempre sobre discriminação e crimes de ódio contra pessoas LGBTI. Nalguns países a percepção melhorou desde 2012 e noutros piorou

Inquérito
Ana Cristina Pereira

Cada vez mais pessoas lésbicas, gays, bissexuais, “trans” e intersexo (LGBTI) se assumem como são, mas a discriminação perdura e o medo comanda a vida de muitos. No mapa da União Europeia (UE), Portugal sobressai como espaço de tolerância. É o país com menos ataques motivados pela orientação sexual ou identidade de género, revela a Agência dos Direitos Fundamentais da UE (FRA, na sigla inglesa), num estudo que é divulgado hoje.

Nunca houve um estudo tão amplo sobre discriminação e crimes de ódio contra pessoas LGBTI. Envolveu 140 mil pessoas da UE, do Reino Unido (que ainda não tinha saído), da Sérvia e da Macedónia do Norte (que desejam entrar) – 4294 das quais de Portugal.

Atendendo ao todo, até parece que se respira mais igualdade do que em 2012, ano do inquérito anterior – 40% das pessoas estão convencidas de que há hoje mais tolerância e menos preconceito. Olhando para cada Estado-membro, percebe-se que a realidade é muito diversa. Nalguns países, a noção de que a situação melhorou ultrapassa os 70% (Irlanda, Malta, Finlândia); noutros é o oposto: por exemplo, na Polónia, são 68% os inquiridos que dizem que a situação piorou.

“Apesar dos importantes passos que têm sido dados em direcção à igualdade, as pessoas LGBTI+ ainda reportam elevados níveis de discriminação”, enfatiza a comissária para a Igualdade, Helena Dalli, numa nota enviada pela FRA. “Mais preocupante: recentemente testemunhamos dentro da UE incidentes anti-LGBTI, como ataques a marchas do orgulho, declarações de ‘zona livre de ideologia LGBTI’, multas por anúncios LGBTI-friendly. Todas as pessoas dentro da União Europeia devem sentir-se seguras e livres para serem elas próprias”.

Atrever-se a dar as mãos

Em Portugal, 68% dos inquiridos acreditam que o preconceito e a



Em Portugal, 68% dos inquiridos acreditam que o preconceito e a intolerância diminuíram nos últimos cinco anos

intolerância diminuíram nos últimos cinco anos. Apesar dessa sensação, mais de metade (57%) confessa que ainda evitam sempre ou quase sempre andar de mãos dadas nas ruas de Portugal (a média na UE é 61%). E um quarto revela que evita sempre ou quase sempre determinados locais por medo de agressão (a média na UE é 33%).

“Muitas vezes, senti-me desconfortável ao andar pela rua de mãos dadas”, explicou uma bissexual portuguesa, de 21 anos. “Ouvia comentários de estranhos que passavam. Muitas vezes, senti-me insegura e intimidada na rua por estar com alguém do mesmo sexo e agi como se fosse heterossexual para evitar conflitos.”

A violência persiste, embora a níveis inferiores aos da média: 30% afirma que tinham sido vítimas de

assédio no ano anterior (38% na UE); 5% que tinham sofrido algum ataque físico ou sexual nos cinco anos precedentes em razão da orientação sexual ou da identidade de género (11% na UE) – uma em cada cinco pessoas “trans” reportou ter passado por isso, muita acima dos outros grupos LGBTI. Foi na Polónia e na Roménia que mais pessoas disseram ter sofrido agressão física (15%). Logo a seguir, a Bélgica e a França (14%).

As denúncias de violência e discriminação mantêm-se muito abaixo, o que remete para as tão faladas cifras negras: 14% já foram à polícia em Portugal para denunciar ataques físicos ou sexuais (14% na UE) e 8% já denunciaram as suas experiências de discriminação a um órgão da igualdade ou a outra organização (11%).

Embora mais seguro, Portugal

(36%) fica abaixo da média quando o que está em causa é ser sempre ou quase sempre abertamente LGBTI (a média da UE é 47%). Os olhares de lado, indiciadores de homofobia ou transfobia, podem notar-se em qualquer lugar. Um quarto das pessoas inquiridas sentiram discriminação no trabalho no ano anterior (média da UE é 21%). E 40% num café, num restaurante, numa loja ou num hospital (42% na UE).

Sinais de mudança

As novas gerações dão sinais de maior abertura. Entre os jovens (18-24), há hoje menos pessoas (41%) a esconder ser LGBT no meio escolar/universitário do que em 2012 (47%). E os adolescentes (15-17) já estão a sair do armário: 28% confessam esconder a sua condição (30% na

UE); 60% sentem que na escola há quem proteja os seus direitos (48% na UE) e 65% que os colegas ou professores os apoiam (60% na UE). Quase metade (43%) afiança que a sua educação escolar abordou as questões LGBTI de forma positiva ou equilibrada (33% na UE).

“Muitas pessoas LGBTI continuam a viver nas sombras, com medo de serem ridicularizadas, discriminadas ou mesmo atacadas”, comenta o director da FRA, Michael O’Flaherty, na nota à imprensa. “As suas dificuldades profissionais e de saúde podem piorar devido à covid-19. Os fazedores de políticas devem tomar nota disto e fazer mais para promover o pleno respeito pelos direitos das pessoas LGBTI”, remata.

acpereira@publico.pt

PAULO PIMENTA

Vasco Brazão quer ser julgado por denegação de justiça no processo de Tancos

Justiça
Ana Dias Cordeiro

Advogado apela a sentido de justiça de Carlos Alexandre. Decisão final será comunicada pelo juiz no dia 26 de Junho

O Ministério Público (MP) teve razão ao acusar o major Vasco Brazão de denegação de justiça, afirmou em tribunal o seu advogado. Ricardo Sá Fernandes foi mais longe ao não desvalorizar por completo o sentido da investigação e o mérito dos procuradores no processo de Tancos, quando afirmou: “Acredito que o Ministério Público merece que este processo vá para julgamento por denegação de justiça.” Segundo a lei, há denegação de justiça quando um funcionário no exercício do cargo pratica actos que não lhe estão autorizados. O advogado reconheceu que Vasco Brazão realizou uma investigação paralela à revelia das ordens da procuradora-geral da República.

Para o defensor do major da Polícia Judiciária Militar (PJM), a razão do MP termina aqui. Sá Fernandes desmontou, um a um, os outros crimes de que são acusados Vasco Brazão e outros elementos da Polícia Judiciária Militar (PJM): por não haver prova no crime de favorecimento, por ser um “erro” o crime de associação criminosa e por resultar num “absurdo” o crime de tráfico de armas.

Defendeu que o seu cliente não deveria ser pronunciado, e o mesmo referiu relativamente aos militares acusados pelo esquema montado pela PJM para recuperar o material numa investigação não autorizada pela Procuradoria-Geral da República.

A decisão sobre quem irá a julgamento e pronunciado de que crimes será anunciada pelo juiz Carlos Alexandre no dia 26 de Junho, soube a Lusa junto de fonte da defesa. À saída do Tribunal de Monsanto, onde ontem terminou o debate instrutório, Sá Fernandes acrescentou aos jornalistas que “Vasco Brazão deve ir e quer ir a julgamento por denegação de justiça, para apresentar a sua defesa”.

Ainda na sala de audiências, o advogado apelou frequentemente ao sentido de justiça e à experiência do juiz Carlos Alexandre “relativamente a estas matérias”, e disse confiar na



Vasco Brazão é um dos 23 acusados no processo de Tancos

interpretação que este faria das acusações com base no conhecimento que tinha do Direito, para não o levar a julgamento por crimes de associação criminosa e tráfico de armas ou favorecimento.

Qualificou a acusação de associação criminosa de “um erro” e a imputação do crime de “tráfico de armas” ao major Vasco Brazão “um absurdo”, de tal forma evidente que seria perceptível a qualquer cidadão não-jurista.

“Quando uma pessoa toca nas armas sem estar autorizado, mas para

O major da Polícia Judiciária Militar nega todas as outras acusações

as entregar ao Estado, isto não é tráfico de armas para ninguém”, ironizou Sá Fernandes, dirigindo-se directamente à procuradora Cláudia Porto. “Há tráfico de armas quando há a intenção de transmitir [as armas] para a posse de outrem”, lembrou. “Mas outrem nunca é quem já tem a posse delas.”

Nas alegações do MP, na abertura do debate, no dia 4 de Maio, a magistrada manteve intacta a acusação contra todos os arguidos e defendeu que estas tinham sido reforçadas durante a instrução. Nesta fase, neste caso requerida por 15 dos 23 acusados, as defesas contestaram o fundamento da acusação, recorrendo a argumentos que a procuradora Cláudia

Porto desvalorizou duramente nessa ocasião.

Já o “erro” do MP em acusar Brazão de associação criminosa, explicou, assenta numa “errada avaliação” do crime, como já haviam argumentado outros advogados antes. Sá Fernandes lembrou que “a associação criminosa pressupõe que haja uma estrutura autónoma que exista para além daquele conluio [neste caso, a recuperação do armamento]”.

O advogado negou que o major Vasco Brazão e os outros elementos da PJM (que prepararam a recuperação do material de guerra) tinham feito um pacto de imunidade com o assaltante confesso de Tancos, João Paulino, se este entregasse o material. Esta versão da existência de um pacto de imunidade, defendida desde o início da investigação pelo MP e desmentida por Vasco Brazão e pelos outros militares envolvidos na operação paralela para reaver o armamento, foi descrita por João Paulino em tribunal.

“Não acredito que o indício assente nas declarações de João Paulino possa levar ao pronunciamento dos arguidos sobre esta matéria”, afirmou o advogado de Brazão, mais uma vez “confiando” na interpretação que fará, a este propósito, o juiz de instrução Carlos Alexandre. “Não pode ser uma declaração fidedigna, não fornece elementos que permitam concluir que houve um acordo de imunidade. É o único indício [da existência de um pacto] e tem validade nula. Tal como é nulo o pacto que ele diz ter celebrado.”

acordeiro@publico.pt

Pai declarou ao juiz que agrediu Valentina mas que nunca teve intenção de a matar

Justiça
Sónia Trigueirão

Progenitor e madrasta ficam em prisão preventiva, indiciados de homicídio qualificado e crime de ocultação de cadáver

O pai de Valentina, a menina de nove anos que foi encontrada morta no domingo, num eucaliptal em Peniche, terá admitido, em declarações prestadas ao juiz que o ouviu, que agrediu a filha. Foi a 1 de Maio, disse Sandro Bernardo, porque queria saber se ela era ou não vítima de abusos sexuais ou se estaria a ter essas práticas com outros meninos, revelou ao PÚBLICO fonte judicial. O juiz decidiu ontem que o pai e a madrasta da criança ficam a aguardar julgamento em prisão preventiva.

Sandro Bernardo terá dito que lhe deu uma “sova grande” nesse dia e que na quarta-feira, a 6 de Maio, voltou a confrontá-la com o assunto e que ela teve convulsões e que foi aí que morreu. Nesse dia, porém, diz que não a agrediu. Garantiu, no entanto, que não tinha intenção de matar. Esta vai ser a sua defesa.

Mas o juiz de instrução criminal não teve dúvidas em aplicar-lhe a medida de coacção mais gravosa: a prisão preventiva. De facto, o relatório preliminar da autópsia revela que a menina teve uma morte violenta, uma vez que apresentava várias marcas no corpo – algumas delas eram



Arguidos seguiram ontem para a cadeia levados pela PJ

anteriores ao dia da morte, incluindo na cabeça (tinha um traumatismo cranioencefálico resultante de uma pancada na cabeça) – e sinais de asfixia. Além disso, no interrogatório, a madrasta terá assumido que assistiu a tudo mas que nada fez, e o depoimento do filho desta também é importante para se perceber o que terá acontecido.

Segundo o comunicado, lido por uma funcionária judicial à porta do tribunal, ambos estão fortemente indiciados pela prática de homicídio qualificado – no caso de Márcia, por omissão com dolo – e os dois estão ainda indiciados do crime de profanação de cadáver.

No caso do pai de Valentina, é-lhe atribuído mais um crime, o de violência doméstica. No comunicado, o juiz Gil Vicente não explicou se este crime era atribuído a Sandro Bernardo por ter alegadamente assumido que agrediu a filha ou se é porque Márcia Bernardo terá dito que não pediu ajuda e também transportou o corpo para o eucaliptal porque o marido lhe tinha batido.

O depoimento do filho de 12 anos de Márcia Bernardo é considerado crucial no processo. O menino foi ouvido no Tribunal de Leiria, na segunda-feira. Prestou depoimento para memória futura para que não seja obrigado a voltar a tribunal e a ser confrontado com a mãe e o padrasto no banco dos arguidos.

O filho da madrasta de Valentina revelou que a menina estava no sofá coberta com um cobertor, que tremeu e começou a espumar da boca e que depois adormeceu. Aflito, terá ligado à mãe que, entretanto, tinha saído com Sandro para a rua.

Quando voltaram, perceberam que a menina estava morta e tentaram fazer tudo para que os outros menores não percebessem (Sandro e Márcia têm duas filhas em comum, uma de quatro e outra com cerca de um ano). Já era de noite. Foram deitar as crianças e depois tiraram o corpo de Valentina de casa.

Márcia terá garantido que foi obrigada a colaborar. Diz que Sandro até lhe bateu. Admitiu, a chorar, que viu nos olhos da menina “um pedido de ajuda”, mas que nada fez. Contou que Sandro a obrigou a vestir o pijama à criança e assumiu que foi ela quem conduziu a viatura.

sonia.trigueirao@publico.pt

Há uma brigada de voluntários a “cozinhar” cantinas de urgência

Não têm apoios, mas distribuem refeições a centenas de pessoas. Em Lisboa e no Barreiro, cinco colectivos acreditam que as iniciativas autónomas serão cada vez mais cruciais para enfrentar estes tempos

Reportagem
Rute Barbedo (texto)
Daniel Rocha (fotografia)

12h55. As pessoas começam a vir à porta para perguntar quando começa. Acima do balcão metalizado, duas inscrições: “Isto não é um bar”; “Isto não é um restaurante”. Nunca foi. A associação RDA – Recreativa dos Anjos é um projecto político, autónomo e comunitário que, em tempos de covid-19, decidiu concentrar as actividades no essencial: uma cantina solidária que distribui refeições quentes e gratuitas a quem precisa.

No primeiro dia, em Março, apareceu pouca gente. Foi preciso descer a Avenida Almirante Reis, em Lisboa, a passar a comida e a palavra. Agora, oferecem uma média de 150 refeições por dia, sem folgas, e a própria Junta de Freguesia de Arroios encaminha pedidos de apoio para a associação. A quem chega não fazem perguntas, não há requisitos a preencher. Por isso, também não há um padrão na fila que se avoluma ao bater das 13h. São sem-abrigo, novos desempregados, trabalhadores à jorna que perderam os rendimentos de um dia para o outro, imigrantes, portugueses, novos e velhos. A clientela habitual – “estudantes, jovens, *hipsters*”, no resumo de Luhuna Carvalho, membro da assembleia da RDA – que vinha aos concertos, conversas, filmes e noites de festa da associação em tempos normais – está fechada em casa. Um novo bairro emergiu.

Até às 15h, seis voluntários continuarão a oferecer pratos de massa, carne e legumes. Há também iogurte, uma peça de fruta e água. No entanto, recusam a palavra caridade. Este é, antes, um passo no sentido da autonomia e da entreaajuda. Como lembra Luhuna,

vários filósofos acreditam que o momento que vivemos é um “ensaio geral” das crises que se seguirão, ligadas às alterações climáticas, e que, nelas, “a acção dos Estados oscilará entre a incapacidade de cuidar de todos e a intensificação dos seus traços mais autoritários”. Mais do que dar comida, a cantina é, por isso, uma forma de “colocar em prática processos colectivos de autonomia e organização que permitirão enfrentar os tempos que se aproximam”, acredita Luhuna Carvalho.

O donativo espontâneo

Daniel, de 36 anos, equilibra a comida nas mãos. Chegou a Lisboa no dia 20 de Fevereiro, vindo de Londres, onde foi cozinheiro e motorista. Alugou um quarto, ia recomençar a vida, até que ficou “tudo nebuloso”. “Ainda tenho lugar para dormir, mas o dinheiro está a acabar”, conta. Por isso veio pedir comida. “Nunca tinha chegado a este ponto, mas também não me envergonho. Prefiro estar aqui do que roubar.” Apesar de tudo, está tranquilo. Nas filas para a comida, tem conhecido “muita gente que está a passar pelo mesmo” e isso ajuda a aceitar o novo normal, o mesmo que calhou a Josefa, de 51 anos, que há dias passou por acaso nesta rua e descobriu a cantina solidária. Empresária no negócio do transporte individual (TVDE), quando “a situação apertou”, viu-se obrigada a dispensar os trabalhadores e a mudar-se do apartamento arrendado para um quarto que partilha com o filho. “Ele ganha pouco, é mecânico de elevadores, mas dá para o quarto. E eu levo a comida. Uma refeição daqui, outra ali de cima, do Exército, muito boa também.”

Provavelmente, Daniel e Josefa nunca conhecerão quem lhes paga as refeições dos dias da pandemia.



“Começaram a chover donativos, ao mesmo tempo que aumentava o número de pessoas [à procura de apoio]

Tal como acontece com outros colectivos da zona, o sistema de cantina solidária é sustentado por donativos, até porque, com a aplicação do estado de emergência, os bares que suportavam cada um dos espaços foram suprimidos.

“Sempre consideramos a cantina uma das coisas principais. A RDA começou nos anos da austeridade [em 2010] e essas refeições [que custavam 2,50 euros] surgiram como economicamente viáveis para muita gente”, recorda Luhuna. Com o confinamento, pensaram que aconteceria o mesmo. “Fizemos

isso durante uma semana, mas não vinha ninguém”; decidiram oferecer. “Tínhamos dinheiro para 30 ou 40 refeições por dia durante uma semana. Depois, logo se via.” E o que se viu foi que “começaram a chover donativos, ao mesmo tempo que aumentava o número de pessoas” à procura de apoio. Na primeira semana oscilaram entre 30 e 40 por dia, no final de Abril, chegaram a aparecer 200.

Não há planos estanques

Na mesma zona da cidade, colectivos vizinhos protagonizam situações semelhantes através de



A cantina é uma forma de colocar em prática processos colectivos de autonomia e organização para enfrentar os próximos tempos

Luhuna Carvalho
RDA



uma rede de voluntários, alguns desempregados, outros em *lay-off* e outros, ainda, que conseguem dar tempo por terem horários flexíveis. Por vontade de um grupo de amigos, o Provisório criou a Cantina Solidária Temporária, uma espécie de sistema *pop-up* para estes dias de emergência e calamidade, que serve uma média de 85 refeições diárias; a Disgraça oferece refeições quatro dias por semana; e, no Barreiro, a Cooperativa Mula distribui cerca de 80 refeições e 90 cabazes por dia (tanto à porta como em entregas ao domicílio).

Para lá do plano alimentar, está a Brigada de Bairro, uma rede informal – composta por perto de 100 voluntários – que liga todos estes projectos através de um trabalho de comunicação com a comunidade e de sinalização de necessidades no terreno. “Dizemos onde podem ter refeições, tentamos perceber se precisam de comida em casa, mas de outras coisas também, como ir à farmácia, passear animais, levar o lixo ou só conversar. Vemos o que podemos fazer ou para onde as podemos encaminhar. Também já encaminhámos um caso para a

A melhor forma de agir, acreditam os colectivos, é estar na rua e criar respostas em função do que acontece

150

A RDA oferece 150 refeições por dia; o Provisório serve uma média de 85 refeições; e, no Barreiro, a Cooperativa Mula dá 80 refeições e 90 cabazes

junta [de Arroios]”, explica Ana Reis.

A melhor forma de estar em ressonância com o momento, acreditam os colectivos, é estar na rua e criar respostas em função do que acontece. “Temos uma relação muito próxima com as pessoas. Começámos a ver domésticas, ‘mexilhoeiros’ [apanhadores de mexilhão], arrumadores de carros a ficarem sem dinheiro de um dia para o outro. Foram os primeiros. Decidimos criar uma cantina de urgência, em que cada um dava o que pudesse. Mas rapidamente começámos a ver que as pessoas

não davam nada, porque não tinham”, conta Mário Negrão, da Cooperativa Mula, do Barreiro. Não foi por isso que pararam, e, mais uma vez, começaram a surgir donativos, ainda que nesta fase comecem a escassear. “Já gastámos mais do que o que recebemos”, afirma o activista. Em paralelo à confecção de refeições, às famílias numerosas a Mula decidiu oferecer cabazes, e está também a cultivar um terreno baldio próximo da cooperativa, porque é preciso “ter um *backup*”.

Mas até quando se aguentarão de pé estas cantinas? “Enquanto houver dinheiro e necessidade, vai continuar”, assume a RDA. Já o colectivo do Barreiro revela-se mais pessimista. “A Cantina Solidária da Mula poderá ter de, em breve, deixar de ajudar tantas pessoas. A Cooperativa Mula não é uma IPSS, não recebe apoios camarários ou estatais, para além de coisas pontuais e que agradecemos. Mas, na verdade, temos de ser francos, temos feito as vezes de várias dessas responsabilidades”, comunicou a organização.

Além de apelarem a doações, os colectivos planeiam desenhar uma estratégia que os torne independentes da grande distribuição para a aquisição de comida, de forma a chegarem aos produtores sem ter de passar pelas margens dos intermediários, naquilo que é, mais uma vez, uma acção política. “O papel dos supermercados está a ser muito reduzido e temos a intenção de confrontá-los”, argumenta Mário Negrão.

Para o colectivo do Barreiro, a consciência é de que, ainda assim, fazem “muito pouco para as necessidades que existem”. No entanto, acreditam que com a partilha de métodos possíveis de solidariedade poderão “inspirar a criação de outras redes como esta”. O propósito deste tipo de iniciativas, corrobora Luhuna Carvalho, “é passar de algo meramente assistencialista para algo politicamente mais forte. As pessoas ajudarem-se umas às outras e organizarem-se não é uma ideia utópica, acontece. Nós só estamos a pegar em coisas que já existem, a desenterrá-las, a limpar-lhes o pó e a pô-las a funcionar”.

ECONOMIA

Governo lança nova linha de 50 milhões para microempresas

Nelson de Souza “Cuidar dos feridos”, acelerar as grandes obras públicas em 2021 e apoiar uma estrutura de rendimentos “instável” é a receita do ministro do Planeamento

Hora da Verdade
Helena Pereira e Eunice Lourenço (Renascença)

O Governo vai avançar em breve com mais ajudas às microempresas afectadas pela crise da pandemia de covid-19. Será mais um estímulo com efeitos rápidos para dinamizar a economia, como explica o ministro do Planeamento, Nelson de Souza, que hoje defende o Plano Nacional de Reformas no Parlamento. Em entrevista ao PÚBLICO e à Renascença, que pode ouvir hoje, pelas 13h, o ministro adianta que este mecanismo, que irá conceder entre 3 e 5 mil euros a cada empresa, vai disponibilizar 50 milhões de euros. Mas isso não quer dizer uma inversão nas apostas do Plano Nacional de Reformas: “Vamos manter todos os grandes projectos de obras públicas”. Já o objectivo de investir na digitalização tornou-se cada vez mais premente, sublinha o ministro, dando como exemplo o meio escolar.

No Plano Nacional de Reformas 2020-24, lê-se que “foi largamente reorientado para a procura de respostas urgentes à situação de emergência que vivemos”. Que mudanças de estratégia são essas?

Por nós, não seria este o momento escolhido para apresentar um verdadeiro Plano Nacional de Reformas. O diagnóstico do impacto da pandemia na economia ainda é incompleto. Não sabemos como a pandemia vai evoluir e as análises estatísticas ainda não estão totalmente apuradas. Ainda não houve oportunidade para completar a revisão das políticas públicas. E porque ainda não foi possível fazer a discussão que é sempre bom ter com os parceiros sociais e a Comissão Europeia. É um plano nacional absolutamente extraordinário. O essencial da

nossa estratégia vai manter-se: os desafios da descarbonização/ crescimento verde e o da digitalização/ inovação. Esta pandemia fez perceber a importância da digitalização nas sociedades modernas, mas também a importância de não deixarmos ninguém para trás neste processo. Quem estava à margem destas possibilidades ficou mais isolado e excluído.

Isso reflectiu-se muito na educação...

Por exemplo. Daí, que reorientação temos que ter? O essencial mantém-se, mas com maior atenção nalgumas preocupações: o acesso à escola digital passou a ser uma das prioridades da futura programação dos fundos. Isso vai ser feito já na reprogramação dos fundos do Portugal 2020.

Os fundos serão aplicados na reconversão das escolas, em novos quadros electrónicos, mas também nos computadores e Internet que o primeiro-ministro anunciou para o próximo ano lectivo?

Sim. Não pode voltar a suceder o que aconteceu: alunos sem acesso a meios indispensáveis. Para além disto, continuamos a ter um défice de qualificações que vem de trás e que ainda não está resolvido. Voltou a agravar-se e a vir ao de cima o facto de a nossa estrutura de rendimentos ser muito instável. Outra questão ainda por resolver é o equilíbrio territorial do nosso desenvolvimento. Junta-se a isto cuidar dos feridos e dos mais afectados que saem desta crise que são sectores do turismo e todas as actividades conexas, sectores que trabalham muito com o mercado interno, como serviços e restauração, e que garantem níveis de emprego muito elevados e finalmente os sectores exportadores mais tradicionais como o têxtil, calçado e mobiliário.



O que vai deixar de ser feito? Vai haver recursos financeiros para tudo?

Não quer dizer que nós queremos fazer tudo, mas queremos fazer o que for necessário para manter o nível elevado de actividade económica para assegurar rapidamente a recuperação do emprego, do PIB e das exportações. O nosso modelo é diferente do que foi usado na crise anterior e que foi apelidado de austeritário. É um modelo que assenta no impulso do crescimento, no estímulo económico para que possa surtir efeito o mais depressa possível. Por isso mesmo, não queremos a ideia de que para dar um impulso económico é preciso abandonar muitas outras coisas, não.

Como grandes obras públicas?

Não, o que queremos fazer é

manter todos os projectos de obras públicas que estão em execução, até acelerados na medida das possibilidades. A reprogramação do Portugal 2020 vai reafirmar todos esses grandes projectos quer na área da ferrovia, quer nos metros. Já tivemos reuniões de trabalho com todos os ministros sectoriais que reafirmaram a sua capacidade de comprometer esse ritmo de execução. O país precisa que esses projectos sejam executados e possam ser antecipados quando tal for possível. Mais do que isso: queremos que sejam acompanhados pelo impulso de outros projectos de pequena e média dimensão que têm um investimento público mais rápido, provavelmente, mais na área da conservação, manutenção, que não precisem de tantas

autorizações administrativas e concursos públicos pesados.

Em que áreas?

Vamos ter de lançar um plano de investimentos públicos de pequena dimensão de forma a ter um efeito mais rápido na economia, uma vez que o investimento de maior dimensão tem processos mais morosos. Estou a falar de centros de saúde, escolas e requalificação de património histórico. Vamos aumentar a todos os projectos que tenham execução nos próximos 12 meses a taxa de comparticipação até 100% de modo a que sejam acelerados.

Em relação à ferrovia, o que pode ser antecipado?

Não estamos a falar de medidas com efeito imediato na capacidade de transportar mais pessoas nas próximas semanas ou meses. O programa de investimentos até 2023

JOSÉ SENA GOULÃO/LUSA



exigências sanitárias e vamos estudar outros mecanismos complementares com pequenas obras que dinamizem um segmento ainda mais “micro” de investimentos. Estamos muito preocupados com que a economia funcione aos diversos níveis: não só nas grandes cadeias produtivas, mas também a nível do “sistema linfático”.

Mas aí não têm que ter em conta a viabilidade das empresas? António Costa ainda esta semana dizia que não valia a pena os bancos estarem a dar crédito a empresas sem viabilidade. Aqui, nos fundos, isso também não se coloca? Há empresas que necessariamente vão cair. Se calhar, não é possível tratar todos os feridos...

Há alturas em que se tem que escolher, como vimos até com crueza nesta crise [sanitária] porque os recursos são escassos. Na economia, isso sucede muitas vezes. Temos graduações diferentes que fazemos na avaliação. Quando uma empresa quer auxílios no valor de algumas dezenas de milhões de euros, aí, naturalmente, temos que ser rigorosos e o escrutínio deve ser total. Aí, sou muito pouco sensível àqueles que dizem que somos muito burocráticos e que pedimos muitas coisas. Outra situação é, quando para dinamizar o mercado, estamos a falar de apoios de cinco ou três mil euros.

Está a dizer que nesses casos o Governo vai ser mais generoso... Podemos assegurar não totalmente que a empresa que recebe o nosso apoio possa perdurar no futuro, mas há uma coisa que temos que garantir sempre: que o dinheiro que foi obtido foi aplicado naquilo que ela disse que ia ser aplicado e que consta nos nossos regulamentos. Agora, se, de facto, foi para uma empresa que não conseguiu assegurar a sua sobrevivência mesmo com o nosso apoio, enfim, isso ninguém pode garantir em boa verdade, mesmo com muitas análises de risco que possamos fazer. A experiência diz-nos que mesmo nas tais maiores empresas vemo-nos confrontados com a triste e crua realidade de empresas que vão à falência na mesma.

helen.pereira@publico.pt



Queremos manter todos os grandes projectos de obras públicas em execução e até acelerá-los

A nossa estrutura de rendimentos é muito instável

Temos que cuidar dos feridos, ou seja, dos sectores mais afectados por esta crise da pandemia de covid-19

A Europa acreditou de mais numa concepção liberal de divisão internacional do trabalho

Na economia como na vida em geral, temos que ter mais do que um amigo. É uma questão de bom senso

Na hora de decidir, a Europa vai ser capaz de vencer estes atavismos e estas visões estreitas

“É inconcebível que não haja Orçamento da UE até final deste mês”

António Costa tem defendido uma reindustrialização da economia...

É uma nova preocupação da Europa. A Europa, globalmente falando, acreditou de mais numa concepção liberal de uma divisão internacional de trabalho que poderia concentrar-se naquilo que era mais agradável, mais limpo, menos trabalhoso, com menos suor fazer-se, e deixar para os outros, porventura os chineses, a produção e a manufactura mais custosa. Viu agora, numa situação de aperto, que fez mal e que não pode viver assim. Os nossos apoios comunitários às empresas têm uma forte concentração já na actividade industrial. Perto de 70% dos apoios do Portugal 2020 são actualmente destinados à actividade industrial. Temos é que recalibrar o tipo de indústria a apoiar: com maior valor acrescentado, mais baseada no conhecimento, mais focada nas cadeias de valor com procura emergente. Nenhum país deve depender em excesso de nenhum sector. É uma questão de bom senso, não só na economia, mas na nossa vida em geral, temos que ter mais do que um amigo.

Nesta altura em que estamos a falar, ainda não há um quadro plurianual definido. Acredita que existirá, até ao fim deste semestre?

Não quero deixar de acreditar que nas próximas semanas havemos de ter uma decisão política sobre o novo quadro financeiro plurianual e sobre o novo plano de recuperação decidido no último Conselho Europeu. É inconcebível que essa clarificação não esteja feita até ao final deste mês.

Vai ser preciso um plano de contingência que acautele a possibilidade de o próximo quadro comunitário de apoio não arrancar no dia 1 de Janeiro de 2021, como dizia esta semana a eurodeputada

do PS Margarida Marques?

Temos que chegar a acordo, todos. Temos que ser criativos, inteligentes e disponíveis. Mas não se pode jogar com as palavras. O Orçamento da UE tem que se ajustar às novas necessidades criadas por esta crise. Seria muito pouco entendível que o orçamento mais o fundo de recuperação não crescessem de uma forma substantiva. E não falemos de percentagens do rendimento nacional bruto porque o RNB projectado para os primeiros anos dos próximos sete vão ser revistos fortemente em baixa. O 1,07% do RNB apresentado no último Conselho Europeu, neste momento, em termos absolutos, já não é aquilo que era, já representa um corte grande efectivo no Orçamento da UE. Os referenciais não se fazem em termos de percentagem neste contexto, mas devem fazer-se em termos de valor. **Como europeísta, não está triste com as dificuldades que os países têm tido na procura de um consenso?**

Os europeus são responsáveis pela difícil situação em que estamos agora porque estivemos dois anos a discutir o quadro financeiro plurianual e não chegámos a acordo. Agora, temos dois problemas em vez de um: temos o quadro financeiro plurianual mais o problema de recuperação da pandemia. Quero acreditar que vamos ser capazes de concretizar esse caminho criativo e vamos chegar a consenso. Acho que, na hora de decidirmos, a Europa vai ser capaz de vencer estes atavismos e estas visões estreitas, porque se trata de visões estreitas não só do ponto de vista de pensamento e de ideologia, mas também sob o ponto de vista de racionalidade e de perspectiva económica. A solidariedade sempre fez parte da racionalidade económica. Foi assim que o mercado comum foi construído. A saída da crise tem de ser do mesmo modo.

Vídeo mostra pressões de Bolsonaro sobre Moro

“Não vou esperar f... alguém da minha família”, diz o Presidente do Brasil na gravação de uma reunião do Governo que revela ameaça ao ex-ministro da Justiça, se este não afastasse comandante da PF no Rio

Brasil
João Ruela Ribeiro

Aos poucos, o inquérito movido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) vai pintando um quadro cada vez mais desastroso para o Presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, sobre quem recaem suspeitas de tentar interferir na Polícia Federal (PF). Uma gravação de uma reunião entre ministros, em Abril, mostra Bolsonaro a levantar preocupações com investigações policiais em curso no Rio de Janeiro que visavam familiares seus e a ameaçar demitir responsáveis da polícia e o próprio ministro da Justiça da altura, Sergio Moro.

O vídeo da reunião de 22 de Abril foi exibido na terça-feira a um grupo restrito de responsáveis pelas investigações e é considerado uma peça crucial para averiguar qual o nível de interferência de Bolsonaro na PF.

De acordo com várias fontes que viram a gravação, citadas pela imprensa brasileira, Bolsonaro estava particularmente mal-humorado na reunião daquele dia. Em causa estava o receio de que a família do Presidente estivesse a ser perseguida pela polícia do Rio de Janeiro e, por isso, Bolsonaro exigiu a Moro que substituisse o superintendente da PF carioca.

Se não o fizesse, disse Bolsonaro, trocaria então o director-geral, que, na altura, era Maurício Valeixo, um aliado do ministro da Justiça. Por fim, o Presidente ameaçou mesmo demitir Moro. Todas estas alterações viriam a concretizar-se poucos dias depois.

“Não vou esperar foder alguém da minha família. Troco todo mundo da segurança. Troco o chefe, troco o ministro”, disse Bolsonaro na reunião, de acordo com as fontes ouvidas pela Globo. Pessoas que estiveram na exibição do vídeo dizem que o seu conteúdo é “devastador” para a defesa do Presidente.

Na terça-feira, alguns ministros do Governo também foram ouvidos no âmbito da investigação. Tanto o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno, como o ministro da Secretaria do Governo,



No vídeo, Bolsonaro pressiona Moro a mudar comando da PF

Luiz Eduardo Ramos, ambos militares, disseram que na reunião Bolsonaro manifestou descontentamento com a forma como as informações “da área da inteligência” lhe estavam a ser passadas, mas não interpretaram as palavras do Presidente como pressão para que Moro trocasse os responsáveis da PF. Ainda esta semana será ouvida a deputada Carla Zambelli, que trocou mensagens com Moro em que havia referências às alegadas pressões de Bolsonaro.

Pode ser divulgado

A divulgação pública do vídeo é a próxima batalha judicial. O juiz do STF Celso de Mello, que chefia a investigação, pediu ao procurador-geral da República, Augusto Aras, que levante o sigilo da gravação e deu, na terça-feira à noite, um prazo de 48 horas para o fazer. A defesa de Moro também requereu a sua divulgação na íntegra.

Bolsonaro negou a existência de investigações a membros da sua família e diz que apenas a sua segurança o preocupa

Bolsonaro disse estar disponível para revelar “qualquer parte do vídeo que seja pertinente ao inquérito”. Em declarações aos jornalistas ao fim do dia, o Presidente negou as versões que circularam sobre as suas declarações na reunião ministerial. “Não existem as palavras superintendente ou Polícia Federal [na reunião]”, garantiu. De facto, Bolsonaro refere-se à PF do Rio de Janeiro como “segurança do Rio” durante a reunião, segundo as fontes.

Bolsonaro negou também a existência de qualquer investigação a membros da família e esclareceu que a sua única preocupação é com a segurança dos familiares.

O advogado de Moro, Rodrigo Rio, afirmou que o conteúdo da gravação

“confirma integralmente as declarações do ex-ministro” e disse ser “de extrema relevância” que o vídeo seja divulgado publicamente.

A reunião de 22 de Abril foi citada por Moro durante o depoimento que prestou na semana passada como prova de que Bolsonaro queria trocar os comandantes da PF por causa de investigações a familiares.

Dois dos filhos do Presidente estão envolvidos em investigações. O vereador Carlos Bolsonaro é suspeito de orquestrar uma campanha de disseminação de notícias falsas a partir do Palácio do Planalto para denegrir a imagem de adversários políticos do Governo. O senador Flávio Bolsonaro está a ser investigado pelo envolvimento num esquema de desvio dos salários dos seus assessores enquanto era deputado estadual pelo Rio de Janeiro.

Quando apresentou a demissão, a 24 de Abril, Sergio Moro justificou a sua saída do Governo com a insistência, que se prolongava há vários meses, de Bolsonaro em trocar responsáveis da PF. Desde que Moro saiu, o Presidente tentou nomear o actual director da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Alexandre Ramagem, um amigo da família e homem de confiança do Presidente, como director-geral da PF.

A nomeação foi bloqueada por uma decisão do STF, e Bolsonaro acabou por desistir da ideia, decidindo então colocar à frente da PF o “número dois” de Ramagem, Rolando de Souza, que, no primeiro dia no exercício do cargo, substituiu o superintendente da polícia do Rio de Janeiro.

A última palavra em relação ao andamento da investigação às alegadas interferências de Bolsonaro na PF cabe ao procurador-geral, que, depois de estarem concluídos todos os testemunhos – que podem até incluir o do próprio Presidente – deverá decidir se apresenta uma acusação formal contra o chefe de Estado. Se assim for, ainda é necessária uma maioria de dois terços na Câmara dos Deputados, a favor, para que Bolsonaro seja julgado.

joao.ruela@publico.pt



Mike Pompeo com Benny Gantz. O secretário de Estado foi vago quanto à anexação

Em Israel para visita em tempo de pandemia, Pompeo fala da China

Médio Oriente
Maria João Guimarães

Secretário de Estado dos EUA reuniu-se com Netanyahu e Benny Gantz para discutir planos de anexação da Cisjordânia

É a visita de Estado ao estrangeiro mais significativa em tempos de pandemia: o secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, esteve oito horas em Israel para se reunir com o primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu, e ainda com Benny Gantz, que deverá dividir o Governo com Netanyahu num executivo que deverá tomar posse hoje.

A tomada de posse do Governo que se segue há mais de um ano de indefinição e a três eleições estava marcada para ontem, mas foi alterada para permitir a visita de Pompeo. Para o diário *Jerusalem Post*, a visita, “a maior viagem ao estrangeiro deste género, sublinha a forte ligação sem precedentes” entre os EUA e Israel.

Na agenda estavam coronavírus, Irão, e a promessa eleitoral de o novo governo avançar com anexação de parte da Cisjordânia.

Pompeo mencionou o coronavírus para elogiar a cooperação e troca de informação de Israel, ao contrário de “outros países”, querendo dizer a China – um dos pontos em que EUA e Israel têm pontos de vista diferentes, com Washington cada vez mais crítico de Pequim e preocupado com a abertura israelita ao investimento chinês, por exemplo, na área da tecnologia ou projectos de infra-estrutura, como o porto de Haifa. A jornalista do *Jerusalem Post* Lahav Harkov viu nas palavras de Pompeo “uma escalada” na pressão norte-americana sobre Netanyahu em relação à China.

Quanto à anexação, o secretário de Estado dos EUA disse que a data da acção “não está escrita na pedra” (o acordo de Governo entre Netanyahu e Gantz prevê 1 de Julho), depois de antes ter dito que esta é uma questão cuja iniciativa e decisão “cabe inteiramente ao Governo israelita” (o acordo do novo Governo especifica a necessidade de concordância dos EUA).

Pompeo “foi muito vago nos comentários”, nota ainda Harkov. A jornalista do *Haaretz* Noa Landau sublinha que na declaração do Departamento de Estado não há uma palavra sobre a anexação, e Barak Ravid diz que a atitude reflecte uma falta de

disposição dos EUA correrem o risco de terem um problema entre mãos no ano em que Donald Trump tenta a reeleição.

Também do lado de Israel a ideia da concretização de uma anexação é vista com desconfiança, Anshell Pfeffer, biógrafo do primeiro-ministro sublinha que “Netanyahu trabalhou durante décadas para conseguir a situação actual, em que a questão palestina praticamente desapareceu da agenda global – para quê pôr tudo isso em risco levando a cabo a anexação?”

O diário israelita *Haaretz* destacava as palavras do alto representante para a Política Externa da União Europeia, Josep Borrell, para quem o plano de anexação será “a questão mais importante na agenda” da reunião de amanhã dos ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia.

Com tudo isto, Aaron David Miller, antigo negociador dos EUA em conversações entre israelitas e palestinos e hoje analista do centro de estudos Carnegie Endowment for International Peace, não hesita em comparar o conteúdo da visita ao da série *Seinfeld*, que foi vendida como uma *sitcom* “sobre nada”.

mguimaraes@publico.pt

Magistrados investigam mensagens de ódio a italiana refém de grupo jihadista

Itália

Magistrados italianos abriram uma investigação a uma série de mensagens enviadas a Silvia Romano, uma trabalhadora humanitária italiana que foi raptada no Quênia e esteve mais de um ano refém de um grupo islamista. Ao saber-se que se convertera ao islão, a italiana recebeu mensagens de ódio e ameaças. A polícia patrulha a rua em que vive, em Milão.

Silvia Romano, de 24 anos, estava a trabalhar num orfanato numa aldeia no Sudeste do Quênia quando foi levada por homens armados em Novembro de 2018. Foi levada para a Somália e acredita-se que tenha ficado em poder do grupo jihadista Al-Shabaab, um dos mais perigosos de

África. Quando regressou a Itália no domingo, foi recebida pelo primeiro-ministro e tinha o cabelo tapado por um lenço.

Os *media* disseram que o Governo pagou um resgate de 1,5 milhões de euros para a libertar, o que não foi confirmado.

A sua família confirmou que, em cativo, ela se tinha convertido ao islão e mudou o nome para Aisha. Romano disse não ter sido forçada a converter-se e que não foi maltratada pelos seus captores.

A notícia da sua conversão provocou reacções em alguns círculos. “Islâmica e feliz. Silvia, a ingrata”, titulava na segunda-feira *Il Giornale*. Um político de Treviso escreveu no Facebook que Romano deveria ser enforcada. O *post* foi apagado.

PUBLICIDADE

DOAR 0,5% DO SEU IRS À ASSOCIAÇÃO DIANOVA PORTUGAL

“É não deixar ninguém para trás!”



NIPC Associação Dianova Portugal

501 601 163

A Dianova contribui para o alcançar do #ODS3 Saúde de Qualidade das Nações Unidas através de programas e iniciativas de educação e promoção de saúde em meio escolar e comunitário. I.P.S.S. de Utilidade Pública. Saiba + www.dianova.pt



CIÊNCIA

Grupos antivacinas estão a vencer competição no Facebook

Análise da “competição *online*” entre movimentos pró e antivacinas concluiu que, dentro de dez anos, a posição antivacinas pode vir a dominar. Estudo pode ser útil para a actual pandemia da covid-19

Saúde pública
Andrea Cunha Freitas

A equipa de investigadores norte-americanos mergulhou no universo de três mil milhões de utilizadores do Facebook à procura dos movimentos pró e antivacinas e apreciando a “competição *online*” destes grupos. Além do perfil das comunidades, foi analisada a influência que as duas perspectivas opostas têm junto dos cidadãos indecisos sobre este tema. Os resultados mostram que a estratégia usada pelos movimentos antivacinas é bastante mais eficaz e que, no prazo de uma década, esta posição pode ganhar força ao ponto de se tornar dominante. E a covid-19 pode ser a tempestade perfeita para dar ainda mais poder a estes grupos minoritários, mas com cada vez mais sucesso, alertam os autores, que apresentam soluções para evitar esta tomada de poder desinformado.

Os autores do artigo publicado hoje na revista *Nature* esperavam que o conhecimento científico, médico e sobre saúde pública a nível governamental estivesse no centro das atenções dos cidadãos indecisos. No gráfico publicado no artigo que melhor ilustra os resultados deste estudo (ver imagem), estas comunidades pró-vacinas estão marcadas como pontos a azul e os grupos de “indecisos” a verde. Os vermelhos representam os movimentos antivacinas.

O que os cientistas verificaram é precisamente o contrário do que se esperava e do que se pensa sobre o poder de persuasão do conhecimento científico na área da saúde junto dos grupos de pessoas que não têm uma opinião firme sobre um determinado assunto, diz ao PÚBLICO Neil Johnson, do Departamento de Física da Universidade George Washington, na cidade de Washington (EUA).

Os pontos azuis aparecem assim de uma forma marginal no sistema e são os vermelhos que surgem mais próximos e ao redor dos indecisos. Pior do que isso, os grupos de cidadãos indecisos (grupos de pais, por exemplo) não estarão passivamente a

observar nos bastidores o que circula nas redes sociais, mas, em vez disso, estão a procurar informação junto dos grupos antivacinas e estes estão a aproximar-se dos pontos verdes.

Assim, na competição *online*, e especificamente no universo do Facebook, são os supostamente mais desorganizados grupos antivacinas que melhor se posicionam para convencer as pessoas indecisas. Porquê? “Os vermelhos têm muitos ‘sabores’ atractivos na narrativa sobre vacinas e sobre saúde em geral, como por exemplo: ‘Ama o seu filho e quer protegê-lo? Gosta de comida biológica? etc., etc.’”, resume Neil Johnson, explicando ainda que daí partem então para uma descredibilização de empresas, Governo e cientistas e depois entram no campo das vacinas. Essa, diz o cientista, é uma parte do segredo do sucesso destes grupos: a riqueza da narrativa, mais diversificada e atraente do que a monótona e pouco diversificada voz da ciência e das autoridades de saúde.

74

milhões de cidadãos agrupados em 885 clusters representam o universo de pessoas indecisas analisado pelos investigadores

muitos outros temas e para negar, por exemplo, as alterações climáticas.

Neil Johnson faz questão de não demonizar estas pessoas. “É importante dizer que estas pessoas não são más pessoas. Podem ser o seu vizinho, o seu tio, etc.. Eles estão apenas a juntar fragmentos muito confusos que ouviram de uma determinada forma e depois descobrem uma comunidade com uma narrativa que parece fazer sentido para eles. Uma narrativa que os atrai.”

Sete motivos para o sucesso

Os autores do artigo falam especificamente em sete motivos que explicam o sucesso dos movimentos antivacinação. Neil Johnson destaca algumas das estratégias dos “poderosos vermelhos”. “Embora numericamente pequenas, estas comunidades dividiram-se em muitas (pequenas) comunidades e cada uma possui uma página no Facebook; portanto, *online*, elas parecem enormes”, refere. Num dos quadros publicados, os investigadores contabilizam 4,2 milhões de indivíduos envolvidos nos grupos de antivacinação em 317 *clusters*, 6,9 milhões de pessoas em 124 *clusters* pró-vacinação e um esmagador número de mais de 74 milhões de cidadãos indecisos organizados em 885 grupos.

O cientista insiste que “os vermelhos” jogam com alguns trunfos nas redes sociais. “Os vermelhos oferecem muitos sabores atraentes e nuances de des-

confiança, em oposição à mensagem ‘baunilha’ da ciência governamental e orientações da ciência médica.”

Mais recentemente, estes grupos investem na promoção da incerteza em torno da covid-19, alimentando a ideia de que uma vacina para a covid-19 será apressada. E aqui, diz o cientista, pode estar a tempestade perfeita para estes grupos minoritários, mas persuasivos, uma vez que os próprios grupos azuis (páginas no Facebook onde encontramos o conhecimento científico, médico e sobre saúde pública a nível governamental) ainda não conseguem apresentar certezas sobre a covid-19. “Estes grupos a vermelho agora estão focados na covid-19, e

os grupos de cidadãos indecisos estão muito interessados neste assunto”, constata Neil Johnson.

Não lutar e atrair os verdes

O artigo publicado na *Nature* antevê que no prazo de apenas dez anos, se nada mudar, estes grupos de desinformação e informação falsa podem acabar por convencer muitos dos cidadãos indecisos e dominar nas redes sociais. O trabalho foi elaborado antes da covid-19, acompanhando sobretudo o fenómeno da comunicação à volta do problema do sarampo nos EUA, que se intensificou em 2019. Mas ainda houve tempo para incluir a covid-19 no texto.

“A oposição à vacinação perante, por exemplo, uma futura vacina contra o SARS-Cov-2, o agente causador da covid-19, pode agravar surtos da doença, como aconteceu com o sarampo em 2019”, argumentam no início do trabalho. Ao PÚBLICO, o investigador arrisca dizer que com a pandemia o cenário ainda poderá ser pior, com mais gente convencida de que não deve confiar numa vacina feita à pressa. “O perigo é que, se não forem vacinados os verdes [grupos de indecisos] suficientes, então poderemos ter de ficar

com a covid-19 entre nós durante muito tempo após uma vacina”, avisa.

Mas então o que fazer? Como evitar o domínio destes grupos nas redes sociais que poderá demorar apenas dez anos a instalar-se? Neil Johnson acredita que, em vez de gastarmos energias a convencer os vermelhos de que estão errados – o que, alerta, não só é muito, muito difícil como também pode ser um tiro que sai pela culatra e que ainda tornará os vermelhos mais fortes –, o esforço dos azuis deve virar-se apenas para os grupos de cidadãos indecisos, tentando cativá-los de forma inteligente. Em resumo: “Não lute contra os vermelhos, convença os verdes.”

Imagem do sistema com os grupos de cidadãos indecisos (a verde), as páginas dos grupos antivacinas (a vermelho) e as comunidades pró-vacinas (azuis) mais afastadas para a periferia

NATURE, MAIO 2020

acfreitas@publico.pt

NO DIA INTERNACIONAL DOS MUSEUS, A ARTE GANHA VIDA E SAI À RUA.

SERRALVES
Paula Rego, The Vivian Girls on the Farm, 1984 - 1985
Col. Fundação de Serralves - Museu de Arte Contemporânea, Porto
Tinta acrílica sobre tela
246,5 x 181,5 cm

SEGUNDA,
18 Maio,
OFERTA COM O PÚBLICO

P



No dia 18 de Maio, receba de oferta com o jornal Público uma de mais de 20 máscaras sociais assinadas por alguns dos mais importantes museus, monumentos e fundações nacionais.
Ao proteger-se, está a proteger a cultura.

Parceiros principais



Parceiros de comunicação



Instituições associadas



Conceito



Produção



SERRALVES

Ao abrigo do Ministério da Cultura



Stock limitado. Máscara social (não cirúrgica) em tecido, lavável e reutilizável, com certificação do CITEVE. Não nos responsabilizamos pela sua incorrecta utilização. Leia atentamente as instruções que se encontram na embalagem.
*Por decisão solidária dos sócios a editora participou neste projecto em regime pro bono.

CULTURA

As salas podem reabrir em Junho mas quando teremos cinemas?

Poucos exibidores se comprometem com uma reabertura no dia previsto pelo Governo. Até porque continuam à espera das novas regras sanitárias que, à partida, só chegarão na próxima semana

Cinema
Rodrigo Nogueira

No final de Abril, o Governo anunciou que, depois de meses encerradas, as salas de cinema, tal como os teatros e os auditórios, poderão finalmente reabrir a 1 de Junho. Com capacidade limitada e, por serem espaços fechados, com a obrigatoriedade de uso de máscara para os espectadores. Mas estarão todas as salas prontas para a reabertura já no início do próximo mês? E com que programação, dado que, com o confinamento, houve filmes que viram a sua vida em sala encurtada e estreias adiadas ou passadas para *streaming* e *video-on-demand*?

O Espaço Nimas, em Lisboa, foi o primeiro a anunciar quando retomará a actividade. Começou por anunciar que seria no próprio 1 de Junho, entretanto adiou o regresso para dia 10. A programação das primeiras semanas de retoma da actividade ainda não foi anunciada, mas já se alude às medidas concretas de segurança que terão de ser observadas, entre as quais “a redução da lotação da sala”, a imposição de “lugares marcados de modo a manter-se a distância física adequada”, o “uso de máscara no interior das instalações”, a “desinfecção regular e reforço da limpeza nas áreas de contacto manual”, e a “disponibilização de gel desinfetante para as mãos”. Tanto para quem frequenta a sala como para quem lá trabalha.

Quanto às outras salas, continua por anunciar em que data estarão de regresso. Muitas, aliás, estão à espera das medidas que o Governo anunciará no início da próxima semana, como prometeu ontem a ministra da Cultura, Graça Fonseca, na Assembleia da República (ver texto na página 7). A Nos, maior exibidora do país, com 31 cinemas, limita-se a informar que “é prematuro” avançar quando é que as salas irão reabrir. A UCI, que tem salas no Porto e na Grande Lisboa, não disponibilizou ainda quaisquer informações oficiais.

Diogo Morgado, da comunicação dos CinemaCity, adianta que este



Os maiores exibidores do país consideram prematuro avançar uma data concreta para a reabertura das salas de cinema

exibidor, com salas em Setúbal, Alfragide, Alvalade, Campo Pequeno, Beloura e Leiria, está a tentar organizar-se “para retomar a actividade a partir de 1 de Junho”. Mas os CinemaCity deparam-se, contudo, com dificuldades para encontrar “conteúdos disponíveis” para estreia nessa altura, “o que poderá vir a atrasar a abertura”. Ainda não há, por isso, uma data definida. É que as estreias dos grandes estúdios americanos foram todas adiadas, prevenindo-se que, na melhor das hipóteses, voltem em Julho.

Pedro Borges, do Cinema Ideal, em Lisboa, diz que reabrirá “em concertação” tanto “com os outros cinemas, em particular com os (muito poucos) cinemas independentes”, como com “os distribuidores, natu-

ralmente, porque se não houver filmes não se pode reabrir”. Diz que é certo que as salas independentes querem abrir logo no dia 1, ou na quinta-feira, dia de estreias, imediatamente posterior, dia 4, mas ainda é cedo para dizer ao certo.

Preparados para tudo

O Cinema Ideal – que, diz o responsável, provavelmente só poderá reabrir com um quarto da lotação –, está, como as outras salas, à espera das indicações do Governo e da Direcção-Geral da Saúde. E preparado para mudar rapidamente os planos, dependendo do que acontecer: seja para redobrar as sessões, se tudo correr bem, ou para “mandar toda a gente para casa”. No que diz respeito à programação, Pedro Borges ante-

cipa colaborações com o DocLisboa e filmes como *Retrato da Rapariga em Chamas*, de Céline Sciamma, cuja estreia calhou pouco antes do início do confinamento, ou *Mathias & Maxime*, de Xavier Dolan.

O Cinema Trindade, no Porto, está à espera de “conhecer as regras relativas às restrições”, e ao mesmo tempo a tentar articular “com as outras salas” uma reabertura. O dia 4 de Junho, quinta-feira, é, portanto, “uma forte possibilidade”. Sem qualquer compromisso. O que o Governo disser no início da próxima semana será, para estas duas salas da Baixa da cidade, determinante.

Já o Dolce Vita Ovar estima abrir logo no dia 1, com curtas-metragens a passarem antes dos filmes, numa colaboração com o festival de cinema

de Avanca. Serão exibidas obras que estiveram em competição na 24.ª edição do festival.

Dos cineclubes contactados pelo PÚBLICO, o Cineclube de Joane, sem se comprometer, conta “reunir as condições para apresentar uma programação para o mês de Junho”, “a confirmarem-se as necessárias autorizações das entidades nacionais e locais”. O Cineclube de Vila do Conde, que depende do Teatro Municipal de Vila do Conde, equipamento tutelado pela autarquia, ainda não tem quaisquer informações sobre o regresso, ao passo que o Cineclube de Amarante prevê que o mais provável é só retomar as sessões em Setembro.

rodrigo.nogueira@publico.pt

Autoridade para as Condições do Trabalho abre inquérito à Fundação Casa da Música

Trabalho

Ministra da Cultura espera pelo resultado do processo para se pronunciar. Sobre as queixas em Serralves, diz-se “esclarecida”

A Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) abriu um inquérito à Casa da Música, na sequência das recentes denúncias de que a instituição tem entre os seus colaboradores falsos recibos verdes, revelou a ministra da Cultura ontem no Parlamento, durante uma audição regimental (ver texto na página 7).

Questionada pela deputada Alexandra Vieira, do Bloco de Esquerda (BE), que acusou o Governo de um “silêncio inaceitável” face às queixas de atropelos aos direitos laborais e de irresponsabilidade social nas fundações de Serralves e Casa da Música, em cujos conselhos de administração o Estado tem representantes, a ministra fez questão de separar os dois casos. “No que diz respeito à Casa da Música, a informação que tenho é que neste momento decorre um processo público promovido pela própria ACT, relativo às situações que foram reportadas. Julgo, aliás, que uma é iniciativa a partir do Parlamento, portanto aguardamos pelos resultados”, disse Graça Fonseca.

Já sobre Serralves, a ministra argumentou que se trata de “um número significativamente inferior” de pessoas, que “tinham diferentes prestações de serviços ou contratos com diferentes entidades”, situações que não merecem, por parte do Governo, “muitos mais comentários”.

Após a insistência da deputada, que considerou que a mensagem transmitida pelo Governo às duas instituições é a de que “podem fazer o que lhes apetece”, Graça Fonseca reiterou que aguardará os resultados do inquérito da ACT à Casa da Música e que, quanto a Serralves, pediu esclarecimentos à administração e ficou “esclarecida”.

Questionada pelo PÚBLICO, a administração da Casa da Música não quis pronunciar-se. Também não foi possível saber junto da ACT, até ao fecho desta edição, qual o âmbito do processo e em que data se estima que estará concluído. Mas

fonte dos 92 trabalhadores que no final de Abril subscreveram um abaixo-assinado a denunciar a situação de precariedade em que a administração deixou os profissionais que não integram o quadro esclareceu que o inquérito da ACT incide sobre o recurso aos “falsos recibos verdes”, e foi instaurado após denúncia dos próprios profissionais da instituição, e não dos deputados.

Já sobre a situação dos trabalhadores agora temporariamente dispensados dos seus serviços, na sequência do cancelamento da programação por causa da pandemia, a mesma fonte diz que esta é “uma questão ética e de responsabilidade social”, e que a sua observância “não cabe nas atribuições da ACT”.

O abaixo-assinado enviado ao director-geral da Fundação Casa da Música foi subscrito por 28 trabalhadores com contrato e 64 prestadores de serviços a recibo verde, nomeadamente assistentes de sala, guias, músicos, técnicos e formadores. Em resposta, a instituição garantiu que os trabalhadores estão a receber na íntegra as suas remunerações, enquanto os colaboradores estão a ser remunerados em função da sua colaboração efectiva, “respeitando a legislação aplicável”.

Em Serralves, e conforme o BE denunciou em Abril, mais de 20 trabalhadores do Serviço Educativo estão sem vencimento, depois de a administração ter recusado a realização de actividades *online*. Os técnicos externos das exposições estão em idêntica situação. Também a Fundação de Serralves assegura estar a “cumprir todas as suas obrigações”. **PÚBLICO/Lusa**



Inquérito na Casa da Música visa os falsos recibos verdes

Façam à língua o mesmo que ao euro: igual na face, mas reversos diferentes



Em Público Nuno Pacheco

Como pedra lançada num lago, o Dia da Língua não cessa de produzir ondulações. Há dias, chegou-nos a mensagem que, a tal propósito, difundiu o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo. Disse ele: “A experiência humana não se narra num idioma global asséptico, invertido. Narra-se nas línguas específicas. Em cada qual a humanidade se articula em formas diferentes. Em cada língua há coisas que somente nela se podem dizer.” Pois. Já o primeiro-ministro português, António Costa, dissera à agência Lusa: “O português tem uma característica importante, tem-se sabido adaptar a diferentes territórios onde tem evoluído. [...] Hoje é uma língua que pertence a muito mais pessoas no Mundo do que só a nós portugueses e isso traduz-se em formas diversas de escrever.” Impossível não pensar num dos poemas que o modernista brasileiro Oswald de Andrade (1890-1954) incluiu no seu livro *Pau Brasil* (1925): “Para dizerem milho dizem mio/ Para melhor dizem mió/ Para pior pió/ Para telha dizem têia/ Para telhado dizem teado/ E vão fazendo telhados.” (*Vício na fala*, pág. 33).

Porquê? Porque dizem “telhados”, mas fazem “teados”. Uma atitude coerente com declarações como estas seria olhar para a língua portuguesa como um património comum, sim, mas com pleno direito às suas diferenças: orais, vocabulares e ortográficas. E não insistir num acordo ortográfico moribundo que a ninguém aproveita. Um bom exemplo foi-nos dado pela moeda única europeia, o euro. Cada moeda de um euro tem o mesmíssimo valor e a mesma imagem numa das faces; mas na outra são todas diferentes, reflectindo cada qual o seu país. Assim podia ser a língua portuguesa: com o mesmo valor para cada uma das suas variantes nacionais, mas reservando cada

qual os seus traços específicos, aplicáveis nos respectivos países. A insistência num acordo ortográfico que ignora tais diferenças, fingindo que não existem, já não fazia sentido em 1945 nem em 1990, mas hoje é cada vez mais obsoleta.

Um pequeno exemplo, retirado do inglês: escrevamos no programa de texto *Word* as palavras britânicas *colour, centre, grey, mould, plough, theatre, traveller* e as suas variantes americanas *color, center, gray, mold, plow, theater e traveler*. Se as sujeitarmos ao corrector ortográfico do Reino Unido, vemos que ele só valida as primeiras. Idem, com os correctores ortográficos (são 16, ao todo) da África do Sul, Austrália, Belize, Caraíbas, Hong Kong, Irlanda, Jamaica, Malásia, Nova



O único acordo admissível é reconhecer as variantes nacionais e fixá-las como partes de um corpo comum, o da língua portuguesa

Zelândia, Singapura, Zimbabwe e Trinidad e Tobago – aceitando, apenas esta última, o uso de dupla grafia em *plow/plough*. O corrector dos Estados Unidos só “chumba” as variantes britânicas *colour, centre, mould e traveller*, admitindo como aceitáveis as grafias das restantes; o das Filipinas idem, embora rejeitando a grafia *theatre*; e o Canadá aceita todas as variantes.

O que sucede no nosso idioma? Mesmo com o acordo “unificador”, há no programa *Word* duas variantes no corrector ortográfico: “Portuguese (Portugal)” e “Portuguese (Brazil)”. Onde estão os outros países? Optam, que remédio, por uma ou outra! Quem ousa falar em “colonialismo” a propósito da rejeição do acordo, devia reflectir nisto. Porque “colonialismo” é o que o acordo

ortográfico veio reforçar, ao pretender impor uma norma “universal” que afinal... são duas.

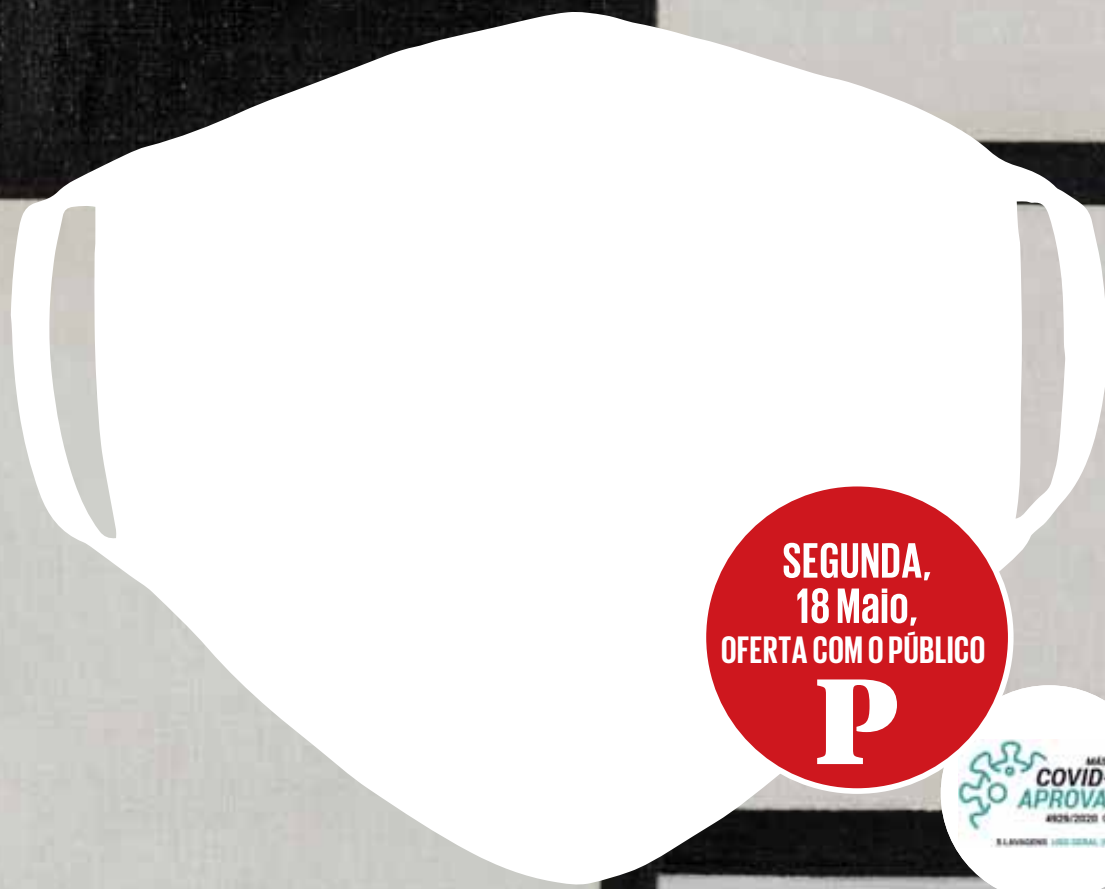
De modo invio, o dito Vocabulário Ortográfico Comum (VOC) do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) acolhe vocabulários nacionais (cada um com a sua bandeirinha), mas para os despejar num “saco” comum que é uma misturada inqualificável. Feito com critério, o que não sucedeu no VOC (como já aqui se demonstrou), essa poderia ser uma base para a fixação das variantes nacionais e o seu uso posterior nos correctores de texto, trabalho que não dispensaria um dicionário normativo comum (que até hoje não existe), consagrando nele todas as variantes, mas indicando explicitamente a sua etimologia e os países onde se aplicam.

Recorrendo a dois paladinos do acordo ortográfico, Evanildo Bechara disse em 2014 no Congresso Nacional Brasileiro: “O problema educacional da ortografia, do ensino da língua escrita, não se prende rigorosamente à ortografia, prende-se ao bom ensino de língua, a um desenvolvimento pedagógico (...). As mais complicadas são a inglesa e a francesa, e sabemos que o índice cultural desses dois países mostra que não é por uma reforma ortográfica que o índice cultural de um país vai melhorar”; e João Malaca Casteleiro afirmou ao PÚBLICO, no ano seguinte, 2015, que “se não houvesse esta necessidade de um acordo com o Brasil, não era necessário estar a mexer na ortografia: os ingleses não mexem há muito tempo na deles, porque não tem sido preciso”.

Aqui, têm razão. O único pressuposto errado é a “necessidade de um acordo com o Brasil”. Porque o único acordo admissível é reconhecer as variantes nacionais e fixá-las como partes de um corpo comum, o da língua portuguesa. Que se tenha feito o inverso, não espanta; e há até no Parlamento uma iniciativa legislativa de cidadãos para corrigir esse acto abusivo. Mas porquê, ainda hoje, insistir nesta indescritível e tão inútil pantomina?

Jornalista. Escreve à quinta-feira nuno.pacheco@publico.pt

NO DIA INTERNACIONAL DOS MUSEUS, A ARTE GANHA VIDA E SAI À RUA.



MUSEU BERARDO
Piet Mondrian (1872, Holanda - 1944, EUA)
Tábuleau (amarelo, preto, azul, vermelho e cinzento), 1923 Óleo sobre tela
54,5 x 53,5 cm
Museu Coleção Berardo
Fotografia de Bruno Lopes

SEGUNDA,
18 Maio,
OFERTA COM O PÚBLICO

P



No dia 18 de Maio, receba de oferta com o jornal Público uma de mais de 20 máscaras sociais assinadas por alguns dos mais importantes museus, monumentos e fundações nacionais.
Ao proteger-se, está a proteger a cultura.



**Museu
Coleção
Berardo**

Parceiros principais



SERRAVES



Parceiros de comunicação



Instituições associadas



Conceito



Produção



Ao abrigo do Ministério da Cultura



Stock limitado. Máscara social (não cirúrgica) em tecido, lavável e reutilizável, com certificação do CITEVE. Não nos responsabilizamos pela sua incorrecta utilização. Leia atentamente as instruções que se encontram na embalagem.
*Por decisão solidária dos sócios a editora participou neste projecto em regime pro bono.

**TRIBUNAL JUDICIAL
DA COMARCA
DE LISBOA**
Juízo Local Cível do Seixal
Juiz 1
Processo: 889/20.7T8SXL

ANÚNCIO
Acompanhamento de Maior
Requerente: Ministério Público
Beneficiária: Rute Silva Oliveira
Faz-se saber que foi distribuído, neste tribunal, o processo de Acompanhamento de Maior, em que é beneficiária Rute Silva Oliveira, nascida em 30-08-1993, filha de José Joaquim Machado Oliveira e de Virgínia Maria Machado de Oliveira Silva, nacional de Portugal, com domicílio na Rua Frei Luis de Sousa, Lote 49, Foros de Amora, 2845-286 Amora, com vista a serem definidas medidas de acompanhamento.
N/ Referência: 396087838
Seixal, 11-05-2020
A Juíza de Direito
Laura Maria Dias Godinho
Ribeiro Rações
O Oficial de Justiça
José Dias
Público, 14/05/2020

**TRIBUNAL JUDICIAL
DA COMARCA
DE LISBOA**
Juízo Local Cível do Seixal
Juiz 1
Processo: 886/20.2T8SXL

ANÚNCIO
Acompanhamento de Maior
Requerente: Ministério Público
Beneficiária: Maria Fernanda Pereira de Sousa
Faz-se saber que foi distribuído, neste tribunal, o processo de Acompanhamento de Maior em que é beneficiária Maria Fernanda Pereira de Sousa, nascida em 05-10-1933, com domicílio na Rua Bento Gonçalves, Lote 811, Fernão Ferro, 2865-625 Fernão Ferro, com vista a serem definidas medidas de acompanhamento.
N/ Referência: 396088889
Seixal, 11-05-2020
A Juíza de Direito
Laura Maria Dias Godinho
Ribeiro Rações
O Oficial de Justiça
José Dias
Público, 14/05/2020

**REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**
Consulado-Geral do Brasil em Faro
EDITAL DE CASAMENTO

Emílio António França Gonçalves Raro, Vice-Cônsul do Brasil em Faro, usando das atribuições que lhe confere o art. 18 da Lei de Introdução ao Código Civil faz saber que pretendem casar DIOGO DE LIMA natural de Eldorado, Mato Grosso do Sul, Brasil nascido a 22/12/1993, residente e domiciliado na Praceta Major David Neto, n.º 2, 2.º, Portimão, Portugal, nesta jurisdição consular, filho de Odair José de Lima e de Tereza Lucia Rodrigues e ISABELLA RIGIERI DA ROCHA natural de Arapongas, Paraná, Brasil nascida a 05/07/1998, residente e domiciliada na Praceta Major David Neto, n.º 2, 2.º, Portimão, Portugal, nesta jurisdição consular, filha de Paulo Afonso da Rocha e de Eliane Rigieri da Rocha.
Apresentaram os documentos exigidos pelo Art.º 1.525 do Código Civil.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavrado o presente para ser afixado em lugar visível da Chancelaria deste Consulado-Geral.
Adriana Livia Torres Manzollilo
Oficial de Registro Civil "ad-hoc"

**REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**
Consulado-Geral do Brasil em Faro
EDITAL DE CASAMENTO

Emílio António França Gonçalves Raro, Vice-Cônsul do Brasil em Faro, usando das atribuições que lhe confere o art. 18 da Lei de Introdução ao Código Civil faz saber que pretendem casar LUCAS PORTTELA DA SILVA natural de Vitória, Espírito Santo, Brasil nascido a 20/04/1989, residente e domiciliado na Avenida de Ceuta, Edif. D. João II, Lote 7, Bloco A, R/C G, Quarteira, Portugal, nesta jurisdição consular, filho de Adilson Rodrigues da Silva e de Claudiene Portela da Silva e BÁRBARA DE FREITAS RAYMUNDO natural de Vitória, Espírito Santo, Brasil nascida a 19/02/1998, residente e domiciliada na Avenida de Ceuta, Edif. D. João II, Lote 7, Bloco A, R/C G, Quarteira, Portugal, nesta jurisdição consular, filha de Sabrina de Freitas Raymundo.
Apresentaram os documentos exigidos pelo Art.º 1.525 do Código Civil.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavrado o presente para ser afixado em lugar visível da Chancelaria deste Consulado-Geral.
Adriana Livia Torres Manzollilo
Oficial de Registro Civil "ad-hoc"

**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E
FISCAL DE ALMADA**
Unidade Orgânica 1
Processo: 979/19.9BEALM
Providência cautelar
- Suspensão de eficácia de acto -
ANÚNCIO

FAZ-SE SABER, que nos autos de procedimento cautelar popular administrativo acima identificado, que se encontra pendente neste Tribunal, em que é:
- Requerente: NEGOCIATA - NINGUÉM ESPERE GRANDES OPORTUNIDADES COM INVESTIMENTOS ANTI-AMBIENTE - ASSOCIAÇÃO;
- Requeridos: APA - AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, IP, MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DA AÇÃO CLIMÁTICA, e MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS E DA HABITAÇÃO;
- Contra-Interessados: ANA - Aeroportos de Portugal, S.A., ANAC - Autoridade Nacional da Aviação Civil, Município de Alcochete, Município de Almada, Município da Amadora, Município do Barreiro, Município de Cascais, Município de Lisboa, Município de Loures, Município de Mafra, Município da Moita, Município do Montijo, Município de Odivelas, Município de Oeiras, Município de Palmela, Município do Seixal, Município de Sesimbra, Município de Setúbal, Município de Sintra, Município de Vila Franca de Xira, Município de Benavente.
São NOTIFICADOS, os Contra-Interessados, acima identificados, com a advertência de que dispõem do prazo de 7 dias para a sua constituição, na providência cautelar, nos termos dos artigos 117.º, n.º 7; 81.º, n.º 5 e 6 e 7.º-A todos do CPTA, requerida pela Requerente na sequência do pedido de alteração/ampliação da instância cautelar, que consiste na:
- Suspensão de eficácia da DIA favorável condicionada emitida pela APA - AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I.P., do dia 21.01.2020, relativa ao «projeto do Aeroporto do Montijo e Respetivas Acessibilidades».
De que, nos termos do n.º 1 do art.º 11.º do CPTA e do n.º 1 do art.º 40.º do Código de Processo Civil (CPC), é obrigatória a constituição de Mandatário:
a) Nas causas de competência de tribunais com alçada, em que seja admissível recurso ordinário;
b) Nas causas em que seja sempre admissível recurso, independentemente do valor;
c) Nos recursos e nas causas propostas nos tribunais superiores.
As entidades públicas podem fazer-se patrocinar em todos os processos por advogado, solicitador ou licenciado em direito ou em solicitadoria com funções de apoio jurídico, sem prejuízo da representação do Estado pelo Ministério Público.
Os duplicados, do requerimento de alteração/ampliação da instância cautelar, encontram-se à disposição dos notificados na Secretaria deste Tribunal.
N/Referência: 005742805
Almada, 11-03-2020
A Juíza de Direito
Noémia Maria Ferreira Fernandes Santos
A Oficial de Justiça
Cristina Maria de Matos Branco
Público, 14/05/2020

EMPREGO
PESQUISE **INSCREVA-SE EM**
EMPREGO AQUI **EMPREGO.PUBLICO.PT**
EM PARCERIA COM **trabalhando.pt**

CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
AVISO
1.ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO
DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA
NASCENTE DE QUARTEIRA

Heloísa Bárbara Madeira e Madeira, Vereadora da Câmara Municipal de Loulé, torna público, nos termos do n.º 1 do artigo 119.º, conjugado como o n.º 1 do artigo 76.º e da alínea c) do n.º 4 do artigo 191.º, todos do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT), com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, em articulação com a alínea t) do n.º 1 do artigo 35.º e do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, que a Câmara Municipal de Loulé, em reunião de 18 de março de 2020 [Proposta n.º 440/2020 [DP], deliberou dar início ao processo de alteração regulamentar ao Plano de Pormenor da Zona Nascente de Quarteira (PPZQN), publicado através da Declaração da Direção Geral do Ordenamento do Território, no *Diário da República* n.º 172 – II série, de 28 de julho de 1992.

Esta alteração tem como objetivo flexibilizar a definição prevista no n.º 4 do artigo 3.º do regulamento do PPZQN (sob a epígrafe “Altura da construção”), pela introdução de uma exceção que se adapte à realidade territorial do plano, com o aditamento de um n.º 2 no artigo 9.º (sob a epígrafe “Altura das Edificações”).

Torna-se público que foram aprovados os Termos de Referência que fundamentam a oportunidade deste procedimento de alteração e fixam os respetivos objetivos, assim como a sua isenção de avaliação ambiental estratégica, nos termos do n.º 1 do artigo 120.º do RJIGT e do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, considerando que a alteração em causa, pela sua natureza e dimensão, não é suscetível de ter efeitos significativos no ambiente. Para a elaboração deste procedimento foi estabelecido um prazo de 12 meses, nos termos do n.º 1 do artigo 119.º, conjugado com o n.º 6 do artigo 76.º, ambos do RJIGT.

Torna-se, ainda, público que foi deliberado a abertura de um período de participação pública de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da publicação do presente Aviso no *Diário da República*, nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 88.º do RJIGT.

Quaisquer reclamações e sugestões, observações e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos, por escrito, ao Presidente da Câmara Municipal de Loulé, Praça da República, 8104-001 Loulé pelo correio ou através do endereço eletrónico cmloule@cm-loule.pt com indicação expressa em “assunto” de “1.ª alteração ao regulamento do Plano de Pormenor da Zona Nascente de Quarteira (PPZQN)” e com a identificação e morada de contacto do signatário.

Torna-se, por último, público que o teor da deliberação de Câmara e demais elementos que acompanham este procedimento encontram-se disponíveis para consulta nos seguintes locais:

- Junta de Freguesia de Quarteira;
 - Sítio da Internet da Câmara Municipal: <http://www.cm-loule.pt/> em Serviços Municipais/ Planeamento, Urbanismo e Reabilitação Urbana/ Planeamento e Ordenamento do Território/ Consultas Públicas.
- 19 de março de 2020

A Vereadora,
Heloísa Madeira

Agrupamento de Escolas de Ovar
Aviso
Torna-se publico que de acordo com aviso n.º 7621/2020 publicado no *Diário da República* II Série n.º 92 de 12 de maio de 2020 se encontra aberto concurso para director(a) do Centro de Formação Intermunicipal de Estarreja, Murtosa e Ovar.
Ovar, 13 de Maio de 2020
A Diretora, *Maria Cecília Reis de Almeida Oliveira*

alzheimer
Fundada em 1988 pelo Professor Doutor Carlos Garcia, a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer - Alzheimer Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. É a única organização em Portugal, de âmbito nacional, especificamente constituída para promover a qualidade de vida das pessoas com demência e dos seus familiares e cuidadores. Tem cerca de dez mil associados em todo o país.
Oferece Informação sobre a doença, Formação para cuidadores formais e informais, Apoio domiciliário, Apoio Social e Psicológico e Consultas Médicas da Especialidade.
Como membro da Alzheimer Europe, a Alzheimer Portugal participa ativamente no movimento mundial e europeu sobre as demências, procurando reunir e divulgar os conhecimentos mais recentes sobre a Doença de Alzheimer, promovendo o seu estudo, a investigação das suas causas, efeitos, profilaxia e tratamentos.
Contactos
Sede: Av. de Ceuta Norte, Lote 15, Piso 3, Quinta do Loureiro, 1300-125 Lisboa - Tel. 21 361 04 60/8 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org
Centro de Dia Prof. Dr. Carlos Garcia: Av. de Ceuta Norte, Lote 1, Loja 1 e 2 - Quinta do Loureiro, 1350-410 Lisboa - Tel. 21 360 93 00
Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário «Casa do Alcega»: Rua Joaquim Miguel Serra Moura, n.º 256 - Alapraia, 2765-029 Estoril - Tel. 214 525 145 - E-mail: casadoalcega@alzheimerportugal.org
Delegação Norte: Centro de Dia “Memória de Mim” - Rua do Farol Nascente, n.º 47A R/C, 4455-301 Lavra - Tel. 229 260 912 | 226 066 863 - E-mail: geral.norte@alzheimerportugal.org
Delegação Centro: Urb. Casal Galego - Rua Raul Testa Fortunato n.º 17, 3100-523 Pombal - Tel. 236 219 469 - E-mail: geral.centro@alzheimerportugal.org
Delegação da Madeira: Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional da Nazaré, Cave do Bloco 21 - Sala E, 9000-135 FUNCHAL - Tel. 291 772 021 - E-mail: geral.madeira@alzheimerportugal.org
Núcleo do Ribatejo: R. Dom Gonçalo da Silveira n.º 31-A, 2080-114 Almeirim - Tel. 24 380 00 87 - E-mail: geral.ribatejo@alzheimerportugal.org
Núcleo de Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro - Complexo Social da Quinta da Moita - Oliveira, 3810 Aveiro - Tel. 23 494 04 80 - E-mail: geral.aveiro@alzheimerportugal.org

universidade de aveiro
theoria posita praes
Universidade de Aveiro
Constituição de bolsa de interessados
para exercício de funções docentes (M/F)

Docência nas áreas de Matemática
O Departamento de Matemática da Universidade de Aveiro faz saber que se aceitam manifestações de interesse de pessoas cujo currículo científico, pedagógico ou profissional seja suscetível de interessar aquele Departamento.
Para o efeito, os interessados que desejem exercer funções docentes em regime de tempo parcial no referido Departamento, poderão formalizar o seu interesse, juntando elementos pessoais, académicos e profissionais, desde que reúnam cumulativamente as seguintes condições:

- Doutoramento em Matemática ou áreas afins;
- *Curriculum vitae* de relevo na área científica Matemática;
- Será considerada preferência aos candidatos com experiência profissional.

Os interessados devem entregar:

- Carta dirigida ao Reitor da Universidade de Aveiro, explicitamente indicando qual a subárea de docência a que se candidatam (Álgebra e Combinatória, Análise, Computação e Lógica, Estatística e Probabilidades, Geometria e Topologia, Matemática-Física, Otimização e Investigação Operacional e Teoria de Sistemas e Controlo);
- Documentação comprovativa da posse do grau académico e de habilitações profissionais;
- *Curriculum Vitae* detalhado.

As manifestações de interesse deverão ser remetidas, até ao dia **28 de maio de 2020**, ao Sr. Diretor do Departamento de Matemática da Universidade de Aveiro, por correio eletrónico para dmate-secretaria@ua.pt.
O presente anúncio visa constituir uma bolsa de interessados cujas manifestações de interesse serão apreciadas pelos competentes órgãos da Universidade de Aveiro quando e se as necessidades de serviço e o mérito dos currículos apresentados o justifiquem, em todo o caso se cumprindo a tramitação fixada no ECDU para o recrutamento de docentes convidados. A presente publicitação **não consubstancia, por isso, a abertura de um qualquer concurso**, inexistindo em decorrência um qualquer direito à contratação resultante da comparação relativa dos currícula apresentados.
A Universidade de Aveiro garante, nos termos legais, a confidencialidade da documentação pessoal recebida, a cuja devolução se obriga desde que expressamente solicitado.
Conforme exarado no despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de março, do Ministro-Adjunto, do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Ministra da Igualdade, faz-se constar a seguinte menção:
“Em cumprimento da alínea h) do art.º 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação”.

Aveiro, em 29 de janeiro de 2020
O Reitor, Prof. Doutor *Paulo Jorge dos Santos Gonçalves Ferreira*

loja P
COMPLETE
AS SUAS
COLEÇÕES
NAS LOJAS
PÚBLICO
EDIFÍCIO
DIOGO CÃO
DOCA DE ALCANTARA
NORTE, LISBOA
(JUNTO AO
MUSEU DO ORIENTE)
HORÁRIO:
2.ª - 6.ª FEIRA: 9H - 19H
SÁBADO: 11H - 17H
INFO: 210 111 010

PORTO

ZITA MARIA DE ALMEIDA
ALVES DE MAGALHÃES
FALECEU
Seus filhos e demais família vêm por este meio participar o falecimento do seu ente querido. O funeral realiza-se hoje, 14 de maio de 2020 às 11h40m na igreja da Lapa. A família agradece todas as condolências e demonstração de solidariedade neste momento de tristeza. Devido às recomendações em vigor pelo surto do covid-19 compreendemos que a vossa melhor presença é a ausência. A todos o nosso muito obrigado.
Agência Funerária Antas
Servilusa - Número Verde Grátis 800 204 222
Serviço Funerário Permanente 24 Horas



Contratação de Doutorado/a(s) nas áreas de Informática, Engenharia Eletrotécnica e de Computadores, Engenharia Biomédica, Física ou áreas científicas afins.

Informa-se todos os potenciais candidatos interessados que o Instituto de Telecomunicações Abriu 2 procedimentos concursais de seleção internacional para a contratação de doutorado(a) ao abrigo de projecto aprovado no âmbito do concurso SAICT-45-2017-02, projeto “DigiScope2” e pelo projecto QuantHEp, no âmbito do concurso QUANTERA.

Mais informações deverão ser consultadas em: <http://www.eracareers.pt>, ou em <https://www.it.pt/positions>



AVISO

Abertura de procedimento concursal - Dirigente

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e na sequência de despacho autorizador do Diretor da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa de 03 de março de 2020, torna-se público que foi aberto procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau de Coordenador/a da Área de Planeamento e I&D (APID) da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, publicado pelo Aviso n.º 7704/2020, *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 93, de 13 de maio de 2020.

Mais se informa que o referido procedimento irá ser publicado na Bolsa de Emprego Público (<https://www.bep.gov.pt>), após a data da publicação do aviso acima indicado, durante 10 dias úteis para formalização das respetivas candidaturas, com indicação dos requisitos de provimento, do perfil exigido, dos métodos de seleção e da composição do júri.

13 de maio de 2020

O Diretor, Prof. Doutor Luís Curral



AVISO

Abertura de procedimento concursal - Dirigente

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e na sequência de despacho autorizador do Diretor da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa de 03 de março de 2020, torna-se público que foi aberto procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 3.º grau de Coordenador/a do Núcleo de Gestão Financeira e Patrimonial da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, publicado pelo Aviso n.º 7702/2020, *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 93, de 13 de maio de 2020.

Mais se informa que o referido procedimento irá ser publicado na Bolsa de Emprego Público (<https://www.bep.gov.pt>), após a data da publicação do aviso acima indicado, durante 10 dias úteis para formalização das respetivas candidaturas, com indicação dos requisitos de provimento, do perfil exigido, dos métodos de seleção e da composição do júri.

13 de maio de 2020

O Diretor, Prof. Doutor Luís Curral



AVISO

Abertura de procedimento concursal - Dirigente

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e na sequência de despacho autorizador do Diretor da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa de 03 de março de 2020, torna-se público que foi aberto procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 3.º grau de Coordenador/a do Núcleo de Gestão de Recursos Humanos da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, publicado pelo Aviso n.º 7703/2020, *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 93, de 13 de maio de 2020.

Mais se informa que o referido procedimento irá ser publicado na Bolsa de Emprego Público (<https://www.bep.gov.pt>), após a data da publicação do aviso acima indicado, durante 10 dias úteis para formalização das respetivas candidaturas, com indicação dos requisitos de provimento, do perfil exigido, dos métodos de seleção e da composição do júri.

13 de maio de 2020

O Diretor, Prof. Doutor Luís Curral

E SE ESTA FOSSE A ÚLTIMA HISTÓRIA DO BATMAN?

BRUCE WAYNE ACORDA NO ASILO ARKHAM. JOVEM. SÃO. E...DESCOBRE QUE NUNCA FOI O BATMAN

É assim que começa o conto épico do Cavaleiro das Trevas do novo livro da coleção DC BLACK LABEL que o PÚBLICO e a LEVOIR apresentam. Descubra uma missão suicida através de uma paisagem devastada que se cruza com um elenco massivo de rostos familiares do Universo DC, como nunca os vimos. Enquanto o Batman tenta descobrir o mistério do seu passado, tem de desvendar a causa desse futuro terrível e encontrar a força indescritível que destruiu o mundo tal como ele o conhecia.

**PRÉ-VENDA DISPONÍVEL EM LOJA.PUBLICO.PT
10% DESCONTO + OFERTA DE PORTES***



LEVOIR



**CAPA DURA
INÉDITO EM
PORTUGUÊS**

**24,90€
SÁBADO 16 MAIO
COM O PÚBLICO
P**

LOJA P
loja.publico.pt

Para saber quais os pontos de venda onde poderá encontrar este livro contacte-nos
coleccion@publico.pt . 808 200 095 . 210 111 020

FARMÁCIAS

Lisboa
Serviço Permanente
Aurélio Rego (Estrela) - Calçada da Estrela, 139 - Tel. 213961758 **São João** (Alto de S. João) - Rua Morais Soares, 56 - C - Tel. 218147708
Central de Telheiras (Lumiar) - Rua Prof. Eduardo Araújo Coelho, Loja 5 - A e B - Tel. 218872060 **Alta de Lisboa** (Lumiar) - Rua António Lopes Ribeiro, 6A - Tel. 217542650

Outras Localidades
Serviço Permanente
Abrantes - Silva **Alandroal** - Santiago Maior, Alandroalense **Albufeira** - Albufeira **Alcácer do Sal** - Misericórdia **Alcanena** - Ramalho **Alcobaça** - Campeão **Alcochete** - Cavaquinha, Póvoas (Samouco) **Alenquer** - Varela **Aljustrel** - Dias **Almada** - Vale Fetal **Almeirim** - Mendonça **Almodôvar** - Aurea **Alpiarça** - Leitão **Alter do Chão** - Alter, Portugal (Chança) **Alvaiázere** - Ferreira da Gama, Castro Machado (Alvorge), Pacheco

Pereira (Cabaços), Anubis (Maças D. Maria) **Alvito** - Nobre Sobrinho **Amadora** - Cavaca, Guizo **Ansião** - Medeiros (Avelar), Rego (Chão de Couce), Pires (Santiago da Guarda) **Arraiolos** - Vieira **Arronches** - Batista, Esperança (Esperança/Arronches) **Arruda dos Vinhos** - Da Misericórdia **Avis** - Nova de Aviz **Azambuja** - Miranda, Peralta (Alcoentre), Ferreira Camilo (Manique do Intendente) **Barrancos** - Barranquense **Batalha** - Moreira Padrão, Silva Fernandes (Golpilheira) **Beja** - Palma **Belmonte** - Costa, Central (Caria) **Benavente** - Miguens **Bombarral** - Miguel **Borba** - Central **Cadaval** - Central **Caldas da Rainha** - Maldonado **Campo Maior** - Central **Cartaxo** - Abílio Guerra **Cascais** - Alvide (Alvide), Vilar (Carcavelos), Primavera (Parede) **Castelo Branco** - Vitta **Castelo de Vide** - Roque **Castro Verde** - Alentejana **Chamusca** - Joaquim Maria Cabeça **Constância** - Vila Farma Constância, Carrasqueira (Montalvo) **Coruche** -

Misericórdia **Covilhã** - São Cosme **Cuba** - Da Misericórdia **Elvas** - Calado **Entroncamento** - Almeida Gonçalves **Estremoz** - Carapeta Irmão **Évora** - Avó **Faro** - Almeida, Da Penha **Ferreira do Alentejo** - Singa **Ferreira do Zêzere** - Graciosa, Soeiro, Moderna (Frazoeira/Ferreira do Zêzere) **Figueiró dos Vinhos** - Campos (Aguda), Correia Suc. **Fronteira** - Costa Coelho **Fundão** - Vitória **Gavião** - Mendes (Belver), Pimentel **Golegã** - Lusitano **Grândola** - Costa **Idanha-a-Nova** - Andrade (Idanha A Nova) **Loulé** - Nobre Passos (Almancil), Pinto, Maria Paula (Quarteira) **Loures** - Alto da Eira, Loures **Lourinhã** - Quintans (Foz do Sousa), Liberal (Reguengo Grande) **Mação** - Saldanha **Mafra** - Medeiros (Fânzeres), Oceano (Santo Izidoro / Mafra) **Marinha Grande** - Roldão **Mavão** - Roque Pinto **Mértola** - Nova de Mértola **Monchique** - Moderna **Monforte** - Jardim **Montemor-o-Novo** - Freitas (Lavre/ Montemor-o-Novo) **Montijo** - Giraldes **Mora**

- Canelas Pais (Cabeção), Falcão, Central (Pavia) **Moura** - Nova de Moura **Mourão** - Central **Nazaré** - Ascenso, Maria Orlanda (Sítio da Nazaré) **Nisa** - São Damião **Óbidos** - Vital (Amoreira/Óbidos), Senhora da Ajuda (Gaeiras), Oliveira **Odivelas** - Famões, Jardim da Amoreira **Oeiras** - da Outurela S N Simões (Carnaxide) **Oleiros** - Martins Gonçalves (Estreito - Oleiros), Garcia Guerra, Xavier Gomes (Orvalho-Oleiros) **Olhão** - Rocha **Ourém** - Leitão **Ourique** - Nova (Garvão), Ouriquense **Pedrógão Grande** - Baeta Rebelo **Penamacor** - Nova **Peniche** - Higiénica **Pombal** - Torres e Correia Lda. **Ponte de Sor** - Sousa **Portalegre** - Chambel Suc. **Portel** - Misericórdia **Portimão** - Pedra Mourinha **Porto de Mós** - Lopes **Prouença-a-Nova** - Roda, Daniel de Matos (Sobreira Formosa) **Redondo** - Holon Redondo **Reguengos de Monsaraz** - Paulitos **Rio Maior** - Ferraria Paulino **Salvaterra de Magos** - Martins **Santarém** - São Nicolau **Santiago do Cacém**

- Jerónimo **Sardoal** - Passarinho **Serpa** - Central **Sertã** - Farinha (Cernache do Bonjardim), Confiança **Sesimbra** - Lopes **Setúbal** - Farinha Pascoal, Higiene **Silves** - Dias Neves, Sousa Coelho **Sines** - Monteiro Telhada (Porto Covo), Central **Sintra** - Guerra Rico (Aguilva), Pinto Leal (Queluz), Cargaleiro Lourenço (Rinchoa) **Sobral Monte Agraço** - Moderna **Sousel** - Mendes Dordio (Cano), Andrade **Tavira** - Félix Franco **Tomar** - Nova **Torres Novas** - Pereira Martins (Pedrogão) **Torres Vedras** - Santa Cruz **Vendas Novas** - Santos Monteiro **Viana do Alentejo** - Viana **Vidigueira** - Costa **Vila de Rei** - Silva Domingos **Vila Franca de Xira** - Eduardo A. César, Mercado (Alverca) **Vila Nova da Barquinha** - Tente (Atalaia), Carvalho (Praia do Ribatejo), Barquinha **Vila Real de Santo António** - Carmo **Vila Velha de Rodão** - Pinto **Vila Viçosa** - Duarte **Alvito** - Baronia **Ansião** - Moniz Nogueira **Redondo** - Alentejo

CINEMA

Olhos Grandes
Cinemundo, 21h15

Margaret é uma mãe solteira, tímida e insegura, que se exprime através de pinturas de crianças com olhos exageradamente grandes. Em 1955, casa-se com Walter, um homem ambicioso que lhe promete uma vida tranquila. Quando ele se apercebe do potencial da jovem mulher, decide vender os quadros dela como se fossem seus e torna-se um dos mais requisitados artistas do mundo... Até ela resolver contar a verdade. Com argumento de Scott Alexander e Larry Karaszewski, e realização de Tim Burton, um filme inspirado na verdadeira história de Margaret Keane, que durante anos se escondeu na sombra de um marido autoritário.

Blue Valentine — Só Tu e Eu Hollywood, 23h45
Com o casamento à beira da ruptura mas dispostos a salvar a relação, Cindy (Michelle Williams) e Dean (Ryan Gosling) buscam no seu passado os motivos que os levaram a amar-se. Mas aquele amor está mesmo perto do fim e já nem a filha pequena os parece unir... Um filme realista sobre as dificuldades da vida a dois, sem moralismos nem culpabilizações, realizado pelo documentarista Derek Cianfrance, com Ryan Gosling e Michelle Williams (nomeada para o Óscar) nos papéis principais.

Al Berto RTP1, 1h19
Com realização e argumento de Vicente Alves do Ó, o filme foca-se num período da vida de Al Berto (1948-1997), um dos mais carismáticos poetas portugueses, para ensaiar um retrato da sua geração no pós-25 de Abril. Ricardo Teixeira, José Pimentão, Raquel Rocha Vieira, José Leite, João Villas-Boas, Gabriela Barros e Ana Vilela da Costa dão vida às personagens.

Feliz Natal Mr. Lawrence Cinemundo, 2h
Um filme de guerra invulgar, com David Bowie como protagonista e realização de Nagisa Oshima. Passa-se na II Guerra Mundial e faz uma inquietante reflexão sobre a natureza humana. Bowie é Jack Celliers, um dos prisioneiros de um campo japonês. Ao protestar contra as más condições e o tratamento dado aos cativos, ganha o respeito do capitão Yonoi (Ryuichi Sakamoto, também responsável pela banda sonora).

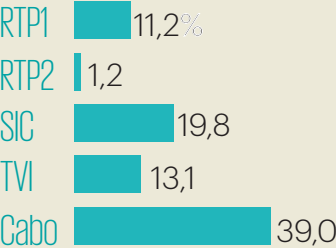


Televisão
lazer@publico.pt

Os mais vistos da TV

		%	Aud.	Share
Nazaré	SIC	15,6	27,1	
Jornal Da Noite	SIC	13,6	25,1	
Terra Brava	SIC	13,4	25,3	
Quer o Destino	TVI	11,5	19,9	
Big Brother - Express	TVI	10,0	17,5	

FONTE: CAEM



RTP1
6.30 Bom Dia Portugal **10.00** Praça da Alegria **13.00** Jornal da Tarde **14.30** À Roda da Alimentação **14.45** O Nosso Cônsul em Havana **15.30** A Nossa Tarde **17.30** Portugal em Directo **19.09** O Preço Certo **19.59** Telejornal **21.00** Especial Covid-19 **21.37** Joker **22.31** 5 para a Meia-Noite **0.28** Artistas em Rede **1.19** Al Berto **3.05** De Mal a Pior **3.28** O Sábio

RTP2
6.32 Repórter África - 2.ª Edição **7.00** Espaço Zig Zag **12.10** Vamos à Descoberta **12.39** A Mentira da Verdade **13.09** Os Daltons **13.24** Drama Total em Acção **13.46** O Carlos Escolhe **14.00** Sociedade Civil: Chuva **15.01** A Fé dos Homens **15.34** Biosfera **16.05** O Misterioso Ajuntamento de Orcas **16.56** Espaço Zig Zag **20.59** Athena **21.30** Jornal 2 **22.04** Folha de Sala **22.14** Aber Bergen **22.57** Portugu Esses **23.51** Dias da Música em Belém 2018 - Jogos de Sedução **0.38** Sociedade Civil **1.42** Zapping **2.32** Duelo Cunhal vs Soares 1975 **3.07** Euronews **5.45** Os Nossos Dias

SIC
6.00 Edição da Manhã **9.10** Alô Portugal **10.10** O Programa da Cristina **13.00** Primeiro Jornal **14.55** Amor Maior **16.15** Júlia **18.15** Amor à Vida **19.10** Quem Quer Namorar com o Agricultor? - Diário **19.57** Jornal da Noite **21.55** Nazaré **22.25** Terra Brava **23.20** Quem Quer Namorar com a Agricultora? **23.30** Amor de Mãe **0.30** Passadeira Vermelha **1.35** Quem Quer Namorar com o Agricultor? **2.30** O Espírito da Lei

TVI
6.30 Diário da Manhã **10.15** Você na TV! **13.00** Jornal da Uma **14.45** Destinos Cruzados **16.15** A Tarde É Sua **18.15** Ver p´ra Crer **19.00** Big Brother - Diário **19.57** Jornal das 8 **21.50** Quer o Destino **22.50** Na Corda Bamba **23.55** Big Brother - Extra **1.45** Autores **2.30** Chicago PD **3.15** Mar de Paixão **4.00** Saber Amar

TVCINE TOP
9.30 Juntos Para Sempre 2 **11.15** A Vida Secreta dos Nossos Bichos 2 (VP)

12.40 Thicker Than Water **14.10** O Falcão Manteiga de Amendoim **15.45** Isto É Vida! **17.40** Segundo Acto **19.30** A Rapariga Apanhada na Teia de Aranha **21.30** Johnny English Volta a Atacar **22.55** Yesterday **0.55** Tudo a Nu na Normandia **2.45** Tudo o Que Tiveram **4.30** Histórias Assustadoras para Contar no Escuro

FOX MOVIES
9.09 O Vingador sem Piedade **10.43** 7 Homens para Matar **11.58** O Caçador de Índios **13.22** Honra a um Homem Mau **14.59** O Fugitivo **16.28** Duelo de Fogo **18.25** O Último Apache **19.48** Esporas de Aço **21.15** A Terra das Mil Aventuras **23.17** Duelo no Rio Diabolo **0.47** Conspiração Explosiva **2.22** Drive - Risco Duplo **3.54** Viagem Selvagem

HOLLYWOOD
10.55 Por Falar de Amor **12.50** Hachiko - Amigo para Sempre **14.25** Em Nome do Amor **16.10** Scary Movie 5 - Um Mítico Susto de Filme **17.35** Jogo Limpo **19.25** O Estagiário **21.30** Invencível **23.45** Blue Valentine - Só Tu e Eu **1.40** The November Man - A Última Missão **3.30** Wall Street

AXN
13.35 Mentres Criminosas **14.23** Salt **16.06** Traffic - Ninguém Sai Ileso **18.39** Chicago Fire **20.19** Pixels **22.05** Investigação Criminal **22.57** For Life **23.49** S.W.A.T. - Força de Intervenção **1.48** Chicago Fire **3.16** Arma Mortífera

AXN MOVIES
13.03 Green Hornet **14.59** Larry Flynt **17.08** Whiplash - Nos Limites **18.55** Karate Kid **21.15** Step Up **23.00** Step Up 2 **0.41** Dança Comigo **2.25** Uma Mente Brilhante **4.30** Left Behind - A Última Profecia

AXN WHITE
13.04 Diggstown **13.49** Um Dia Perfeito **15.19** Limites da Loucura **16.49** Surrender, Dorothy **18.19** Identidade Sob Suspeita **19.49** Inesquecível **21.25** Diggstown **22.10** Sexo e Mentiras em Las Vegas **23.40** Diggstown **0.25** Homicídio no Presídio **1.55** A Teoria do Big Bang **3.07** Inesquecível **3.52** O Mentalista **5.22** Young Sheldon

FOX
9.45 Hawai Força Especial **11.14** Chicago P.D. **14.13** Investigação Criminal: Los Angeles **15.46** Hawai Força Especial **17.17** C.S.I. Miami **18.51** Investigação Criminal: Los Angeles **20.26** Hawai Força Especial **22.15** Investigação Criminal: Los Angeles **2.20** C.S.I. Miami

FOX LIFE
9.51 Honor Student **11.21** Ossos **12.53** Chicago Med **13.37** Lei & Ordem: Unidade Especial **14.22** Sincerely, Yours, Truly **16.01** Kidnapped: The Hannah Anderson Story **17.34** Daughter for Sale **19.09** The Neighborhood Watch **20.49** Lei & Ordem: Unidade Especial **21.36** Chicago Med **22.30** No Limite **0.43** Turkey Drop **2.16** Lei & Ordem: Unidade Especial **2.58** The Resident **4.24** Chicago Med **5.05** Rainha do Sul

DISNEY
15.00 A Raven Voltou **15.24** A Irmã do Meio **15.47** Acampamento Kikiwaka **16.32** Coop & Cami **17.19** Miraculous - As Aventuras de Ladybug **17.42** Sadie Sparks **18.28** Os Green na Cidade Grande **18.51** Clube Houdini **19.15** Gravity Falls **20.05** Miraculous - As Aventuras de Ladybug **20.55** Bia **21.35** Coop & Cami

DISCOVERY
17.45 Alasca: A Última Fronteira **19.20** Múmias Reveladas **21.00** Jóias Sobre Rodas: Carro de Sonho **22.55** Fast N’ Loud **0.40** Jóias Sobre Rodas: Carro de Sonho **2.15** Curiosidades da Terra **3.00** Já Estavas Avisado! **4.30** A História do Universo **5.00** Guerra de Propriedades

HISTÓRIA
17.23 Forjado no Fogo **1.03** Alienígenas **2.26** Os Enigmas da Roma Antiga **4.01** Grandes Descobertas

ODISSEIA
17.30 Lugares Secretos da Ásia **18.14** Perigo Extremo **19.02** Superestruturas **19.55** Fora de Controlo **20.49** Mega Barcos **22.30** Fora de Controlo **23.20** Mega Barcos **1.01** Fora de Controlo **1.51** Mega Barcos **2.42** Lugares Secretos da Ásia **3.26** Guerra de Drones

Enquanto Celliers e Yonoi parecem presos a uma espécie de entendimento espiritual, onde atracção e repulsa coexistem, o coronel John Lawrence (Tom Conti), emprega uma forma mais convencional de resistência contra o implacável sargento Gengo Hara (Takeshi Kitano).

SÉRIE

Aber Bergen RTP2, 22h14
Estreia da segunda temporada. A série norueguesa segue a relação pessoal e profissional – e o desafio de articular as duas – de Erik Aber (Odd-Magnus Williamson) e Elea Bergen (Ellen Dorrit Petersen). São dois advogados brilhantes que já formaram um casal e que lideram a firma que ergueram juntos. Esta, outrora bem-sucedida, enfrenta agora a falência iminente, o que os pode levar a medidas desesperadas. No primeiro episódio, tratam do caso de um homem que, aparentemente, matou outro em autodefesa.

DOCUMENTÁRIOS

Fora de Controlo Odisseia, 22h30
Novos episódios da série documental que analisa catástrofes e desastres, recorrendo a simulações, imagens de arquivo e opiniões de especialistas para investigar a origem dos fenómenos, avaliar os procedimentos adoptados e fazer o balanço, tantas vezes trágico. O episódio de hoje recua ao dia 26 de Dezembro de 2004, quando um tsunami, com origem ao largo da ilha indonésia de Sumatra, engoliu costas inteiras do Sudeste Asiático e também de África, atingindo 14 países banhados pelo Índico e levando consigo mais de 220 mil vidas.

Portugu Esses RTP2, 22h57
Estreia. A proposta é traçar “o retrato do povo português, dos seus pequenos nadas e das suas idiossincrasias” e vem assinada por Rui Veiga. O documentário é composto por três episódios, a começar por *Vizinhanças*, uma observação do sentido comunitário em meio urbano e rural. Os capítulos seguintes abordam as relações e hierarquias laborais (*As 3 Metades de 1 Dia*) e a gestão dos conflitos familiares gerados pela divisão de heranças (*As Partilhas – O homem que viu tudo*).

EMDESTAQUE



Concurso
*Tronos de Santo António
avançam online
e por todo o país*

A tradição remonta à Lisboa pós-terramoto de 1755, onde os peditórios para reconstruir a Igreja de Santo António, parcialmente destruída, tomavam a forma de altares decorados à porta das casas. A moda entrou entretanto nas festas alfacinhas, com a tradição a vestir-se de exposição e concurso de Tronos de Santo António. Este ano, na Lisboa pós-pandemia, há adaptações ao formato habitual. A sexta edição da iniciativa vem com mudanças no cenário: como os altares não podem ser vistos presencialmente à porta das casas, lançam-se as escadinhas

para outros patamares, no caso, digitais, num desafio que se estende a Portugal inteiro. Os trabalhos devem ser entregues até às 18h do dia 2 de Junho. Os três vencedores serão conhecidos a 13 de Junho, dia de Santo António, e, além do orgulho de ocupar um lugar no pódio, ganham também um prémio no valor de 500 euros. Para o mesmo dia está marcada a inauguração da exposição digital, que incluirá todos os trabalhos, e pode ser visitada nas plataformas do Museu de Lisboa, Cultura na Rua e EGEAC. **Cláudia Alpendre Marques**



Conversas
*Momentos
Ligados
pelo Vinho,
em directo
do Douro*

A Quinta Vale D. Maria, um dos produtores de referência do Vale do Douro, tem acompanhado o recolhimento social com momentos *Ligados pelo Vinho*. Assim se chama o *podcast* lançado a 16 de Abril, que todas as quintas-feiras, pelas 19h, marca encontro com as histórias e memórias de anfitriões e convidados, sempre com o vinho a

dar o tom à conversa. A primeira série de *podcasts* é comandada por Cristiano van Zeller, fundador e responsável pela quinta que marca a paisagem do vale do Rio Tordo. A ele juntam-se amigos de áreas diversas, como o produtor de vinhos Dirk Niepoort, o músico Rui Veloso ou o advogado e político António Lobo Xavier, os ilustres convidados dos três primeiros encontros, que decorreram a 16 e 23 de Abril, e 7 de Maio. A dar corpo à paixão comum pelos néctares, vinhas e gente da região, estas sessões estão disponíveis no canal Spotify ou, para quem não tem conta nessa plataforma, através do link <https://anchor.fm/quinta-vale-d-maria>. **C.A.M.**

Alimentação
*Fundão lança
serviço de
entrega de
cerejas em
todo o país*

A partir de 18 de Maio, a Cereja do Fundão chegará a casa das famílias através de novos meios de distribuição, como vendas online e cabazes de frutas e legumes, anunciou, em comunicado, aquele município. A

campanha, concertada no âmbito do conselho consultivo da Indicação Geográfica Protegida da Cereja do Fundão e promovida pela Câmara Municipal do Fundão, irá prolongar-se até meados de Junho. Quem quiser pode encomendar cerejas directamente ao Clube de Produtores do Fundão através do número 966 397 662 ou de *e-mail*. Nas páginas de Facebook Cereja do Fundão e no Instagram também é possível efectuar encomendas. Entre os dias 20 e 23 de Maio, em directo no Instagram, estão previstas *As Conversas São como Cerejas*, como os anfitriões

Filipa Gomes, Gisela João, Carla Rocha, Ana Galvão, Joana Marques, António Raminhos, Catarina Raminhos, Ana Bacalhau e Rita Redshoes. No dia 15 de Maio decorre o tradicional leilão de cerejas, desta vez, online. O evento será transmitido em directo através do Facebook do Município do Fundão. Nos dias 28 e 29 de Maio é a vez do *chef* Martinho Moniz fazer um *live cooking* na página de Facebook da Cereja do Fundão. **Luís Octávio Costa**



Bem-estar
*Um treino para
quem sente
falta do ginásio*

Os treinos do Outdoor Training Camp (OTC), como o próprio nome indica, não aconteciam dentro de um ginásio, mas nem por isso passaram incólumes pela pandemia do novo coronavírus. Antes de a pandemia começar, os treinos bidiários do OTC juntavam até 70 pessoas no Parque da Paz, em Almada (Setúbal). Com a expansão da covid-19, o dever de confinamento e a proibição de ajuntamentos, a prática transitou para as redes sociais, onde os *personal trainers* lançam desafios diários e fazem dois *lives* semanais.

Agora, em fase de desconfinamento, estão ainda a tentar perceber como vai ser o futuro. João Cruz, um dos *personal trainers* do projecto, explica que a ideia, para já, será voltar aos treinos nas próximas semanas, restringindo o número de pessoas em cada actividade e pensando treinos sem material. Até lá, João e Pedro Cruz continuam presentes nas redes sociais e lançaram o desafio aos leitores do PÚBLICO. Apresentam um vídeo, disponível no site do jornal, com um treino de intensidade média-alta que pode fazer em qualquer sítio, só com a ajuda de uma cadeira e de uma carga adicional à sua escolha: uma paleta de leite ou de água, uma mochila com peso ou aquilo que tiver mais à mão. **Carolina Pescada**

CRUZADAS 10.977

Horizontais: **1.** Nome de menina. **2.** Parcela. Na Índia, indivíduo que jura morrer pelo seu chefe. **3.** Itinerário Complementar. Símbolo do Pascal. Alternativa. **4.** Oitavo mês do calendário da 1.ª República Francesa. Estanho (s.q.). **5.** Avançavam. Submete-se à vontade de outrem. **6.** Calcário duro, branco, muito empregado em belas-artes. (...) regionais, nova via de acesso para os estudantes do profissional entrarem no ensino superior. **7.** Hectare (símbolo). Capital da Noruega. Canal televisivo estatal russo. **8.** Produzo som. Ofício. **9.** Sociedade Portuguesa de Autores (sigla). (...) Sant'Anna, escritor brasileiro, mestre do conto em língua portuguesa (1941-2020). **10.** Aragem (regional). Nome da letra grega correspondente ao X. **11.** Cada uma das abóbadas de uma nave. Combinação numérica que permite desbloquear um cartão de comunicação móvel.

Verticais: **1.** Observei. “Somos gestores dos nossos (...), não donos deles” (pediatra Mário Cordeiro). **2.** Quinta da (...), o Governo parece disposto a permitir que se abram as portas desta para a realização da Festa do Avante!. Preposição designativa de substituição. **3.** Artigo definido e pronome francês. Elemento de formação de palavras (ombro). Cura. **4.** Governador árabe. Prefixo (animal). Preposição que indica lugar. **5.** Chief Executive Officer. Designativo da pedra que entra na construção de uma parede, sem argamassa. **6.** Tântalo (s.q.). É um dos símbolos bíblicos da inocência. Tens a natureza de. **7.** Emaranhado. Estilo musical desenvolvido nas ruas de Nova Iorque. **8.** Hora canónica corresponde às 15 horas. «De» + «a». Prata (s.q.). **9.** Ouro (s.q.). Preposição designativa de falta. (...) and Morty, série de animação para adultos criada por Justin Roiland e Dan Harmon. **10.** Será necessário reinventá-los mas essencial é que regressem. **11.** Entrego. Ponto cardeal. Internet Protocol (sigla).

Solução do problema anterior:

Horizontais: **1.** Fátima. País. **2.** Ri. Moral. **3.** Mo. Vaia. Us. **4.** Banco. Liame. **5.** In. Azo. Afim. **6.** Salero. Ana. **7.** Sol. Schuman. **8.** Dl. Lata. **9.** Liam. Pedi. **10.** Xurdir. Move. **11.** Ia. Oxalá. Ou. **Verticais:** **1.** Fé. Bi. Se. Xi. **2.** Manso. Lua. **3.** Tron. Aldir. **4.** Il. Cal. Lado. **5.** Vozes. MIX. **6.** Ama. Orca. Ra. **7.** Oil. Oh. **8.** Praia. Ulemá. **9.** Aa. Afamado. **10.** Iluminativo. **11.** Semana. Eu.

BRIDGE

Dador: Sul
Vul: Todos

NORTE
♥ QJ743
♦ K53
♣ J84
♠ A6

OESTE
♥ K6
♦ J1097
♣ K105
♠ 10872

ESTE
♠ 5
♥ 864
♦ A972
♣ QJ943

SUL
♥ A10982
♦ AQ2
♣ Q63
♠ K5

Oeste **Norte** **Este** **Sul**

passo 3♥¹ passo 1♠

Todos passam

Leilão: Qualquer forma de Bridge. 1. 10-11 pontos com pelo menos quatro cartas de fit – apoios Bergen

A melhor linha de jogo consiste em começar por apresentar a Dama de espadas do morto, a fim de dar a Este a tentação de cobrir com o Rei se o tiver, mas se Este assistir com uma pequena, Sul deve prender com o Ás e uma das seguintes situações poderá ocorrer:

- O Rei de espadas cair, o jogo está ganho;
- Se não for esse o caso, Sul não tem de fazer mais do que eliminar as copas e os paus antes de jogar uma segunda volta de trunfo, colocando um dos adversários em mão, que será obrigado a abrir o naipe de ouros, o que garantirá uma vaza ao declarante, ou corte e balda.

Não importa quem tem o Rei de trunfo, mesmo em torneio de pares esta é a melhor linha de jogo. Só num caso a passagem será melhor do que bater o Ás: o adversário em Este com três cartas de trunfo. Esse caso representa apenas 11% das probabilidades em jogo.

É perigoso, para não dizer nefasto, não destrunfar logo que possível, as razões evidentes para não o fazer são: cortes a fazer ou entradas a conservar ou baldas rápidas de perdentes sob ameaça.

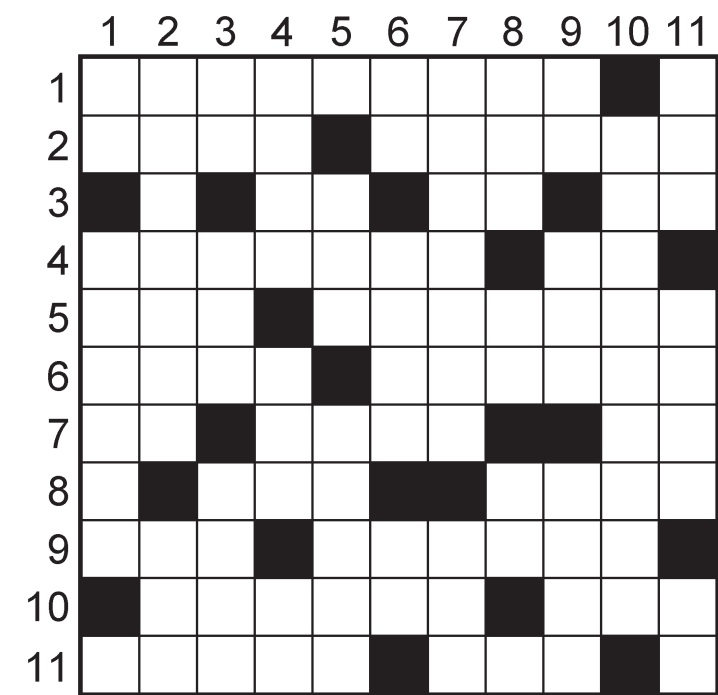
Considere o seguinte leilão:

Oeste	Norte	Este	Sul
passo	2♥	2♠	?

Interviria, ou não, com a mão seguinte?
♠AQ ♥KJ652 ♦KJ3 ♣A102

Resposta: Marque 3ST. Com duas paragens a espadas, este é o contrato que parece oferecer melhores perspectivas. Podem até haver quatro perdentes no contrato de quatro copas, por isso este contrato deverá ser mais seguro. Mas atenção, o parceiro tem ainda a última palavra no leilão, ele pode muito bem decidir jogar quatro copas por ter uma mão que não se enquadre para o jogo de sem trunfo.

João Fanha (bridgepublico@gmail.com e fanhabridge.com)



SUDOKU

			2	3		7	1	
4				9	6			
1				8				
	1			6				7
9	8	7	5		3	4	6	2
2				4			5	
				5				9
			3	2				4
	6	9		7	8			

Problema 9278
Dificuldade: Fácil

Solução do problema 9276

4	5	7	6	1	8	2	3	9
8	1	9	2	7	3	8	5	4
8	2	3	9	4	5	7	6	1
7	8	2	3	5	4	9	1	6
5	9	6	1	2	7	4	8	3
3	4	1	8	9	6	5	7	2
2	3	5	4	8	1	6	9	7
1	7	4	5	6	9	3	2	8
9	6	8	7	3	2	1	4	5

7		3				8		
				9	4			
2								9
6				1				7
		1	3		5	4		
3				7				8
	2							9
			1	2				
		6				1		4

Problema 9279
Dificuldade: Difícil

Solução do problema 9277

6	3	1	2	9	5	4	7	8
8	4	7	3	6	1	2	5	9
9	2	5	7	8	4	1	6	3
5	7	8	6	3	2	9	4	1
4	6	3	9	1	7	8	2	5
1	9	2	4	5	8	7	3	6
3	8	4	1	7	6	5	9	2
2	5	6	8	4	9	3	1	7
7	1	9	5	2	3	6	8	4

© Alastair Chisholm 2008 and www.indigopuzzles.com

TEMPO PARA HOJE

Açores

Madeira

Sol	Lua Nova
Nascente 6h25 Poente 20h41	22 Maio 18h39

Marés

	Leixões	Cascais	Faro
Preia-mar	09h38 ▲ 2,5 21h57 ▲ 2,7	09h11 ▲ 2,6 21h33 ▲ 2,8	09h07 ▲ 2,5 21h33 ▲ 2,7
Baixa-mar	03h13 ▼ 1,2 15h34 ▼ 1,5	02h51 ▼ 1,4 15h08 ▼ 1,6	02h43 ▼ 1,3 14h58 ▼ 1,5

Fonte: www.AccuWeather.com

DESPORTO

Jogadores reclamam seguro capaz de lidar com a covid-19

Sindicato dá conta, junto da Liga e da FPF, da apreensão dos futebolistas face à ausência de cobertura do actual seguro de acidentes de trabalho. Na II Liga, apesar dos apoios garantidos, há ainda seis clubes em *layoff*

Futebol
Paulo Curado

A recente divulgação do parecer técnico da Direcção-Geral da Saúde (DGS) com vista à retoma da I Liga e da Taça de Portugal gerou apreensão entre os futebolistas. Para atender a essa preocupação, a Federação Portuguesa de Futebol (FPF) promoveu uma sessão de esclarecimento com a comissão de emergência (criada para responder aos desafios da covid-19) e os capitães das 18 equipas, que acabou por minimizar alguns receios. Mas há uma condição que falta preencher e que leva o Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol (SJPF) a dirigir-se à Liga: a subscrição de um seguro de saúde que cubra os efeitos do novo coronavírus.

Num *email* destinado ao presidente da Liga Portuguesa de Futebol Profissional (LPFP), Pedro Proença, o sindicato dá conta da “preocupação crescente” dos atletas com a retoma dos treinos e a aproximação da data do recomeço das provas oficiais (4 de Junho), na medida em que o contágio com covid-19 poderá provocar “sequelas permanentes ou mesmo a morte”. Mesmo reconhecendo que os riscos serão “diminutos na faixa etária em questão”, o organismo alerta para a necessidade imperiosa de proteger os jogadores.

Em causa está o facto de o actual seguro de acidentes de trabalho não responder à covid-19, nem existir “disponibilidade de empregadores e seguradores para estabelecer um alargamento da cobertura de sinistros”. “Esta questão é, no presente, a que maior desconfiança gera entre os jogadores, bem como aquela que mais manifestações públicas provoca”, prossegue a direcção do SJPF, sublinhando que este tema exige “uma resposta imediata”.

Se, para efeitos das convocatórias e do preenchimento dos requisitos das fichas de jogo, a LPFP chegou recentemente a interpretar um caso positivo de covid-19 como equiparável a uma lesão – determinando assim que a equipa afectada vá a jogo desde que tenha um mínimo de sete futebolistas –, no que toca às garantias das



Jogadores apelam a uma resposta imediata para que possam competir tranquilamente

seguradoras o caso muda de figura.

É para contornar esse quadro de desprotecção na saúde que o sindicato avança com uma proposta concreta junto da LPFP, solicitando também o apoio da FPF na construção de uma solução que tranquilize os atletas: “Pensámos na celebração de um novo seguro para cobrir os riscos deste vírus. Um seguro de vida ou outro que garanta protecção equivalente em caso de incapacidade permanente ou morte decorrente da infecção por covid-19, o que daria aos profissionais toda a tranquilidade para retomar [a actividade].”

A apólice em vigor não cobre salários no caso de uma paragem imposta pela infecção com o novo coronavírus, nem as consequentes despesas de tratamento, por isso, entende o SJPF que a subscrição de um novo seguro é a solução que melhor defende os interesses de jogadores e clubes. “Propomos que seja feita uma consulta às seguradoras no sentido de saber a exequibilidade desta proposta e o que é necessário para a implementar”, refere o organismo.

Estoril avança para *layoff*

Outra das preocupações do SJPF prende-se com os clubes da II Liga que ainda mantêm o recurso ao *layoff*, depois de ter sido anunciado pela LPFP e pela FPF um conjunto de apoios que ascende a 2,5 milhões de euros – 1,5 milhões de um fundo de tesouraria criado para resposta à pandemia e um milhão de uma verba normalmente afecta ao desenvolvimento de infra-estruturas.

Entre os clubes que recorreram a este expediente contam-se, nomeadamente, o Leixões, o Ac. Viseu, a Oliveirense, o Desp. Chaves e a Académica, sendo o caso do Estoril aquele que mais surpreende e revolta o sindicato, já que o clube da linha de Cascais não tinha utilizado este recurso no pico da pandemia. Na verdade, só anteontem avisou os jogadores que avançaria para *layoff*, num momento que os apoios garantidos superam, nalguns casos, o valor que os clubes receberiam se estivessem em plena competição. **com N.S.**

pcurado@publico.pt



Breves

Futebol

Famalicão poderá jogar o resto da época em Barcelos

O Famalicão poderá disputar no Estádio Cidade de Barcelos os restantes jogos da I Liga até ao encerramento da época 2019-20. Fonte do Gil Vicente confirmou que os dois clubes têm mantido negociações sobre uma eventual mudança dos famalicenses, visto que o Estádio Municipal de Famalicão não se enquadra no nível 1 da Liga. Ao que o PÚBLICO conseguiu apurar, existe apenas um acordo verbal entre os dois clubes e amanhã serão conhecidos mais pormenores sobre esta parceria. A viagem de 20 quilómetros entre concelhos é a mais curta possível para o Famalicão até um estádio apto a receber as partidas finais da I Liga.

Futebol

Corte de 70% nos salários trava treinos no Elche

Os futebolistas do Elche recusaram treinar-se no estádio do clube da segunda divisão espanhola, como forma de protesto pela redução salarial de 70%, em consequência da pandemia de covid-19. Os atletas, que na véspera terão trabalhado normalmente, deveriam ter-se apresentado ontem no recinto do clube, mas decidiram treinar-se em casa. A directora-geral do Elche, Patricia Rodriguez, manifestou-se “surpresa” com a decisão e revelou que quando os futebolistas começarem a trabalhar por períodos mais longos, na fase de treinos de conjunto e não como agora, em que se têm treinado individualmente, os termos financeiros serão ajustados.



Rui Pinto está acusado de 90 crimes

Defesa de Rui Pinto pede afastamento da juíza Helena Leitão

Football Leaks Miguel Dantas

Magistrada, que entende não haver razões para pedir escusa, é cliente de João Medeiros, um dos assistentes no processo

A defesa de Rui Pinto pediu o afastamento da juíza Helena Leitão, confirmou o PÚBLICO junto de fonte do Tribunal da Relação de Lisboa (TRL). A magistrada é juíza adjunta no colectivo que foi sorteado para julgar Rui Pinto, autor do *Football Leaks* que irá a julgamento por 90 crimes.

Na base deste pedido de escusa apresentado está o facto de a magistrada Helena Leitão ser cliente de João Medeiros num outro processo. O causídico integrou a firma de advogados PLMJ entre 1992 e 2019, uma das entidades cuja informação terá sido “exfiltrada” por Rui Pinto, de acordo com a acusação do Ministério Público. João Medeiros é ainda um dos assistentes no processo em que o hacker está acusado de 90 crimes.

O advogado foi um dos afectados pelo ataque informático sofrido pela PLMJ. A caixa de correio electrónico de João Medeiros foi posteriormente divulgada no blogue Mercado de Benfica, cuja autoria o Ministério Público imputa a Rui Pinto. João Medeiros também fez parte da equipa de defesa da Benfica SAD no âmbito do processo *E-Toupeira*, ligação que, para o Ministério Público, terá motivado o ataque informático alegadamente

cometido por Rui Pinto contra esta firma de advogados.

A juíza Helena Leitão já se tinha pronunciado antes sobre esta ligação ao advogado João Medeiros, informando o Ministério Público que a relação era “estritamente profissional” e que não considerava estes factos susceptíveis de motivarem um pedido de escusa dos autos. Rui Pinto é acusado de 90 crimes e aguarda julgamento numa residência sob custódia da Polícia Judiciária, depois de ter sido retirado do regime de prisão preventiva.

A magistrada não chegou a apresentar um pedido de escusa do processo, ao contrário do que sucedeu com o juiz Paulo Registo. O magistrado do Tribunal Central Criminal de Lisboa foi sorteado para presidir ao colectivo de juizes no julgamento de Rui Pinto, do qual fazem ainda parte Ana Paula Conceição e Helena Leitão. O juiz também integra o colectivo que irá julgar o processo *E-toupeira*, que envolve o ex-assessor jurídico do Benfica, Paulo Gonçalves.

Horas após o sorteio, foram divulgadas publicações nas redes sociais nas quais o magistrado – que acabou por pedir o afastamento do processo – mostrava simpatia clubística em relação ao Benfica. A juíza-presidente da Comarca de Lisboa, Amélia Almeida, garantiu, na altura, ao PÚBLICO que a distribuição deste processo “foi electrónica e pública”. Já Francisco Teixeira da Mota, um dos advogados de Rui Pinto, classificou a situação como “preocupante”.

miguel.dantas@publico.pt

Clubes italianos querem regresso da competição a 13 de Junho

Futebol

Decisão final cabe ao Governo, que alertou que, caso um jogador fique infectado, todo o plantel cumprirá quarentena

Os clubes italianos votaram ontem, em assembleia geral extraordinária, a favor do reinício da Série A a 13 de Junho. A primeira divisão italiana encontra-se suspensa desde 9 de Março, devido à pandemia da covid-19, mas, embora o Governo liderado por Giuseppe Conte tenha autorizado as equipas a realizarem sessões de treino colectivo a partir da próxima segunda-feira, ainda não se pronunciou sobre um possível regresso da competição. Porém, Vincenzo Spadafora, ministro do Desporto, alertou que, caso um atleta tenha resultado positivo nos testes ao novo coronavírus, toda a restante equipa terá de ser colocada em quarentena.

A decisão, segundo a imprensa italiana, não foi unânime – quatro dos 20 clubes terão sugerido a data de 20 de Junho –, mas o regresso da Série A dentro de quatro semanas terá contado com o apoio de 80% das equipas da competição.

Em comunicado divulgado no final do encontro, a direcção da Série A explicou que “no que respeita à retoma das actividades desportivas, a data de 13 de Junho foi a indicada, de acordo com os protocolos médicos que visam a protecção dos jogadores e de todos os agentes envolvidos”.

Ainda com 12 jornadas por cumprir e quatro jogos em atraso das rondas anteriores, os responsáveis pelo futebol italiano terão ainda de encontrar até 3 de Agosto, o prazo indicado pela FIFA para que as federações concluam as suas provas nacionais, mais duas datas para que se dispute a 2.ª mão das meias-finais da Taça de Itália (Nápoles-Inter e Juventus-AC Milan) e a final da competição.

A assembleia de clubes abordou ainda a questão da última parcela dos direitos televisivos, que as emisoras não querem pagar: “No relacionamento com os detentores dos direitos televisivos de 2018-2021, a Série A reitera a necessidade de cumprir os prazos de pagamento estabelecidos pelos contratos para manter um relacionamento construtivo” entre todas as partes.

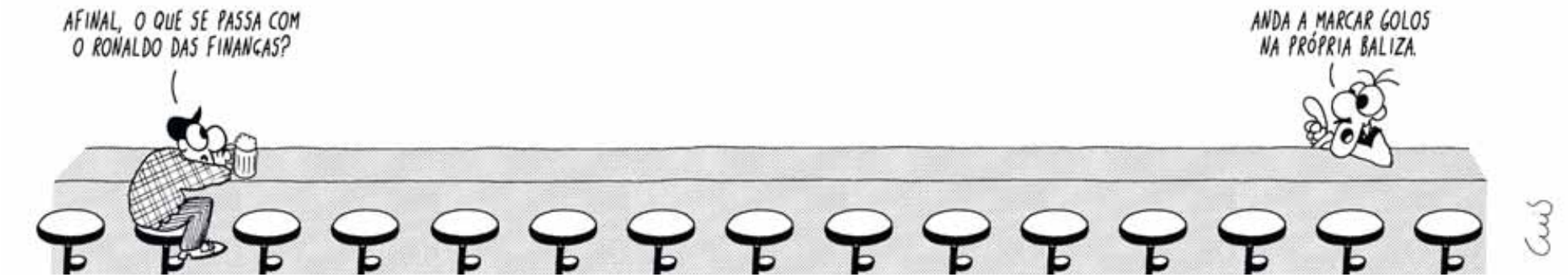
Apesar do amplo consenso demonstrado entre os clubes para que a Série A regresse a 13 de Junho, o Governo italiano deixou ontem indicações que contrariam a vontade da Federação Italiana de Futebol. Segundo os responsáveis federativos, se surgir um caso positivo de covid-19, isolar o jogador afectado será suficiente. Porém, as recomendações governamentais são mais exigentes.

O ministro do Desporto, Vincenzo Spadafora, afirmou que caso um futebolista fique infectado por covid-19, todo o plantel terá que ser posto em quarentena: “O futebol é, por natureza, um desporto no qual não é possível manter distâncias. É necessário prever um isolamento”.



Há ainda 12 jornadas por cumprir na Liga italiana

BARTOON LUÍS AFONSO



O RESPEITINHO NÃO É BONITO

Recandidatura de Marcelo: um tabu sem sentido



João Miguel Tavares

Não sei se António Costa foi à Autoeuropa fazer piadas sobre o segundo mandato de Marcelo Rebelo de Sousa tendo previamente combinado o número com o Presidente da República. Os actores são bons, e nem sempre é possível adivinhar as suas intenções. Mas quer o número tenha sido ensaiado, quer tenha sido espontâneo, esperemos que ele sirva para colocar um ponto final naquilo que, por esta altura, já não faz qualquer sentido alimentar: o tabu em torno da recandidatura de Marcelo às próximas presidenciais de Janeiro de 2021. Antes disso, já havia dito que a decisão seria no Verão, depois

disse que era em Outubro, às tantas já ia em Novembro, sempre com o argumento de querer evitar qualquer “ruído antecipado” que “perturbasse o exercício das funções”, e com a garantia de que só no final desse prazo teria o conhecimento “adequado” de “todas as condições” necessárias ao desempenho de um segundo mandato. Ainda que tal argumentação fizesse sentido (não acho que faça lá muito), há aqui um problema: qualquer coisa que tenha sido dita, prevista ou pensada na era pré-covid foi dita, prevista ou pensada num outro tempo – muito distante daquele que estamos a viver. O vírus apareceu, infelizmente vai por aí continuar nos próximos tempos, e ainda que a temida segunda vaga nunca chegue, os seus efeitos na economia e no tecido social vão demorar anos a passar. A não ser que existisse um grave problema de saúde que ninguém conhece nem ninguém deseja, nenhum português compreenderia que Marcelo abandonasse o cargo com 85% de popularidade, para ir descansar para casa numa altura tão dramática quanto esta. Marcelo Rebelo de Sousa é, neste momento, a personalidade mais



MIGUEL MANSO

A covid juntou a fome à vontade de comer. Marcelo vai recandidatar-se e o PS vai votar nele. Só falta mesmo pôr de lado as metáforas e fazer o anúncio, de uma vez por todas

agregadora da política portuguesa. Estando nós a viver um tempo propício para a sua “política de afectos” (ainda que à distância), o recolhimento na sua vivenda de Cascais seria injustificável, e o regresso como comentador de televisão impossível (Marcelo já inovou muitas vezes, mas um ex-presidente transformado em comentador do jornal das oito seria ir longe de mais). Logo, não podendo fazer outra coisa razoável se não recandidatar-se, mais valia despachar o assunto rapidamente, para não estar sempre a responder

à mesma pergunta de cada vez que um jornalista se aproxima com um microfone. Isso, sim, é perturbar o exercício das funções. Se em Novembro Marcelo dissesse que não, a direita não teria tempo de arranjar um candidato de jeito – e, pelos vistos, o PS também não. Porque, em bom rigor, o mais interessante nas declarações da Autoeuropa não foi tanto Costa a lançar Marcelo para um segundo mandato, mas sim Costa (e, logo, o PS) a lançar-se nos braços de Marcelo. “Como não há duas sem três, cá temos de voltar outra vez”, disse o primeiro-ministro, respondendo desta forma ao desafio de partilhar com o Presidente e com os trabalhadores um almoço no próximo mandato de Marcelo. “Faço-me desde já convidado”, disse. “O Presidente experimentou o pastel de bacalhau, mas eu fiquei com vontade de experimentar uma refeição completa.” A covid juntou a fome à vontade de comer. Marcelo vai recandidatar-se e o PS vai votar nele. Só falta mesmo pôr de lado as metáforas e fazer o anúncio, de uma vez por todas. Jornalista jmtavares@outlook.com

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Totoloto 3 19 27 38 45 2 1.º Prémio 1.000.000€

Contribuinte n.º 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410 | 9E9B1B96-9A66-4AB4-9D70-BCC79B63EFA2 Ângelo Paupério Vogais: Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral E-mail publico@publico.pt Estatuto Editorial publico.pt/nos/estatuto-editorial Lisboa Edifício Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa; Telef.: 210111000 (PPCA); Fax: Dir. Empresa 210111015; Dir. Editorial 210111006; Redacção 210111008; Publicidade 210111013/210111014 Porto Rua Júlio Dinis, n.º 270, Bloco A, 3.º, 4050-318 Porto; Telef.: 226151000 (PPCA) / 226103214; Fax: Redacção 226151099 / 226102213; Publicidade, Distribuição 226151011 Madeira Telef.: 963388260 e/ou 291639102 Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA. Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia. Capital Social €4.050.000,00. Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. Impressão Unipress, Travessa de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Telef.: 227537030; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa senhora da Conceição, n.º 50- Morelana - 2715-029 Pêro Pinheiro Telf.: 219677450 Distribuição VASP - Distribuidora de Publicações, SA, Quinta do Grajal - Venda Seca, 2739-511 Aqualva Cacém, Telef.: 214 337 000 Fax : 214 337 009 e-mail: geral@vasp.pt Assinaturas 808200095 Tiragem média total de Abril 20.068 exemplares Membro da APCT

10977 5 601073 016056

VISAPRESS Direitos de Autor Protegidos

ESCOLHA OS FACTOS. APOIE O PÚBLICO

Aponte para aqui a câmara ou aplicação do seu telefone e carregue no link que aparece

OU CONTACTE-NOS publico.pt/assinaturas | assinaturas@publico.pt 808 200 095 (DIAS ÚTEIS DAS 9H ÀS 18H)

A verdade faz-nos mais fortes

P